



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

DEAN GOMES DE OLIVEIRA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONTESTADO CABOCLO E
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR “AS
QUATRO IRMÃS DO CONTESTADO”:
UMA PROPOSIÇÃO DE ROMPIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTESTADO
CATARINENSE**

DEAN GOMES DE OLIVEIRA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONTESTADO CABOCLO E
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR “AS
QUATRO IRMÃS DO CONTESTADO”:
UMA PROPOSIÇÃO DE ROMPIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTESTADO
CATARINENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

- O48i Oliveira, Dean Gomes de.
Indicação Geográfica do Contestado Caboclo e Cooperativa Agroindustrial Familiar "As Quatro Irmãs do Contestado" : uma proposição de rompimento do subdesenvolvimento regional no Contestado Catarinense / Dean Gomes de Oliveira. - Londrina, 2020.
218 f. : il.
- Orientador: Nilson Cesar Fraga.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.
Inclui bibliografia.
1. Contestado Catarinense - Tese. 2. Caboclo - Tese. 3. Indicação geográfica - Tese. 4. Cooperativismo - Tese. I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

DEAN GOMES DE OLIVEIRA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONTESTADO CABOCLO E
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR “AS QUATRO IRMÃS
DO CONTESTADO”:**

**UMA PROPOSIÇÃO DE ROMPIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO
REGIONAL NO CONTESTADO CATARINENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Universidade de Brasília - UNB

Profa. Dra. Gisele Ramos Onofre
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

Profa. Dra. Angela Maria de Sousa Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Eduardo Salinas Chávez
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -
UFMS

Londrina, 04 de setembro de 2020

*Dedico este trabalho
a minha família,
pelo apoio e inspiração.*

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho é fruto de uma longa caminhada acadêmica, com a qual distintas pessoas contribuíram para que eu alcançasse essa tão sonhada conquista. Todos, sem exceção, vivenciaram comigo a batalha diária para a concretização desta tese. Desse modo, nada mais justo e gratificante que agradecê-los com as palavras adiante.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Nilson Cesar Fraga, gigante do Contestado, por me aceitar como orientando, acreditar no meu potencial e, principalmente, fazer me apaixonar pela bela região e pelo mundo caboclo. Obrigado pelas conversas, viagens, orientações e puxões de orelha. Sua forma cativante e empolgante de ver a vida foi primordial para meus estudos. Registro aqui que, estás no lugar certo, pois seu modo de ensinar se tornou uma referência profissional para mim.

À minha família, especialmente à minha mãe Roseli, meu pai Sebastião e ao meu irmão Gustavo, por terem sido meus alicerces e minha inspiração. Obrigado por terem acreditado em minha capacidade, pela paciência e compreensão durante minha ausência em momentos importantes e, principalmente, por terem se sacrificado, fazendo o meu sonho o de vocês. Essa conquista é nossa!

Às mulheres da minha vida, tia Rosana, tia Zã, tia Neide, tia Dirce, tia Maria, minhas primas Bárbara, Priscila, Isabelle e Betina, o meu obrigado por serem minhas companheiras, amigas e irmãs. Fica meu agradecimento também aos meus tios Irineu, Floriano e Nilson e aos meus primos Caio, Rogério, Neto e Eduardo, pelos incentivos e amizade. Estendo o obrigado ao restante da minha família.

À professora Dra. Gisele Ramos Onofre, inspiração desde os tempos da graduação, orientadora de Iniciação Científica e, nas horas vagas, da vida, obrigado pelas conversas, por estar na banca do mestrado, na qualificação do doutorado e na defesa. Um dia serei grandioso como você!

À Prof.^a Dra. Vanessa Maria Ludka pelos conselhos, orientação e pelas ideias durante a qualificação, as quais foram essenciais para o término desse trabalho.

Aos Professores Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, da Universidade de Brasília (UnB) e Dr. Eduardo Salinas Chávez, da Universidad de La Habana (UH-Cuba), e as Professoras Dra. Angela Maria de Sousa Lima, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Dra. Gisele Ramos Onofre, da Universidade Estadual do Paraná

(UNESPAR-CM), por terem aceitado compor a banca, bem como contribuir imensamente para o encerramento desta etapa, agradeço muito.

Aos meus queridos amigos, por toda alegria e afeto proporcionados. Vocês foram incríveis! Desculpem-me pelas ausências aos finais de semana e pela distância em muitos momentos. Obrigado Anna Karla do Nascimento, Andrielle Assis, Camilla Martins, Daiane Pereira, Bianca Corazza, Fernanda Nichterwitz, João Bittencourt, Jaqueline Moreira, João Schimidt, Pedro Rosseti e Welton Fernando.

Ao grupo Rolê Filósifico e seus integrantes, Diego Catani, Murilo Zangari, Wali Andrade, Leandro Luz, Ricardo Dalai, Fabiano Gonçalves e Edvandro Gutierrez, por serem minha inspiração e minha base nos momentos difíceis. Vocês foram inexplicáveis!

Aos meus companheiros do Geotemac. Geotemaquistaneses, colegas de estudo e amigos nessa caminhada, Cristina, Kévo, Naibi, Mateus, Thiara, Émerson, Evandro, Gustavo, Mariana, Paulo, Danilo, Débora, Gabriel, obrigado pelo companherismo.

Aos Colégios Santa Cruz e Alfa de Campo Mourão, pelo apoio, dispensas e amparo nesses anos de estudo. Agradeço especialmente às coordenadoras Janita, Vera, Joice e Fernanda, e à equipe diretiva, Lauder, irmãs Lúcia e Lucilene. Estendo os agradecimentos a todos os professores e amigos que esses lugares me proporcionaram.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Campo Mourão e à Universidade Estadual do Paraná, campus Apucarana, por contribuírem com meus estudos.

Agradeço aos concurseiros da Sala de Estudos Aprove, em especial, à Alissara, pelo ambiente agradável de estudo, ótima companhia e pelos cafezinhos.

Aos meus amigos de Madrid, Samantha, Amanda, João, Elton e o pequeno Pedro, pela amizade e acolhida em Valdemoro, que graças a vocês, pude chamar de lar no inverno europeu.

À nutricionista Suelen Martinhago, à coach Laís Alves e ao CrossFit SM30, com os coaches Marcelino e Mariana, por cuidarem do meu corpo, do meu bem-estar e por proporcionarem momentos agradáveis em momentos desesperadores.

À Universidad Autónoma de Madrid pelo estágio de doutoramento. Agradeço profundamente ao Prof. Dr. Diego Barrado e à Prof.^a Dra. Carmen Hidalgo Giralt, pela

orientação e conversas durante o período que estive em Madrid. Vocês foram essenciais nessa minha caminhada.

À Universidade Estadual de Londrina, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia, em especial ao secretário Anderson.

Ao Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento dos meus estudos.

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com mais essa etapa em minha vida.

Ao povo brasileiro, principalmente, ao povo caboclo do Contestado!

Meu muito obrigado!

Epopéia do Contestado

*Eram dois povos - duas histórias –
Um além-mar, outro cá do sertão.
Trocando amores, uniram destinos
Povoando a terra da promessa
E foi aí que surgiu João Maria,
O monge santo, ensinando a oração,
A crença fiel no poder divino,
Fé e esperança no eterno destino.*

*Mas a ganância dos poderosos
Quis suas terras, roubou seu sertão
Fez minha gente humana boiada
Tangida a bala, sem rumo e sem chão
E apareceu novo São João Maria
Do monge Santo dizendo-se irmão,
Um maragato que ao sertanejo
Deu forte desejo de libertação
Veio o terceiro monge guerreiro
Juntando os párias do vasto sertão
Que, visionários da terra santa,
Lá (cá) no Irani escolheram seu chão.
Plantando ao sol, rezando ao luar,
Nos campos fartos de gado e pinhão,
Mas do poder que os fere sanhudo
O fuzil ficou mudo, falou o facão.*

*A Guerra Santa durou quatro anos
E avermelhou o meu verde sertão,
Perdeu-se a luta, ganhou-se a causa:
Nosso direito à fatia do chão.
Com a memória de Zé Maria
Monge guerreiro em todo rincão,
Do entrevero peludo-pelado
É o Contestado a grande lição.
(Vicente Telles, Cirila M. Pradi)*

OLIVEIRA, Dean Gomes de. **Indicação geográfica do contestado caboclo e cooperativa agroindustrial familiar “as quatro irmãs do contestado”**: uma proposição de rompimento do subdesenvolvimento regional no contestado catarinense. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A região do Contestado Catarinense, apesar de ter passado por uma guerra que derramou muito sangue caboclo, causando muito sofrimento e perdas humanas, demonstra, na atualidade, um ambiente regado pela resistência cultural, resiliência e esperança de um futuro de coexistência dos povos regionais. Nesse sentido, o presente trabalho propôs a criação de um selo de Indicação Geográfica Cabocla (IG Cabocla), tendo como produto principal o pinhão, pois essa semente, legitimamente brasileira advinda da Araucária, tornou-se uma companhia para o homem e a mulher sulista, especialmente de Santa Catarina, sendo a marca territorial da população do interior do estado. Seu sabor e seu valor nutricional se revelam como um traço marcante na identidade cultural do mundo caboclo, além de sua comercialização gerar uma fonte de renda para a população assolada pela pobreza e miséria, em razão da guerra e da falta de investimentos dos poderes públicos. Em relação ao objeto de análise, a área de localização da pesquisa envolve os municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP); esses municípios apresentam as menores taxas de Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) do estado. O registro de IG é entregue aos produtos ou serviços que são característicos de seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, diferenciando-os em relação aos seus similares disponíveis no mercado, apresentando uma qualidade única em função de recursos naturais, como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how*), além de serem regulamentados pela Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279/96). A projeção do pinhão no mercado poderá fomentar a geração de emprego e renda com a fixação da população em seus territórios de origem, assim como preservar as matas remanescentes nesse território dominado pelo latifúndio, desde antes da Guerra do Contestado, fator que sempre afastou o povo caboclo do direito à terra. Diante disso, foi sugerido o cooperativismo para alavancar a IG Cabocla, tendo como ideia a atuação, primeiramente, no ramo de produção agropecuária e, posteriormente, a consolidação de uma cooperativa de Turismo e Lazer, ao se considerar as belezas naturais, culturais, os sítios histórico-geográficos da guerra e a população acolhedora desses municípios. O cooperativismo é a doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter benefícios comuns em suas atividades econômicas, dando visibilidade àqueles que lutam para sobreviver no mundo capitalista. Para a região cultural cabocla do Contestado, sugeriu-se a criação de uma cooperativa agropecuária e agroecológica, denominando-a de Cooperativa Familiar “Quatro Irmãs do Contestado”, tendo como intuito, além de comercializar pinhões *in natura*, o seu processamento, isto é, transformando-os em sucos, licores, compotas, chás, tortas, massas de bolo, sorvetes, paçocas, além de outros produtos escolhidos pela população cooperada, dentro da disponibilidade de produtos regionais. Sendo assim, este estudo conseguiu evidenciar os caminhos para serem seguidos, demonstrando

a sua real viabilidade na atual conjuntura econômica e social do Contestado Caboclo, assim como compreender a complexidade do subdesenvolvimento na região do Contestado, marcada pela falta de infraestrutura de transporte, saúde, cultura, esporte e emprego. Diante de tais aspectos é que se optou por trabalhar as categorias de análise de espaço e tempo na concepção científica do materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Contestado catarinense. Caboclo. Indicação geográfica. Pinhão. Cooperativismo. Cooperativa familiar “Quatro irmãos do contestado”.

OLIVEIRA, Dean Gomes de. **Indicação geográfica do contestado caboclo e cooperativa agroindustrial familiar “as quatro irmãs do contestado”**: uma proposição de rompimento do subdesenvolvimento regional no contestado catarinense. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The region called Contestado Catarinense has endured a war in which a lot of Caboclo blood was shed, causing suffering and human losses. Currently, the region exhibits an environment filled with cultural resistance, resilience and hopes for a future of coexistence among its regional peoples. Considering the issue mentioned above, the creation of a seal for Caboclo Geographic Indication (IG Cabocla) is proposed in the present work. Its flagship would be the pine fruit, a legitimately Brazilian seed found in Araucaria trees. The fruit is a companion to Southern men and women – specially from Santa Catarina – and the territorial mark for the inland population of that state. Its taste and its nutritional value reveal themselves as a striking trait in the cultural identity of the Caboclo sphere. Furthermore, its commercialisation generates an income source to the population, still tormented by the misery and poverty caused by the war and the lack of investment by the public authorities. The terrestrial stretch of this research contains the municipalities named Leblon Régis, Calmon, Matos Costa and Timbó Grande as its corpus. These areas are part of the AMARP, an association of municipalities in the high valley of the Peixe river. These municipalities present the lowest figures in the Municipal Index for Sustainable Development (IDMS) of their state. The Geographic Indication seal is given to products or services characteristic to any original areas, granting them reputation, intrinsic value and their own identity. The register differentiates these services and products in comparison to similar offers commercially available once distinguished quality is presented due to natural resources – such as soil, vegetation and weather – or know-how. They are also regulated by the Law of Industrial Property (n 9.279/96). The pine fruit increment in the market could foster job creation and revenue – with the settlement of natives in their motherlands – and the preservation of the remaining woodlands. The territory was overtaken by estates since before the War of Contestado, removing the Caboclo people from the right to land. All facts considered, cooperativism based in agriculture and livestock as the initial application fields is suggested to leverage the *IG Cabocla*. Subsequently, a leisure tourism cooperative can be strengthened, considering the natural and cultural beauties, the historic-geographic war sites and the welcoming population of these municipalities. Cooperativism is the principle foreboding the collaboration and association of people or groups with the same interests as to obtain common benefits in their economic activities, offering visibility to those who struggle to survive in the capitalist world. It is suggested the creation of an agroecological farming cooperative to the culturally Caboclo region of the Contestado. The familiar cooperative is to be called “Quatro Irmãs do Contestado” (Four Sisters of the Contestado) and aims at the commercialization of the pine fruit both *in natura* and processed – juices, liqueurs, compotes, teas, pies, cakes, ice creams, candy – as well as other products chosen by the cooperative members according to the availability of regional products. Thus, this study points to the routes to be followed and showcases their real viability in the current social and economic conjecture of the Caboclo

Contestado. It also helps understand the complexity of the underdevelopment in the region, which is marked by the lack of transport, health, culture, sport and employment infrastructure. Due to the aforementioned aspects, it was chosen to work with categories of analysis of space and time within the scientific conceptualisation of dialectical materialism.

Keywords: Contestado catarinense. Caboclo. Geographical Indication. Pine fruit. Cooperativism. Familiar cooperative “Quatro irmãs do contestado”.

OLIVEIRA, Dean Gomes de. **Indicação geográfica do contestado caboclo e cooperativa agroindustrial familiar “as quatro irmãs do contestado”**: uma proposição de rompimento do subdesenvolvimento regional no contestado catarinense. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMEN

La región del Contestado Catarinense, a pesar de tener pasado por una guerra que derramó mucha sangre caboclo, causando mucho sufrimiento y pérdidas humanas, demuestra, en la actualidad, un ambiente regado por la resistencia cultural, resiliencia y esperanza de un futuro de coexistencia de los pueblos regionales. En este sentido, el presente trabajo propone la creación de un sello de Indicación Geográfica Cabocla (IG Cabocla), teniendo como producto principal el piñón, pues esa semilla, legítimamente brasileña advenida de la Araucaria, se convirtió en una compañía para el hombre y la mujer del sur, especialmente de Santa Catarina, siendo la marca territorial de la población del interior del estado. Su sabor y su valor nutricional se revelan como un trazo marcante en la identidad cultural del mundo caboclo, además de su comercialización generar una fuente de renta para la población asolada por la pobreza y miseria, debido a la guerra y la falta de inversión por parte de los poderes públicos. En relación con el objeto de análisis, el área de ubicación de la investigación involucra a los municipios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa y Timbó Grande, pertenecientes a la Asociación de Municipios del Alto Valle del Río del Pez (AMARP); esos municipios presentan las tasas más bajas de Índice de Desarrollo Municipal Sostenible (IDMS) en el estado. El registro IG es entregue a los productos o servicios que son característicos de su lugar de origen, lo que les atribuye reputación, valor intrínseco e identidad propia, diferenciándolos con relación a los sus similares disponibles en el mercado, presentando una calidad única en función de recursos naturales, como suelo, vegetación, clima y saber hacer (*know-how*), además de estar reglamentados por la Ley de Propiedad Industrial (n° 9.279/96). La proyección del piñón en el mercado puede fomentar la generación de empleos y renta con la fijación de la población en sus territorios de origen, así como preservar los bosques remanentes en este territorio dominado por el latifundio, desde antes de la Guerra del Contestado, factor que siempre ha alejado el pueblo caboclo del derecho a la tierra. En vista de esto, es sugerido el cooperativismo para apalancar a IG Cabocla, teniendo como idea la actuación, primeramente, en el ramo de producción agropecuaria y, posteriormente, la consolidación de una cooperativa de Turismo y Ocio, al considerarse las bellezas naturales, culturales, los sitios histórico-geográficos de la guerra y la población acogedora de estos municipios. El cooperativismo es la doctrina que preconiza la colaboración y asociación de personas o grupos con los mismos intereses, a fin de obtener beneficios comunes en sus actividades económicas, dando visibilidad a aquellos que luchan para sobrevivir en el mundo capitalista. Para la región cultural cabocla del Contestado, sugiere la creación de una cooperativa agropecuaria y agroecológica, denominándose de Cooperativa Familiar “Cuatro Hermanas del Contestado”, teniendo como intuición, además de comercializar piñones *in natura*, el su procesamiento, es decir, transformándolos en jugos, licores, mermeladas, tés, tartas, masas para pasteles, helados, *paçocas*, además de otros productos elegidos por la población cooperada, dentro de la disponibilidad de productos regionales. Por lo tanto,

este estudio puede resaltar los caminos a seguir, demostrando a real viabilidad en la actual conjuntura económica y social del Contestado Caboclo, así como comprender la complejidad del subdesarrollo en la región de Contestado, marcado por la falta de infraestructura de transporte, salud, cultura, deporte y empleo. Delante de tales aspectos, se decidió trabajar con las categorías de análisis del espacio y tiempo en la concepción científica del materialismo histórico dialéctico.

Palabras clave: Contestado catarinense. Caboclo. Indicación geográfica. Piñón. Cooperativismo. Cooperativa familiar “Cuatro hermanas del contestado”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema básico de uma cooperativa.	33
Figura 2 – Floresta de araucária no município de Caçador.....	45
Figura 3 – Logo do Observatório da Região da Guerra do Contestado – Paraná Santa Catarina.	56
Figura 4 – Pátio da Companhia Madeireira Lumber, com os seus trilhos de ferro.....	63
Figura 5 – Reprodução da fotografia original do Monge/Profeta João Maria de Jesus, o santo popular de devoção da população cabocla no Contestado e no Brasil.	65
Figura 6 – Local onde se encontra enterrado o Monge José Maria, morto na Batalha do Irani, em 22 de outubro de 1912.	67
Figura 7 – Assinatura do Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916.	68
Figura 8 – Logomarca da Associação Cultural Coração do Contestado de Lebon Régis, adotada pelo poder público municipal e por empresários.....	76
Figura 9 – Região central da sede do município de Lebon Régis, SC.	77
Figura 10 – Região central da sede do município de Lebon Régis, SC.	82
Figura 11 – Bairro da sede do município de Lebon Régis, SC, com asfaltamento das ruas, em 2020.	83
Figura 12 – Apresentação cultural escolar na V Semana do Contestado, 2019..	84
Figura 13 – Perímetro urbano de Calmon, SC, em 1910.	86
Figura 14 – Tropas federais estacionadas em Calmon, SC, década de 1910.....	87
Figura 15 – Perímetro urbano de Calmon, SC.	88
Figura 16 – Perímetro urbano de Calmon, SC.	90
Figura 17 – Ocupação do MST, em 23 de outubro de 2017, em Calmon, SC.	92
Figura 18 – Perímetro urbano de Timbó Grande, SC.....	94
Figura 19 – Cartaz da VIII Feira Cabocla, Cachoeira, Timbó Grande, SC, 2015.	99

Figura 20 – Cartaz da Semana do Centenário do Massacre de Santa Maria, 2015.	100
Figura 21 – Resposta da Carta do Timbó Grande, recebida do Gabinete da Presidência da República, em 27 de abril de 2015.	101
Figura 22 – 23ª Romaria da Terra e da Água, em Timbó Grande, SC, 13 de setembro de 2015.	102
Figura 23 – Vista área da cidade de Matos Costa, SC, 2020.	103
Figura 24 – A estação de São João, provavelmente início da década de 1930. Foto do acervo do Museu Josete Dombrowski, criado pela Sra. "Tico" Josette que dá nome ao museu, em 2000.	104
Figura 25 – Obras públicas realizadas em Matos Costa, SC, 2020.	108
Figura 26 – Cartaz de divulgação do evento do centenário da morte do Capitão Matos Costa, 2014.	111
Figura 27 – Atividades culturais alusivas ao centenário do ataque à vila de São João dos Pobres, 2014.	112
Figura 28 – Passeio ciclístico em Matos Costa, 2014.	112
Figura 29 – Crianças caboclas em apresentação teatral, em Matos Costa, 2014.	113
Figura 30 – Criança Cabocla, de Matos Costa, 2014.	114
Figura 31 – Selo de Denominação de Origem Protegida/Controle Francês.	121
Figura 32 – Selo de Identificação Geográfica Protegida Francês.	122
Figura 33 – Selo de Especialidade Tradicional Garantida.	123
Figura 34 – Selo de Agricultura Orgânica.	124
Figura 35 – Selo Label Rouge.	125
Figura 36 – Representação do Vale dos Vinhedos, Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, Vale Submédio São Francisco e Vales da Uva Goethe.	140
Figura 37 – Representação da Franciacorta, Costa Negra, Litoral Norte Gaúcho e Região do Corupá.	145
Figura 38 – Sabores da comida cabocla em um fogão à lenha em Timbó Grande.	147
Figura 39 – Limpeza de um porco crioulo em Timbó Grande.	150
Figura 40 – Prato Típico Caboclo servido em Lebon Régis.	152

Figura 41 – Caboclo alimentando as galinhas em Timbó Grande (esquerda) e porco crioulo em Lebon Régis (direita).....	153
Figura 42 – Virado de feijão em Timbó Grande.....	153
Figura 43 – Relação dos produtos consumidos pelos Caboclos.....	154
Figura 44 – Uvaia, fruta típica do Contestado, em Timbó Grande.	156
Figura 45 – Típica paisagem do Contestado, com araucária, em Água Doce, SC.	158
Figura 46 – Pinha da Araucária, Calmon/SC.....	159
Figura 47 – Bandeira do Contestado e sapecada ao fundo, em Calmon.	160
Figura 48 – Entrevero, preparado por Iolanda Maria de Abreu, em Lebon Régis.	161
Figura 49 – Pinhão maduro colhido no chão da mata (esquerda), Serra da Boa Esperança; Pinhão cozido no fogo de chão, Timbó Grande (direita).	163
Figura 50 – Fluxograma de comercialização do pinhão.	163
Figura 51 – Pinhão à venda em rodovia do Paraná; venda de pinhão na feira.	164
Figura 53 – Logo do Contestado Caboclo – Indicação Geográfica estampada na madeira, plástico, papel e metal.....	167
Figura 54 – Logo da Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC.	192
Figura 55 – Região Excluída do Contestado.....	194
Figura 56 – Logo do Fórum Regional em Defesa da Civilização e Cultura Cabocla.	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do Tempo acerca da Proteção das IGs no Brasil.	131
Quadro 2 – IPs registradas no INPI.	137
Quadro 3 – Denominações de Origem (DO) registradas no INPI.	142

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios do Contestado divididos pela AMARP e AMPLANORTE.....	26
Mapa 2 – Municípios com Produtos de Procedência reconhecidos pelo INPI.....	139
Mapa 3 – Denominações de Origem reconhecidos pelo INPI.	143
Mapa 4 – Rodovias do Contestado Caboclo.	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da AMARP.....	27
Tabela 2 – População de Lebon Régis distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (1991 – 2010).....	77
Tabela 3 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Lebon Régis (1991-2010).....	78
Tabela 4 – Assentamentos em Lebon Régis.	79
Tabela 5 – Produção de culturas temporárias em Lebon Régis.	80
Tabela 6 – Criação de animais em Lebon Régis.....	81
Tabela 7 – População de Calmon distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (1991 – 2010).....	87
Tabela 8 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Calmon (1991-2010).....	89
Tabela 9 – Produção de culturas temporárias em Calmon.	91
Tabela 10 – Criação de animais em Calmon.	91
Tabela 11 – População de Timbó Grande distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (1991 – 2010).....	95
Tabela 12 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Timbó Grande (1991-2010).....	95
Tabela 13 – Produção de culturas temporárias em Timbó Grande.....	97
Tabela 14 – Criação de animais em Timbó Grande.....	97
Tabela 15 – População de Matos Costa distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (2000 – 2010).....	105
Tabela 16 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Matos Costa (1991-2010).....	106
Tabela 17 – Assentamentos em Matos Costa.	108
Tabela 18 – Produção de culturas temporárias em Matos Costa.	109
Tabela 19 – Criação de animais em Matos Costa.....	109
Tabela 20 – Número do Cooperativismo Brasileiro em 2018.....	173
Tabela 21 – Número do Cooperativismo da Região Sul em 2018.	174
Tabela 22 – Cooperativismo nos Municípios da AMARP.....	177
Tabela 23 – Estabelecimentos agropecuários e suas áreas.	182
Tabela 24 – Distância, em quilômetros, entre as cidades de Calmon, Matos Costa, Timbó Grande e Lebon Régis.....	197

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACI	Associação Cooperativa Internacional
AMARP	Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio dos Peixes
AMPLANORTE	Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense
APROARROZ	Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho
AREJA	Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado de Tocantins
ASBANCO	Associação dos Bananicultores da Região de Corupá
ASCOOP	Associação das Cooperativas de Santa Catarina
CACCER	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
CNCOOP	Confederação Nacional das Cooperativas
CONFENAL	Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepósitos e Empresas de Afins a Apicultura do Pantanal do Brasil
COOPER H.F.	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Hortifrutigranjeiros
COOPERVIL	Cooperativa Agropecuária Videirense
COOTRATAN	Cooperativa dos Transportadores de Cargas da Região de Tangará
DOP	Denominação de Origem Protegida
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FEPEMA	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IG	Identificação Geográfica
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INAO	<i>Institut National de L'origine et de la Qualité</i> (Instituto Nacional da Origem e da Qualidade)
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE	Organizações de Cooperativas Estaduais
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Industrial
OMC	Organização Mundial do Comércio
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
TRIPs	Aspectos de Propriedade Intelectual
UNIVALE	Conselho da União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária
WIPO	<i>World Intellectual Property Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: A REGIÃO DO CONTESTADO À MERCÊ DO SUBDESENVOLVIMENTO	23
1.1	PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: A PROCURA PELAS CAUSAS DO SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTESTADO CATARINENSE	29
1.2	A ASCENSÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DO COOPERATIVISMO NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI: SERÁ UM FATOR DETERMINANTE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO?	31
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS: A JORNADA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	34
2	REGIÃO-TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	41
2.1	A CATEGORIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE REGIÃO E TERRITÓRIO: A TRILHA PARA O ENTENDIMENTO DA ÁREA CONTESTADA.....	41
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXOS DE UMA FORMAÇÃO CONFLITUOSA.....	51
2.3	CONTESTADO: UM ESPAÇO DE IDENTIDADE TERRITORIAL	55
3	CONTESTADO, A GEO-HISTÓRIA DA EXCLUSÃO NO SUL DO BRASIL	60
3.1	GUERRA DO CONTESTADO: A TERRA DO MESSIANISMO E DO SANGUE CABOCLO	60
3.2	GEOGRAFIA DA TERRA CABOCLA: ENTENDENDO O TERRITÓRIO SAGRADO.....	72
3.2.1	Lebon Régis – Coração Do Contestado	73
3.2.2	Calmon – Fênix Do Contestado.....	85
3.2.3	Timbó Grande – Cabocla Do Contestado.....	93
3.2.4	Matos Costa – Sentinela Do Contestado.....	103
4	IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	115
4.1	HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	115
4.1.1	O Caso Pioneiro De Portugal	118

4.1.2	A França E Sua Tradição Nas Indicações Geográficas.....	119
4.1.3	O Brasil E Os Tratados Internacionais Acerca Das Indicações Geográficas	125
4.1.4	De Norte A Sul: Contextualização Das Indicações De Procedência (IP) No Brasil	134
4.1.5	Do Brasil Ao Exterior: Denominações De Origem (DO) Registradas No INPI	141
4.2	CONSTRUÇÃO DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DO CONTESTADO CATARINENSE	146
4.2.1	A Riqueza Dos Sabores Do Contestado.....	147
4.2.2	Pinhão Do Contestado: Selo De Indicação Geográfica Do Mundo Caboclo	157
5	COOPERATIVISMO, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A SOCIEDADE NO SÉCULO XXI	168
5.1	COOPERATIVISMO, HISTÓRIA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	168
5.2	COOPERATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLÓGICA E COM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	178
5.3	COOPERATIVA FAMILIAR "QUATRO IRMÃS DO CONTESTADO": UM OLHAR PARA O FUTURO.....	184
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	204

1. INTRODUÇÃO: A REGIÃO DO CONTESTADO À MERCÊ DO SUBDESENVOLVIMENTO

A Guerra do Contestado (1912-1916) deixou marcas de sangue e pobreza por onde passou, trazendo não apenas um sentimento de revolta para os afetados diretamente pela brutal violência do momento, mas também deixando uma ferida ainda aberta em Santa Catarina, assim como no Paraná, na parte que lhe cabe desta guerra.

Sob esse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral entender a dinâmica da região do Contestado no âmbito da organização da agricultura familiar e agroecológica, do território, do poder, do desenvolvimento regional e cultural e do patrimônio.

Para tanto, ela foi subsidiada teoricamente por metodologias que contemplam a práxis geográfica para a proposição de um selo de Indicação Geográfica Cabocla, tendo o pinhão como produto principal, além da criação de uma cooperativa com pequenos agricultores na região do Contestado Catarinense, a mais pobre do estado.

A objetivação específica foi norteadada na análise da formação socioeconômica dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio dos Peixes (AMARP), enquanto microrregião geográfica, sendo averiguados seus índices socioeconômicos e ambientais, além da caracterização geo-histórica do antes e depois da Guerra do Contestado.

A pesquisa também se constituiu no levantamento e aplicação dos elementos socioculturais, tanto locais como regionais, a fim de gerar renda, trabalho e riqueza para a população dos territórios político-jurídicos e culturais dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande, Matos Costa, em Santa Catarina, por meio da criação do selo de Indicação Geográfica (IG) e da Cooperativa Agroindustrial Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” (COOAFICONTESTADO ou COOAFCON).

Nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento dos espaços territoriais está conectado às relações entre os atores locais e sua capacidade de fomentar atividades econômicas baseadas na diferenciação (ABRAMOVAY, 2003). Atualmente, o ambiente mercadológico valoriza produtos diferenciados e a elaboração de estratégias de desenvolvimento, pautadas nas especificidades territoriais, tornou-se um vetor de alto poder de agregação de valor aos produtos ou serviços.

Assim, esta pesquisa se propôs a entender o potencial de uma IG e de uma cooperativa para o desenvolvimento regional dos quatro municípios da área de estudo, por intermédio de seus produtos associados a uma marca identitária, que os diferencie de outras regiões em função de suas características geográficas, históricas e socioculturais.

Sabe-se que a economia brasileira vem passando por períodos difíceis nos quais os níveis de desemprego têm se apresentado em altíssimo patamar, além de um aumento substancial da desigualdade social e da pobreza nos últimos anos. Tal realidade reforça a necessidade da união de grupos de indivíduos com os mesmos interesses e áreas de atuação similares para que, trabalhando em conjunto, sejam capazes de alcançar seus objetivos de inserção no mercado e a sobrevivência econômica e social.

Assim, a proposição da criação de uma IG e, posteriormente, de uma cooperativa surge como alternativa ao desemprego e ao subemprego da região. Contudo, tanto a IG como o cooperativismo precisam se moldar à moderna economia de mercado, criar novas regras para alcançar a autonomia de sua organização e propiciar sustentabilidade a seu movimento. Esta última é entendida como o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das comunidades onde estão inseridos, buscando assim uma equidade socioeconômica.

Para um melhor entendimento da região, o Mapa 1 representa a localização da área territorial político-jurídica em questão, isto é, a região em estudo da pesquisa. No entanto, vale salientar que a região do Contestado é dividida em duas associações de municípios¹: a AMPLANORTE e AMARP.

A AMPLANORTE é a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, a qual integra os seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. É importante evidenciar que nenhum destes municípios entrará como objeto central de análise, sendo vistos apenas em uma perspectiva regional.

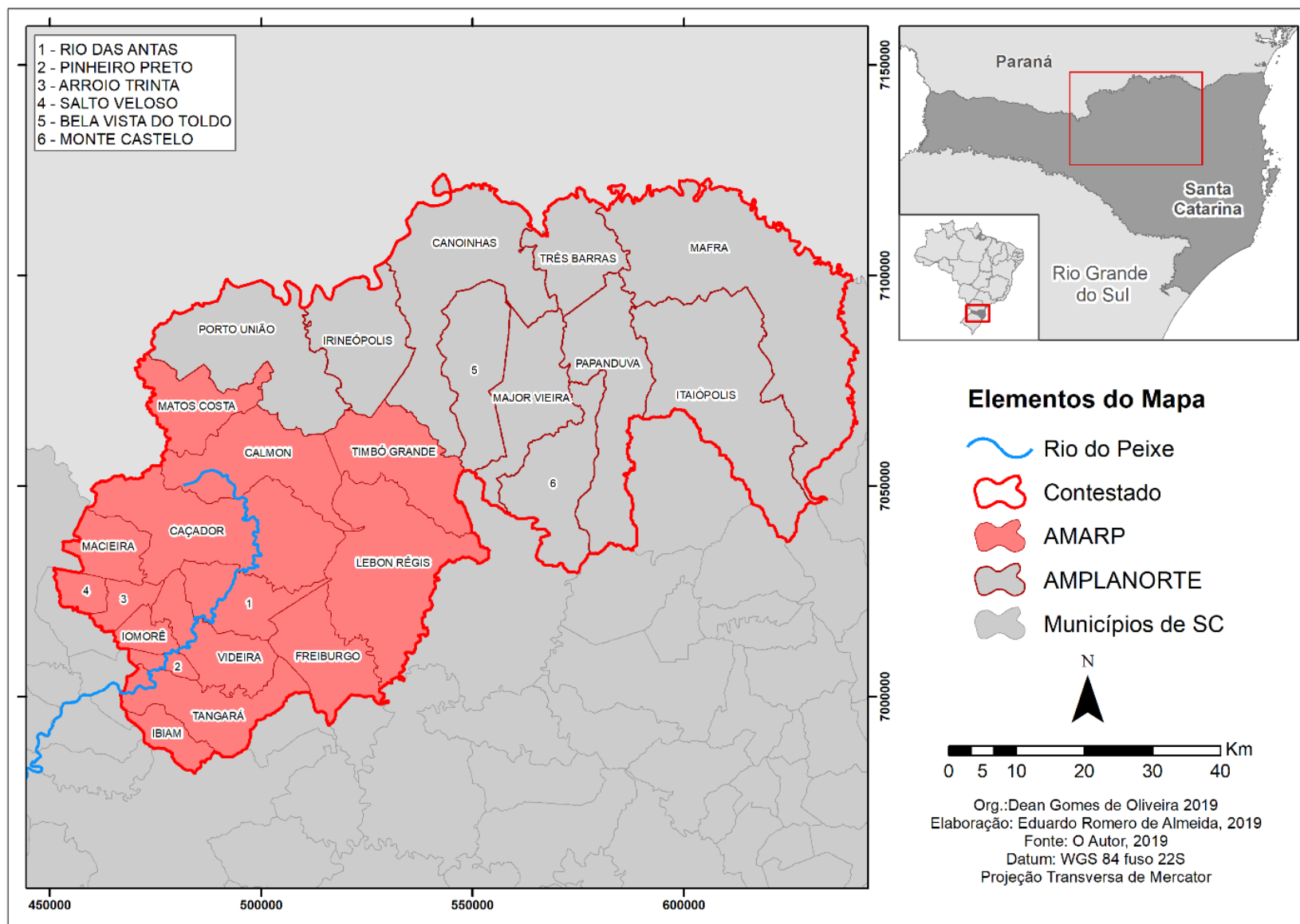
Já a AMARP é a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, que é composta pelos municípios de Arroio Trinta, Caçador, **Calmon**, Fraiburgo, Ibiam,

¹ As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidade jurídica de direito privado, reconhecidas como utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Atualmente conta com 21 associações, com as finalidades de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos 295 municípios do estado.

Iomerê, **Lebon Régis**, Macieira, **Matos Costa**, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, **Timbó Grande** e Videira (os municípios que são objeto central da pesquisa estão em negrito).

Caçador, Canoinhas, Mafra, Porto União e Mafra são considerados polos regionais, sendo assim, eles estão cercados por municípios com baixos índices socioeconômicos e ambientais, baixo IDH e elevado índice de pobreza. Vale dizer que esses índices também atingem as cidades polos regionais mencionadas.

Em razão de tais características, utiliza-se o termo “região do Contestado” ou “AMARP” para representar a região de estudo desta pesquisa, dado o seu desempenho no transcorrer da guerra, ocorrida entre 1912 e 1916, assim como as consequências deixadas na vida da sociedade em geral, vivenciadas nos 100 anos posteriores ao fim da guerra, fazendo dela uma das regiões mais empobrecidas de Santa Catarina.



Mapa 1 – Municípios do Contestado divididos pela AMARP e AMPLANORTE.
 Fonte: ALMEIDA, Eduardo Romero (2019). Organizado por OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Para a delimitação da área de estudo, a escolha foi feita em razão do contexto histórico da AMARP, região na qual ocorreram as principais batalhas do Contestado e hoje possui os municípios com os menores Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)² do estado, em especial, os municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, que são objetos centrais da pesquisa em tela e estão destacados na Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável da AMARP

MUNICÍPIO	IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável				
	Sociocultural	Econômico	Ambiental	Político-institucional	Média Geral
Arroio Trinta	0,715	0,571	0,618	0,681	0,646
Caçador	0,692	0,500	0,577	0,580	0,587
Calmon	0,599	0,422	0,371	0,478	0,468
Fraiburgo	0,742	0,488	0,562	0,625	0,604
Ibiam	0,669	0,625	0,382	0,690	0,592
Iomerê	0,710	0,625	0,488	0,694	0,629
Lebon Régis	0,588	0,367	0,444	0,559	0,490
Macieira	0,655	0,535	0,394	0,669	0,563
Matos Costa	0,616	0,417	0,404	0,675	0,528
Pinheiro Preto	0,735	0,676	0,463	0,700	0,644
Rio das Antas	0,725	0,557	0,426	0,628	0,584
Salto Veloso	0,785	0,569	0,585	0,655	0,649
Tangará	0,701	0,642	0,427	0,651	0,605
Timbó Grande	0,667	0,363	0,434	0,547	0,503
Videira	0,780	0,633	0,612	0,657	0,671
Média	0,692	0,533	0,479	0,633	0,584

Legenda: vermelho - menor que 0,500 (BAIXO); laranja - maior ou igual a 0,500 e menor que 0,625 (MÉDIO BAIXO); amarelo - maior ou igual a 0,625 e menor que 0,750 (MÉDIO); verde claro - maior ou igual a 0,750 e menor que 0,875 (MÉDIO ALTO); verde-escuro - maior ou igual a 0,875 (ALTO).

Fonte: SIDEMS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável, 2019. Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

² O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável, construída com base em uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão, capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um desejável cenário futuro. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional. Para saber mais sobre a metodologia aplicada no IDMS, acesse: <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1261308_Metodologia_2018.pdf>.

Ao observar a Tabela 1, verifica-se que a grande maioria dos municípios da AMARP possui dimensões consideradas baixas em relação às demais áreas dessa microrregião, principalmente na questão ambiental, que representa os indicadores de saneamento básico, gestão e preservação ambiental. Tal fato reflete a falta de investimentos públicos nesse setor, demonstrando o real abandono da região no planejamento das gestões em âmbito estadual e nacional.

A dimensão econômica, que revela a agregação do valor e dinamismo econômicos e nível de renda, demonstra que 67% dos municípios possuem índices baixos ou médio baixo, revelando as consequências de uma guerra.

Como menciona Fraga (2013), tal região ainda segue em guerra, pois, passados 100 anos do fim da Guerra do Contestado, ela convive com os piores índices de desenvolvimento humano regional, onde milhares de pessoas vivem sob o manto de políticas públicas ineficientes e convivem com um índice de pobreza que chega próximo de 50% em alguns municípios.

Na dimensão político-institucional, que leva em consideração as finanças públicas (capacidade de receita, estímulo ao investimento e saúde financeira), a gestão pública (articulação com o exterior, capacidade de planejamento, gestão financeira, governo eletrônico e qualidade do quadro funcional) e a participação social (participação eleitoral e representatividade dos gêneros), somente Calmon se encontra com indicadores baixos; em contrapartida, 67% dos outros municípios estão com indicadores considerados médios.

A dimensão sociocultural tem os melhores índices, com destaque para os municípios de Salto Veloso e Videira, considerados médios altos. Na contramão vêm os municípios de Calmon, Lebon Régis e Matos Costas, com índices médio baixo, enquanto Timbó Grande fica em uma situação mediana.

Portanto, os resultados obtidos permitem concluir que os pressupostos teóricos de sustentabilidade ainda não foram incorporados de modo pleno nos municípios investigados, dado os índices baixos. Além disso, em alguns casos, a situação inspira ações efetivas dos gestores municipais, estaduais e federais, no sentido de modificar o atual cenário, com a perspectiva de obter desempenhos mais favoráveis no âmbito da sustentabilidade³.

³ O termo sustentabilidade, de acordo com Sachs (2002), pode ser entendido como um desenvolvimento socialmente excludente, politicamente descentralizado, ambientalmente prudente e economicamente sustentado no tempo. Além disso, precisa ter capacidade de satisfazer as

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: A PROCURA PELAS CAUSAS DO SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTESTADO CATARINENSE

Na compreensão da complexidade do subdesenvolvimento na região do Contestado, em especial dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, assim como na averiguação dos meios para criar uma IG e uma cooperativa regional, algumas indagações precisam ser respondidas, tais como:

- Quais fatores levaram a região do Contestado a ser um território com elevado índice de pobreza?
- Qual a realidade socioeconômica vivenciada na atualidade e como era no passado?
- A pobreza da região ocorreu somente por causa da Guerra do Contestado?
- Por quais motivos os municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa são tão empobrecidos em comparação aos outros municípios de Santa Catarina?
- A criação de uma IG e uma cooperativa familiar gerará riqueza e renda para os pequenos produtores?
- De quais ramos a cooperativa deve ser?
- Quais caminhos devem ser percorridos para essa criação?
- Quais produtos a região conseguirá ofertar para a IG e para a cooperativa?
- A IG e a cooperativa serão viáveis perante o contexto socioambiental dos municípios?
- Por que grandes cooperativas não adentram os municípios mais pobres do Contestado, mesmo estando presentes nas cidades ao redor?
- A falta de infraestrutura, como rodovias sem asfalto, será um empecilho para a consolidação da IG e da cooperativa?

Diante das incógnitas levantadas, consideram-se duas hipóteses que levam a uma elucubração sobre o tema, como:

- Os municípios pertencentes a AMARP estão à margem do

subdesenvolvimento por causa da origem humilde do modo de vida do povo caboclo⁴ e da ganância do Estado desde o início do século XX, pois o povo caboclo foi fadado ao esquecimento desde a Guerra do Contestado e ainda não é prioridade nas políticas públicas advinda do estado de Santa Catarina e até mesmo do Governo Federal?

- A criação de uma IG e de uma cooperativa de caráter agroindustrial e de turismo e lazer poderia retirar da pobreza os pequenos agricultores e levar o desenvolvimento para os municípios, se tornando uma saída para a falta de investimentos públicos na questão rural?

Diante de tais questionamentos, pode-se dizer que a IG e o cooperativismo podem ser o início de um novo começo, já que poderão auxiliar no aumento de renda para os moradores dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, os quais possuem sua economia voltada para a agricultura e pecuária.

Quando se trata de cooperativismo, seu próprio surgimento se entrelaça com os problemas advindos da Guerra do Contestado, já que o movimento cooperativista também nasceu como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico em face da deficiência do Estado, seja na prestação de serviços ou na solução de problemas sociais, tornando-se um modo de aliviar os efeitos das crises e de contribuir para a redução das desigualdades.

Vale frisar que, atualmente, as IGs e o sistema cooperativista têm apresentado um grande crescimento e papel fundamental no desenvolvimento social de vários municípios espalhados pelo Brasil. São respostas para os problemas causados pelo caos da globalização, pois geram empregos, inclusão, redistribuição de renda, assim como criam oportunidades.

Desse modo, a IG e a cooperativa virão como forma de demonstrar como esse

⁴ De acordo com Fraga (2016, p. 38), o caboclo/cabocla, como termo e como ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) ser caboclo/cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo; pelo reconhecimento da figura do Monge João Maria; pelo aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão; pelo degustar uma quirera com carne de porco; pelo pinhão assado na chapa ou na grimpa. Ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sob o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense.

povo, aos poucos, pode se emancipar e romper com as amarras opressivas impostas pelo Estado e pelo capital e que causam sofrimento há tanto tempo, buscando, portanto, sua identidade perdida na guerra.

1.2 A ASCENSÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DO COOPERATIVISMO NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI: SERÁ UM FATOR DETERMINANTE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Apontar e compreender os principais aspectos que levaram à adoção da IG e do cooperativismo na sociedade do século XXI como alternativa ao desemprego e opção de geração de renda é fundamental para justificar a presente pesquisa. Assim, cabe à Geografia e outras ciências ampliarem o entendimento ao demonstrar essa ideia como uma atividade de negócio que, relacionada a uma gestão competente, pode beneficiar trabalhadores com geração de emprego e renda.

As IGs são as formas de diferenciação e agregação de valor a um determinado produto, as quais incorporam a história da região, como sua cultura, o seu saber fazer e a sua identidade local, oferecendo ao seu consumidor final uma condição de tipicidade e qualidade. Elas também podem ser utilizadas como ferramentas de políticas públicas para a reorganização da região, conservando a biodiversidade e dando estímulo à agricultura familiar e agroecológica.

Além dos benefícios apresentados, a IG pode ser utilizada como uma estratégia de viabilização de alternativas sustentáveis para a mata de araucária, mediante o estabelecimento de sistemas de produção ambientalmente corretos, gerando ocupação e renda para populações próximas ou que vivem nas áreas de preservação. Assim, a IG torna-se uma estratégia de conservação e agregação de valor que, ao mesmo tempo, proporciona geração de renda e emprego, além de maior visibilidade diante das interfaces do mundo capitalista.

Já o movimento cooperativista é uma maneira de aumentar capacidades dentro de um mundo cheio de concorrência, muitas vezes desleais, e tem como feito preservar a força econômica e de vida dos sujeitos que seguem um mesmo modelo e uniformidade, com anseios comuns e com as mesmas dificuldades. Seu surgimento

ocorre, quase sempre, em tempos de adversidades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua.

O movimento cooperativista surgiu com o advento da Revolução Industrial, no qual trabalhadores foram substituídos pelas máquinas. Assim o cooperativismo foi uma maneira de levar melhores condições de vida aos que eram submetidos a exaustivas jornadas de trabalho, tinham remunerações que não satisfaziam sequer as necessidades básicas, levando-os a viver na extrema pobreza e sem expectativas de um futuro melhor (LEOPOLDINO, 2011).

Quando tratamos no contexto brasileiro, o cooperativismo agroindustrial chegou ao estado de Minas Gerais a partir de 1907, com a finalidade de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros (SERRA, 2013).

Um outro ramo do cooperativismo que ainda não tem grande adesão é o de lazer e turismo. Segundo a Organização de Cooperativas Brasileira (OCB, 2020), essas cooperativas são aquelas que prestam ou atendem direta e prioritariamente seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artes, eventos e de hotelaria. Tal ramo foi criado pela Assembléia Geral Ordinária da OCB no dia 28 de abril de 2000, tendo como objetivo criar um fluxo e um refluxo permanentes de turistas dentro do Sistema Cooperativo.

De forma geral, o cooperativismo, independentemente do ramo, é uma alternativa para que uma coletividade encontre soluções para resistir a crises. A Cooperativa Agroindustrial Familiar “As Quatro Irmãs do Contestado” será uma associação de pessoas autônomas, reunidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns em assuntos econômicos, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade conjunta, usando a terra contestada para a produção de produtos que vão alimentar famílias por toda região.

A cooperativa é, então, um meio para que um determinado grupo de sujeitos alcance objetivos específicos, mediante um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que se denomina finalidade.

O esquema básico de uma cooperativa se dá por meio da agregação de valor nos produtos oriundos dos cooperados que possuem necessidades em comum, como o preço cobrado pelos atravessadores de produção. Contudo, essa relação pode ser considerada de mão dupla, já que a cooperativa ajuda os produtores com assistência

técnica, armazenagem, processamento e escoamento da produção.

Os benefícios, por sua vez, são a geração de riquezas, renda e emprego e o abastecimento do mercado consumidor com produtos provenientes, em sua grande maioria, de pequenos produtores. A Figura 1 traz o esquema básico de uma cooperativa.

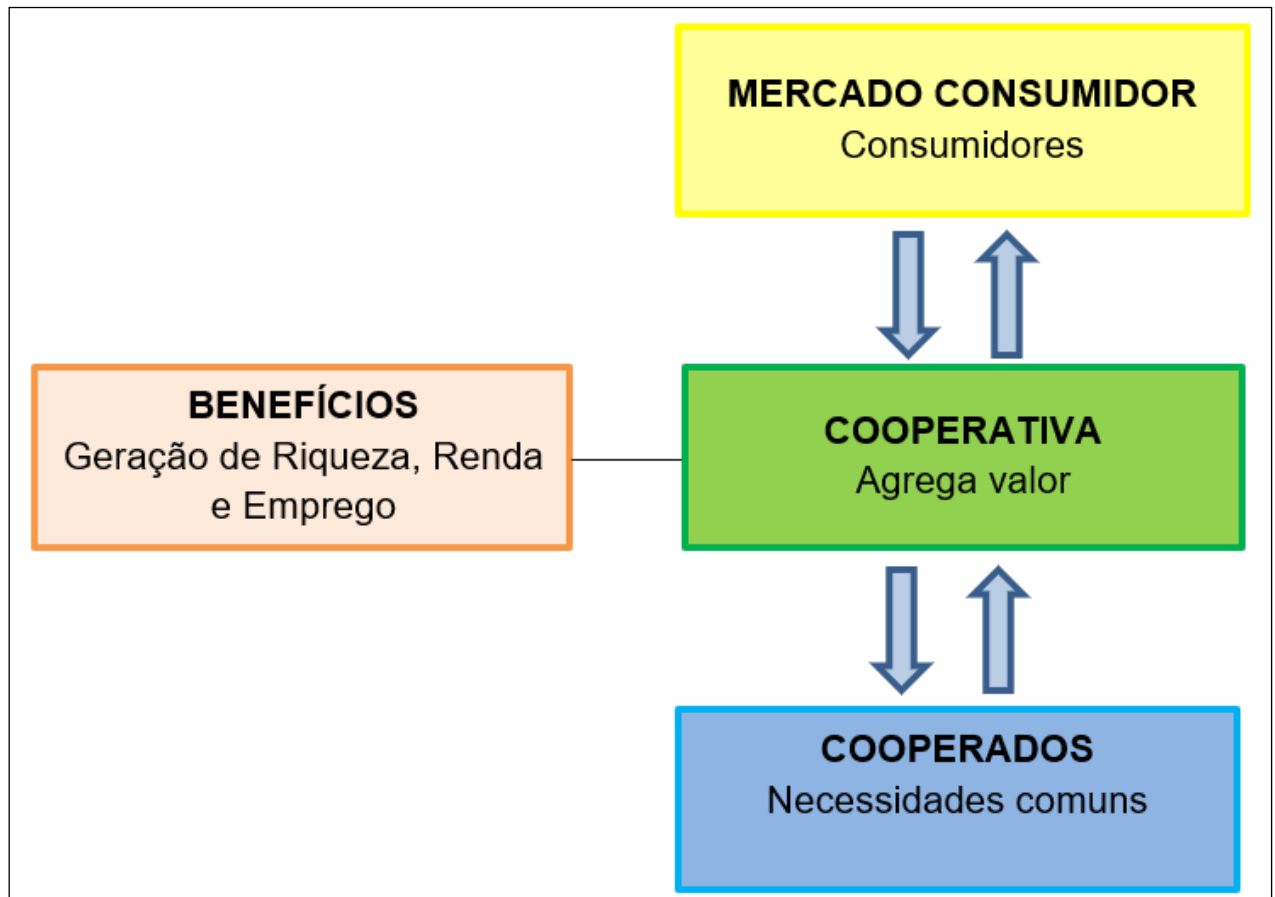


Figura 1 – Esquema básico de uma cooperativa.
Fonte: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A sociedade cooperativa no Brasil é regida pelo Código Civil, precisamente o Artigo 1.094, que define suas características:

Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:

- I - variabilidade, ou dispensa do capital social;
- II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
- IV - intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;

- V - quórum, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- VI - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- VII - distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;
- VIII - indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade (BRASIL, 2002).

Para a criação da IG Cabocla e da cooperativa “As Quatros Irmãs do Contestado”, são necessários uma série de estudos e, conseqüentemente, passos a serem cumpridos, os quais poderão trazer subsídios palpáveis para a sua consolidação. Portanto, no decorrer desta pesquisa, as fases serão discutidas e aplicadas à realidade regional do objeto de estudo.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS: A JORNADA PARA O DESENVOLVIMENTO

Para a compreensão do processo de formação socioespacial da região do Contestado, foi necessário estudar as causas e os efeitos que a guerra civil deixou em sua população no decorrer dos últimos 100 anos, já que suas interfaces atingiram não somente a dinâmica econômica e social, mas também questões políticas e ambientais, que moldaram as estruturas do espaço geográfico da ex-região contestada.

Para tanto, as categorias de análise de espaço e tempo foram pautadas na concepção científica do marxismo denominada de materialismo histórico dialético, já que esta permite ao pesquisador a compreensão e a análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas da sociedade. A ciência, em uma perspectiva dialética, apoia-se na noção de historicidade, na transformação da realidade é analisada de modo crítico, explicando, da totalidade em movimento, a essência do concreto, ou seja, as contradições e as desigualdades.

Pela complexidade que a Guerra do Contestado produziu e o conjunto de seus elementos, nesta pesquisa também foi adotado o método regional, pois por meio dele é possível distinguir áreas com a integração de fenômenos heterogêneos que a região

oferece à pesquisa.

Sabemos que a multiplicidade do objeto de estudo está envolta em numerosas variantes de abordagens, que permeiam o território, políticas, olhares históricos, sociológicos e econômicos, chegando aos geográficos, o que demanda uma necessidade de distintas dicotomias e abordagens, justificando-se assim as duas concepções, ditas anteriormente, no processo de criação da IG e da cooperativa.

Para atingir os objetivos propostos, os levantamentos feitos por intermédio de fontes secundárias, como teses e artigos científicos, foram primordiais, já que no estágio inicial da pesquisa elas nortearam os caminhos a serem percorridos e, acima de tudo, deram embasamento teórico e dados basilares para posteriores compreensões da realidade vivenciada empiricamente.

No que concerne à questão da região-território, refletiu-se sobre as obras de Rogério Haesbaert (2004, 2005, 2014), sendo imprescindível contextualizar historicamente o “território” pesquisado, já que, se esta leitura for integradora, o território responde pelo conjunto de nossas experiências, ou seja, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, e os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem-se consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004).

Um autor imprescindível para estudar o conceito de região por meio do Possibilismo é o francês Paul Vidal de La Blache (1950), pois ele entende peculiarmente a região natural como uma ponte de estudos para os geógrafos realizarem seus trabalhos, mas de maneira que o natural não seja determinante sobre as realizações humanas.

La Blache entende que os fatos que ocorreram entre os séculos XIX e XX, sobretudo as lutas de estados que pretendiam aumentar suas extensões territoriais e suas abrangências de explorações, estariam levando o indivíduo a transformar o meio natural e suas relações, mesmo para as configurações dentro de um estado ou região que contribuía com esta ou aquela formação social e econômica. Vale salientar que a análise possibilista é ultrapassada, mas serviu como base para revolucionar o pensamento atual da Geografia.

Além dos autores já citados, Sandra Lencione (2009) tem um papel fundamental para o entendimento do conceito de região, já que sua obra trata especificamente das origens do conhecimento geográfico, da região como objeto de

estudo, passando pela influência do neokantismo, do positivismo lógico, da fenomenologia e do marxismo e, ainda, pelas perspectivas teóricas contemporâneas para a Geografia regional.

A obra *Segurança, Território, População*, de Michel Foucault (2008), trouxe subsídios teóricos para a pesquisa, pois “seu pensamento não era teórico e sim constituído de erupções que possibilitam refletir sobre uma realidade obscurecida por discursos e transformada pelos interesses inclusos nas teias relacionais de poder” (DROIT, 2006, p. 69). Ainda sobre essa obra, Rondon Filho (2011, p. 370), afirma que:

A obra retrata o curso de mesmo nome ministrado por Michel Foucault no Collège de France (1977-1978), A arte de governar e o ‘governo de si’ são questionados em um transcurso histórico que desaguou em uma “razão de Estado”, cuja racionalidade implicou na construção de conjuntos de saberes e de tecnologias de poder, necessários para o crescimento das forças do Estado. Ao demonstrar os problemas que a Polizeiwissenschaft devia controlar, delimitou o papel da polícia como garantidora da ordem interna e técnica de controle populacional, dotada de saberes específicos, constituindo-se, junto com segurança e a Economia Política, naquilo que Foucault denominou de biopolítica (RONDON FILHO, 2011, p 370).

Com base em todas as abordagens já discutidas, o trabalho parte da concepção da região como um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, no qual se articula em detrimento de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração do bloco “regional” de classe que nele se reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1988).

No âmbito de desenvolvimento regional, buscou-se usar autores inseridos no contexto da região do Contestado, dando destaque para as obras do professor Valdir Roque Dallabrida, da Universidade do Contestado, pois suas obras (2007, 2010, 2013) fornecem contribuições para as principais teorias clássicas relacionadas ao desenvolvimento regional, apontando autores teóricos clássicos e suas preocupações com o acúmulo de riquezas, melhoria de qualidade de vida, espacialidade, localização e crescimento econômico, conceitos estes atrelados ao desenvolvimento.

Para um melhor entendimento da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, a qual definiu os atuais territórios dos estados do Paraná e Santa Catarina, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, regiões oficiais para o IBGE e os estados em questão, são base para o

estudo das obras do geógrafo Nilson Cesar Fraga, o qual salienta que a guerra se configura como uma das maiores guerras civis vistas em todo o território americano e, apesar de culminar na morte de milhares de caboclos e soldados do Exército Brasileiro, ainda é pouco estudada, tanto nos livros de História e Geografia como nos bancos das universidades.

Ainda nesse contexto, a exclusão geo-histórica causada pela Guerra do Contestado foi abordada por meio dos estudos de Fernand Braudel (1966), o qual conseguiu instrumentalizar a Geografia com a História, transformando-as em geo-histórica.

No que tange à miséria e à fome, tão recorrentes na região, as análises foram pautadas em Ludka (2016), que compreendeu esses problemas existentes na região do Contestado e buscou avaliar se eles são uma herança da Guerra do Contestado ou uma questão social, política, econômica e cultural que permanece ao longo do tempo.

Os municípios da AMARP foram investigados e analisados por meio de publicações em revistas científicas, dissertações, teses, documentos oficiais, fotografias, revistas, jornais, ou seja, meios confiáveis que trouxessem informações referentes ao objeto de pesquisa colocado em questão, bem como pelos acervos particulares disponibilizados pela comunidade em geral.

Nessa fase da pesquisa foi permitido conhecer melhor as vivências, as relações sociais e o cotidiano da sociedade paranaense e catarinense no decorrer do espaço e tempo, sobremaneira nos últimos 110 anos, período que marcou a guerra e os reflexos sobre a sociedade regional.

Os dados disponibilizados pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), entidade que tem o objetivo de fortalecer a gestão pública municipal e dar voz aos prefeitos, foram imprescindíveis para uma análise mais complexa dos municípios. A FECAM fornece os dados para serem alocados no IDMS, que é uma das ferramentas do Sistema de Indicadores e tem como objetivo avaliar os municípios de acordo com seu nível de desenvolvimento sustentável.

Além disso, esses dados buscam auxiliar os agentes públicos a se situarem em relação a um cenário futuro desejável e a definirem prioridades locais, visando à conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

De acordo com o IDMS (2019), é preciso facilitar o acesso dos agentes públicos à imensa quantidade de informações espalhadas pelas bases de dados dos órgãos públicos. Desse modo, a FECAM busca fomentar a prática do planejamento, a avaliação e a tomada de decisão orientada por informações técnicas, tornando-se também uma base de referência para a pesquisa científica e o trabalho jornalístico no estado. Além disso, também foi adotado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), para comparar a realidade dos municípios da AMARP com o restante do Brasil.

Os demais levantamentos bibliográficos se deram em órgãos públicos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Secretarias de Desenvolvimento Estaduais e Municipais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, bem como as obras da Biblioteca Nacional.

Em relação às IGs, foram levantados dados por meio da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), *Institut National de L'origine et de la Qualité* - Instituto Nacional da Origem e da Qualidade (INAO), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), *World Intellectual Property Organization* (WIPO) e relatórios disponibilizados pelas IGs já consolidadas.

Já acerca do cooperativismo, foram levantados dados com base na OCB, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP) e em relatórios de atividades disponibilizados pelas cooperativas da região do Contestado.

As investigações bibliográficas foram desenvolvidas no decorrer de todo o estudo, contudo, após sua organização, iniciou-se a fase das pesquisas de campo,

por meio de conversas com os moradores e visitas aos municípios da região do Contestado, em especial Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa.

Diante do exposto e para a compreensão do que aqui se propôs discutir, a pesquisa está dividida em quatro capítulos. Inicialmente foi construída a introdução, intitulada “A região do Contestado à mercê do subdesenvolvimento”, que teve por objetivo norteador apresentar as reflexões nas quais a pesquisa foi pautada, mostrando dados iniciais que contestam seu objeto, trazendo seu recorte, como sua problemática e os caminhos a serem percorridos por meio da metodologia.

O primeiro capítulo, denominado de “Região-Território e Desenvolvimento Regional”, buscou compreender os conceitos de região e território, importantes para as análises, uma vez que representam um dos aspectos estudados pela ciência, ou seja, a materialização das relações sociais e de poder.

Discorreu-se também acerca de desenvolvimento regional, deixando evidente que é um processo desencadeado por um programa norteado por vários princípios, como capital, população consciente e interessada em desenvolvimento e estabelecimento de políticas de desenvolvimento. Ao término, foi abordada a identidade territorial, demonstrando que o povo caboclo possui uma identidade própria, a qual se torna essencial para a consolidação da cooperativa.

O segundo capítulo, com o título “Contestado, a geo-história da exclusão no Sul do Brasil”, aborda a história e as mazelas deixadas pela Guerra do Contestado, demonstrando que o poder público é um dos principais agentes causadores da fome, miséria e falta de desenvolvimento na região. Foram ainda caracterizados os municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, para elucidar os aspectos socioeconômicos dentro da perspectiva geográfica.

O terceiro capítulo, denominado de “Identificação Geográfica como estratégia para o desenvolvimento regional”, apresenta o surgimento das IGs e seus principais marcos regulatórios no contexto nacional e internacional, expondo uma linha temporal dos principais fatos ocorridos. Também traz um entendimento da dinâmica dos selos adotados pelo governo francês, o pioneirismo de Portugal, as atuais IGs do Brasil e a proposição da IG do Contestado Catarinense.

Por fim, o quarto capítulo, intitulado de “Cooperativismo, Indicação Geográfica e a Sociedade no século XXI”, relata o começo do cooperativismo, revelando os cenários socioeconômicos nos quais estão inseridos, mostrando assim sua

importância para o desenvolvimento regional dentro da sociedade capitalista. Tais fatos levam à proposição da criação da Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado”, fundamentada e apresentada com base na agricultura familiar, agroecológica e na IG.

2. REGIÃO-TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um geógrafo que se interessa em entender o processo de formação de uma região e de um território, além de buscar compreender o desenvolvimento regional, deve obrigatoriamente estar atento para a desfaçatez do contexto político, para os duelos pelo poder, para as táticas e peripécias dos governos, para os projetos de comando e conquistas, que levam à instalação e demarcação desses conceitos, estabelecendo fronteiras e limites, que ora são reivindicados pela natureza, ora pelos povos ancestrais, pelo divino e pelos legítimos donos.

Nesse contexto, o presente capítulo apresenta as variantes ocasionadas na região e no território como herança do conflito, como subsídios teóricos para o entendimento dos conceitos de região, território e desenvolvimento regional, norteadores da Geografia.

2.1 A CATEGORIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE REGIÃO E TERRITÓRIO: A TRILHA PARA O ENTENDIMENTO DA ÁREA CONTESTADA

Discutir os conceitos de região e território na ciência geográfica não é algo inédito, contudo, torna-se importante para a pesquisa, revelando as variantes da problemática que levou à sádica Guerra do Contestado e consequentemente à pobreza.

Os conceitos de região e território são complexos, fundamentados por grandes discussões em diversas áreas do saber. Sendo assim, são necessários uma triagem e um posicionamento categórico em cada pesquisa. Desse modo, foi analisado, primeiramente, o conceito de região, considerando como base teorias de pensadores clássicos, a fim de entender a região do Contestado e, logo, o Contestado como uma região.

Em seguida, foi discutido o conceito de território, já que o Contestado também se caracteriza como um, sendo resultado de todo um processo evolutivo, que compreende desde a época das primeiras ocupações até as diferentes ações de criação, ordenação e planejamento urbano dos municípios que o compõe. Por fim, foi

investigado o desenvolvimento regional, essencial para, posteriormente, entender os problemas de subdesenvolvimento.

Ao tratar do conceito de região, depara-se com distintas dificuldades, por ter um caráter mais abrangente, já que o termo remete a referências em várias escalas, como pode indicar e localizar qualquer tipo de “extensão” concreta, desde uma “região” do cérebro humano até um bairro, uma província ou um conjunto de países (BEAUJEU-GARNIER, 1971).

O termo também possui uma longa tradição de tratamento interdisciplinar, sendo corriqueira a utilização sistemática nas Ciências Biológicas, na Antropologia, na Psicologia, na Sociologia, na Administração Pública, na História e na Economia, levando cada disciplina a propor definições próprias e significados adequados ao conceito (CLAVAL, 1987).

Assim, a importância de estudar a região possui dois ângulos analíticos. O primeiro é da primordialidade de precisar o objeto a ser trabalhado. Já o segundo relaciona-se à necessidade de criar teorias que supram os estudos oriundos das mais diversas formas de estudar o espaço geográfico (CLAVAL, 1987).

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2005), em uma entrevista dada à revista *Discente Expressões Geográficas*, salienta que o conceito de região possui uma extensa tradição na Geografia, sendo um conceito permanente, todavia não congelado. Já foi submetido a inúmeras reinterpretações, o que denota a sua força e confirma que foi por meio dele que a Geografia ganhou identidade frente a outras ciências.

A palavra “região”, antes mesmo de ser considerada um conceito basilar da Geografia, já era designada para indicar a relação entre uma determinada área e o poder político administrativo exercido sobre ela. De acordo com Sposito (2004), desde os tempos do Império Romano, “região” era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.

Sobre todo o processo que denota o histórico do conceito de região, Gomes (2005) encontra três amplas conclusões: a primeira é que o conceito de região permitiu, em grande parte, o aparecimento dos debates políticos em relação à dinâmica do Estado e o aparelhamento da cultura e do estatuto da diversidade espacial. Em um segundo momento, o discurso em relação ao conceito consentiu

também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, entre outras. Por último, foi na ciência geográfica que as discussões alcançaram maior importância, uma vez que a região é considerada um conceito-chave desta ciência.

É importante salientar que, antes mesmo de a região se tornar alvo de preocupações sistematizadas, os estudos regionais buscavam, sobretudo, identificar especificidades, curiosidades e descrições sobre as mais diferentes partes do planeta Terra (CLAVAL, 1987). Mas foi a partir de meados do século XVIII que distintas formas de descrição, classificação e técnicas de análise foram desenvolvidas, sem a intenção de progredir em uma visão mais “científica” sobre o termo região. Essas preocupações foram mais corriqueiras no começo do século XX, quando a sistematização de uma “Geografia Regional” começou a dar seus primeiros passos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (WHITLESSEY, 1954).

A sistematização da Geografia e sua teoria foram estabelecidas por suas categorias e seus conceitos, todos levando em consideração seus períodos e conjunturas e, portanto, proporcionam sinais de rupturas e separações, levando a uma obrigatoriedade em sua revisão conceitual para entender a história do presente. O conceito de região, para um grande número de geógrafos, é um dos mais clássicos da Geografia, contudo, nas décadas de 1970 e 1980, foi submetido a numerosas críticas (LUDKA, 2016).

Ao pensar nos primeiros pensadores que elaboraram as primeiras definições de cunho mais teórico sobre o fenômeno regional, são encontrados Alfred Hettner, na Alemanha, Vidal de La Blache, na França, e A. J. Herbertson, na Grã-Bretanha (DUARTE, 1980).

Quando se trata da primeira definição sistematizada da noção de região, remete-se à que foi idealizada por Herbertson, em um artigo datado no ano de 1905. No que diz respeito às suas características mais metodológicas, é possível afirmar que a proposta desse pensador teve a preocupação de criar uma “geografia sistemática”, que encontrou as ordens das divisões geográficas em todo o globo terrestre (HERBERTSON, 1905).

Herbertson (1905) introduziu a preocupação em determinar a regionalização como um processo de classificação, fazendo uma citação explícita aos procedimentos de classificação da Ciência Biológica (sobretudo no que concerne à hierarquia da

divisão dos seres vivos em espécie e gênero), comprovando, portanto, um viés mais dedutivo, partindo da definição prévia de critérios de delimitação das regiões para, em seguida, dividir o mundo em grandes regiões naturais (DICKINSON, 1976).

O autor supracitado sugeriu quatro “classes de fenômenos” para a aceção das regiões, na seguinte ordem de importância: 1) configuração (principalmente os elementos da geologia e da geomorfologia da superfície terrestre); 2) clima (massas de ar, temperatura e níveis de precipitação); 3) vegetação; e 4) densidades populacionais.

Deliberar o conceito de regiões naturais seria, nesse contexto, o empurrão indispensável para a resolução final dos problemas oriundos da Geografia, já que essas definições consentiriam em colocar recortes adequados e duradouros da superfície terrestre, até mesmo para o desvelamento dos empregos econômicos que cada fragmento do espaço iria cumprir, pois se pensava que as atividades produtivas tinham relações causais incontestáveis com elementos naturais como o clima, a geologia, a hidrologia, o relevo, a vegetação e o solo de cada parcela do espaço.

De acordo com Corrêa (2007), desde o final do século XIX e durante as duas primeiras décadas do século XX, enquanto a Geografia era pautada pela expansão advinda do Imperialismo, sendo o Determinismo Ambiental uma das principais correntes, o conceito dominante foi o de região natural. Logo, a região natural é “compreendida como uma parte da superfície de Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas de elementos da natureza” (CORRÊA, 2007, p. 23).

Foi na França o início do estudo mais sistematizado acerca do conceito de “região natural”, com o geógrafo Lucien Gallois, em seu livro *Regions naturelles et noms de pays*, de 1908 (RONCAYOLO, 1986). A definição procedente de Gallois (2013, p. 222) diz que:

Em resumo, se a consideração do clima permite distinguir na superfície do globo somente certo número de grandes regiões, por seu turno a altitude e a constituição geológica do solo introduzem diferenças e justificam uma subdivisão em regiões menores, mais ou menos bem delimitadas, cuja característica é mais realçada quanto mais simples são os elementos que a constituem. São para essas unidades, grandes ou pequenas, mas todas de ordem física, que é conveniente reservar o nome de regiões naturais. [...] Creio, com

efeito, que é na natureza mesmo que é necessário buscar o princípio de toda divisão geográfica (GALLOIS, 2013, p. 222).

Ao tratar da região natural do Contestado, a área de estudo da pesquisa é caracterizada por amplas florestas de araucárias (Figura 2), que eram ricas em madeira nobre e em erva-mate. Contudo, tal floresta foi vastamente explorada pela empresa inglesa *Lumber Company*, no interesse do capitalismo, desde a primeira década do século XX. Assim, pode-se afirmar que a primeira região Contestada era de âmbito natural, dada as riquezas advindas da terra. Sobre esse fato, Dallabrida (2012, p. 43) afirma que:

A vegetação de araucária, no passado muito denso na região, infelizmente, não resistiu ao ímpeto do modelo econômico de exploração extrativista implantado entre as décadas de 1910 e 1980, sendo devastada em grande parte pela indústria madeireira, não só oriunda da região, mas também de outros estados do Brasil e até do exterior. A principal empresa que atuou na região na exploração da araucária foi a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, empresa de origem estadunidense, mais conhecida como Lumber. A Lumber funcionou na região até 1942. Em função da exploração em larga escala, a paisagem de araucária foi em grande parte devastada (DALLABRIDA, 2012, p. 43).



Figura 2 – Floresta de araucária no município de Caçador.
Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército (1915).

Após a região natural, com a inserção do Possibilismo, a região passou a ser geográfica. O ser humano foi declarado como um ser que influencia e pode ser influenciado pela natureza. Assim, a região se tornou objeto de estudo e compreendeu

a paisagem⁵ e sua extensão, onde se entrelaçam os componentes da natureza com a ação humana.

Corrêa (2007, p. 28), acerca da região no Possibilismo, diz que:

Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passaram de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra (CORRÊA, 2007, p. 28).

A região geográfica, que foi construída sobre as bases teóricas do empirismo, foi arremetida pelo paradigma possibilista e fundamentada na França ainda no século XIX, por Vidal de La Blache. Em seguida, ampliou-se para a Alemanha e para os Estados Unidos no decorrer do século XX. A inquietação do geógrafo estava em demonstrar as individualidades e singularidades procedentes da combinação entre os elementos taxados de humanos e naturais, ou seja, a região geográfica (COSTA; ROCHA, 2010).

Com a nova Geografia, a região passou a ser definida como um conjunto de lugares nos quais as distinções internas são menores que as encontradas entre eles e outros lugares. Tendo sua origem pautada nas bases teóricas do positivismo lógico, a nova Geografia empregou técnicas estatísticas para poder regionalizar as porções da superfície terrestre. Para averiguar as semelhanças e as diferenças entre as áreas é utilizado um conjunto técnico-estatístico – como moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação e análise de agrupamento –, que permite mensurar os lugares e definir uma divisão regional (COSTA; ROCHA, 2010).

Quando se trata da Geografia no âmbito crítico, a região se caracteriza por meio do capitalismo que acaba promovendo o desenvolvimento desigual, dada a sua própria definição como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações e das contradições materializadas no espaço geográfico (CAVALCANTI, 1998).

De acordo com Lencioni (2009), a concepção de região se apresenta como uma particularidade, ou seja, como uma mediação entre o universal e o singular, entre a escala global e a escala local. Levando em consideração esse elemento mediador,

⁵ Na Geografia, o conceito aparece inicialmente ligado à paisagem natural, entendida por meio da composição dos elementos naturais (clima, vegetação, relevo, solo, entre outros); e posteriormente à paisagem humanizada compreendida como resultado das relações homem/natureza (COSTA; ROCHA, 2010).

a autora procurou demonstrar que a ideia de região, tanto como parte de uma totalidade quanto como conhecimento geográfico, está em todas as sociedades.

Viver pode significar reconhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir da mais simples experiência, assim como perceber esse espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante. Lencione (2009, p. 198) explica que:

[...] a palavra região assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem ainda um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas pertencerem a um determinado lugar (LENCIONE, 2009 p. 198).

Portanto, o estudo da região já se define pela própria herança decorrente do processo histórico da guerra, no qual as disputas territoriais iniciaram-se no século XVI, quando Portugal e Espanha, por meio do Tratado de Tordesilhas, brigavam pela posse das terras contestadas. No século XIX, essa região foi contestada pela então Província do Paraná e de Santa Catarina, sendo novamente palco de disputas territoriais se estendendo até o século XX (LUDKA, 2016).

Também se entende que a palavra “região” remete à designação de comando, de domínio e de poder, ou seja, é caracterizada como espaço perante um determinado comando, em certo domínio; um local conduzido por algum indivíduo, governado por algum agente; a delimitação de um espaço sob controle, um espaço em que se estabelece uma soberania, no qual se finca uma preponderância depois uma conquista sobre um inimigo.

De acordo com Albuquerque Junior (2008, p. 56-57), a região pode ser entendida como um “espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares.”.

Entender a região se torna fundamental para a criação da IG e da cooperativa no contexto dos quatro municípios, já que por meio da regionalização se pode compreender as diferenças e semelhanças internas, essenciais para a definição dos tipos de produtos que serão produzidos.

Nesse contexto, o conceito de território transfigura-se elementar, visto que o uso do território não se dará apenas pela produção da matéria-prima para a IG ou cooperativa, mas como a possibilidade de produção de outros alimentos. Também

existe a necessidade de discutir a distribuição desses produtos por todo o território nacional.

O propósito de discussão do trabalho é contribuir para a compreensão do conceito de território e região, presentes no fazer geográfico. De acordo com Heidrich (1999), não haveria sentido a discussão proposta se a região não fosse considerada como um processo posterior à criação do território, portanto, do estabelecimento do poder.

Entre as categorias geográficas, o conceito de território tem recebido maior força nos debates contemporâneos, principalmente com a ideia de globalização. Esse conceito sempre esteve presente nas discussões geográficas, desde Ratzel e a constituição de uma ideia de Estado, vinculado ao território e ao povo, até as geografias contemporâneas, seja pensando a relação entre território e poder, seja em estudos voltados à identidade territorial e ao território existencial.

O termo território advém do latim “*territorium*”, que, por sua vez, deriva de “terra” e tem como significado “pedaço de terra apropriado”. Na língua francesa, “*territorium*” deu origem às palavras “*terroir*” e “*territoire*”, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes (ALBAGLI, 2004).

Em suma, como conceito, o território foi elaborado a partir de um correlato empírico, sistematizado na Geografia, de forma particular na Geografia Política, inicialmente por Friedrich Ratzel (1844-1904), que compreendeu o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado.

Contudo, é perceptível que o conceito de território tem sido submetido às tentativas de redefinição e seu uso é feito de maneira ampla, seja no bojo das ciências, seja no vocabulário cotidiano, no qual o território pode ser equivalente a uma dada extensão de terra (SOUZA, 2013).

Atualmente, o território é considerado como um espaço definido por um conjunto de relações de poder. Consequentemente, ele é considerado um espaço controlado por grupos humanos, produzindo territorialidades específicas, das quais o poder se origina. Na visão de Haesbaert (2007), o território, assim como em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político, estando relacionado também tanto ao poder de modo mais concreto, ou seja, de dominação, no sentido mais simbólico, como de apropriação.

Lefebvre (1986) discerne apropriação de dominação, onde o primeiro é taxado em um processo mais simbólico, repleto de sinais do "vivido", do seu valor de uso; já o segundo, entra no âmbito do concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. O autor, acerca de território, salienta que:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tomando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411- 412).

Já o geógrafo francês Jean Gottman (2012) apresenta uma definição fundamental para o conceito de território, ao considerar que ele:

É uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. (GOTTMAN, 2012, p. 523).

Esse entendimento advindo de Gottman (2012) considera que o território é, de modo geral, algo emaranhado nas ideias de espaço e de política, à medida que “a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política” (GOTTMAN, 2012, p. 523).

A tentativa de delinear uma transformação do conceito de território, considerando-o como um conceito político e geográfico, especialmente pelo fato do próprio espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) ser organizado por meio de processos políticos, ou seja, do território que se concretiza como um relevante conceito para a política.

A partir da época das Grandes Navegações, o território contraiu um sentido de bem-estar e segurança, intercedido pelo papel do Estado, que “considerou seu território como o sustentáculo fundamental da segurança e do bem-estar” (GOTTMAN, 2012, p. 529).

Com base em Gottman (2012), exemplificam-se alguns momentos históricos dessa concepção de território, como os observados na Revolução Francesa, a qual buscava um governo popular e igualdade social. Outro contexto marcante foi o da Revolução Americana, que buscava a divisão política e a organização política federal por intermédio da homogeneidade territorial.

Nesse sentido, fica subentendida a presença de elementos que agem como demarcadores dos territórios, ou seja, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p. 78). Portanto, é por meio do exercício do poder que se legitima o grupo e/ou classe social em um determinado território, já que “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENT, 1985, p. 24).

Sobre o fato de se compreender o território como alicerce do trabalho, como da residência, passando pelas trocas materiais e espirituais de nossas vidas (SANTOS, 2002), salienta-se que existe a necessidade do estudo do território caboclo e suas modificações oriundas da Guerra do Contestado, para que assim se possa pensar em uma IG e uma cooperativa que apoie o desenvolvimento regional.

A abordagem em torno do conceito de território feito por Saquet (2001) corrobora as ideias de Haesbaert (2004), uma vez que ambos trazem para o debate a perspectiva integradora. Os dois autores compactuam que as dimensões denominadas “naturais, políticas, econômicas e culturais” se entrelaçam, podendo gerar articulações no tecido territorial, tendo reflexos inclusive nas políticas públicas.

Assim, o território é um recurso notório para favorecer o desenvolvimento territorial dentro de um contexto integrador que leva em consideração as ligações determinadas entre a sociedade e a natureza, a política, a economia e a cultura, estabelecidas histórica e geograficamente no espaço.

A Geografia muito pode contribuir para a compreensão do problema a partir do uso do território, uma vez que é nele que se manifestam as desigualdades socioespaciais, bem como a fome, a miséria e a pobreza. Então, entender o espaço geográfico é compreender a realidade em sua totalidade, de como ocorre sua formação, organização, transformação e as relações entre os elementos que o compõem. O indivíduo vivendo em sociedade apropria-se do espaço, produzindo

territórios e paisagens, sendo estes últimos processualidades históricas da formação de cada território (SAQUET, 2003).

O território escolhido para a pesquisa foi o assolado pela Guerra do Contestado, contudo, foram escolhidos especificamente os territórios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, os mais pobres da AMARP, a fim de entender melhor sua pobreza e como uma IG e uma cooperativa agroindustrial familiar podem trazer riqueza e renda para sua população.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXOS DE UMA FORMAÇÃO CONFLITUOSA

A região do Contestado Catarinense possui distintos entraves no desenvolvimento regional, dado os índices de pobreza registrados, como a fome, a concentração de renda e da terra, além da falta de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional. De acordo com Ludka (2016), a região é formada por pequenas propriedades rurais e latifúndios, sem uma diversificação da produção, voltadas à produção concentrada de tabaco, produção intensiva de aves e suínos e o plantio de pinus e eucalipto.

Nesse contexto, existe uma necessidade de desenvolvimento regional para todos os municípios da AMARP, sobretudo nas cidades supracitadas, no sentido de geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da fome e da pobreza marcante nestes municípios.

O termo “desenvolvimento”, comum e muito utilizado por outras ciências e até mesmo pelos veículos de comunicação em massa, inclusive nos mais elitizados, comparece no *Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis* (2015, p. 120) tendo as seguintes definições:

1. Ato ou efeito de desenvolver(-se); desenvolvimento; 2. Passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado etc.; adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso; 3. Aumento da capacidade ou competência; amadurecimento, crescimento, evolução; 4. Exposição, apresentação, explanação, explicação ou exame minucioso, em sequência lógica (escrita ou oral), de um tema qualquer; detalhamento, elaboração; 5. Revelação gradativa de; desenrolamento, evolução, prosseguimento; 6. Crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na

estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população (MICHAELIS, 2015, p. 120).

Percebe-se que as definições de desenvolvimento, principalmente no item 6, está atrelada ao crescimento econômico; contudo, o termo social vem em seguida, demonstrando que o “social” é parte essencial para que ocorra o crescimento econômico, por exemplo. Logo, a ciência geográfica tem a missão de, por meio de suas pesquisas, buscar esse desenvolvimento, no qual os aspectos econômico, social e político estejam em consonância, para que assim seja possível compreender perfeitamente as realidades escalares em âmbito local, regional, nacional, entre outros.

De acordo com Sachs (2004, p. 14), “o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”, ou seja, o crescimento necessita estar junto com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, para que de fato ocorra o desenvolvimento.

No que se refere ao desenvolvimento regional, um dos campos de estudos da Geografia de suma importância para compreender o objeto de estudo, entende-se que até a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento e a região, assim como os problemas cognitivos políticos a eles relacionados, mantiveram-se como variáveis estudadas isoladamente. É evidente que, a maior parte das ciências sociais, cada uma de seu próprio jeito, sempre manifestou interesse sobre as relações entre desenvolvimento e região.

Contudo, os estudos sobre o desenvolvimento regional foram se montando e remontando em um encontro disciplinar no qual se evidenciam a contribuição da Ciência Econômica, da Geografia, da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, entendendo as causas e consequências da intervenção humana no território.

Os questionamentos, como a repartição da população, a localização das atividades produtivas, a formação das cidades, a degradação ambiental e o papel dos transportes, há muito são investigados. Mas todo esse conjunto de dados empíricos que vão permitindo conceber e explicar as relações que se estabelecem entre desenvolvimento e região não institui uma forma autônoma de pensar com o desenvolvimento regional (MATTEDI, 2015).

Dallabrida (2012) salienta que o desenvolvimento (territorial, regional, local) é compreendido como um processo de transformação estrutural empreendido por uma sociedade organizada dentro de um território, alicerçado na potencialização dos recursos e ativos⁶ (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no próprio local, para que ocorra a dinamização socioeconômica e o avanço da qualidade de vida de sua população.

O conhecimento com o desenvolvimento regional, de acordo com Mattedi (2015), comporta três especificidades cognitivas: a) causação contextual; b) distinção analógica; c) a autorreferência reflexiva. Assim, a pesquisa com base no conceito de desenvolvimento regional parte da hipótese de que o desenvolvimento e a região estão analiticamente unidos por relações de influência recíproca. Isto significa que o desenvolvimento e a região são intrínsecos aos contextos transacionais em que estão inseridos. Quanto mais se desenvolve uma região, maiores são as interconexões e interdependências entre desenvolvimento e região.

Dessa maneira, os contextos transacionais estão em constante mutação e, portanto, não podem ser descritos por meio de uma causação linear. O desenvolvimento regional demonstra uma relação causal bidirecional, na qual o desenvolvimento tem uma influência causal sobre a região, que, por sua vez, tem um efeito causal sobre o desenvolvimento.

Sobre o assunto, Mattedi (2015, p. 64) salienta que:

Se dissermos que o conhecimento com o desenvolvimento regional é regionalmente situado, somos obrigados a situar nosso conhecimento regionalmente. Esse viés regional da operação de contextualização do conhecimento com o desenvolvimento regional só se torna evidente quando efetuamos uma analogia. Isso significa que nunca podemos

⁶ Sobre os recursos e ativos territoriais, Dallabrida (2012, p. 45-46) afirma que: “o desafio das estratégias de desenvolvimento constitui-se em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. Os ativos e recursos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca, estipulado no mercado via o sistema de preços. Estes ativos e recursos não permitem que um território se diferencie de forma consistente de outros, uma vez que eles são transferíveis, ou seja, são transacionados no mercado. Já os ativos específicos, por sua vez, possibilitam um uso particular e seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Além disso, eles apresentam um custo de transferência que pode ser alto e irreversível. Assim, os recursos específicos merecem maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento.”. Ressalta ainda o autor que “os recursos específicos, ao contrário dos recursos genéricos, não são mensuráveis, ou seja, não são expressos em preços e não podem ser transferidos, como qualquer produto transacionado no mercado. São elaborados num espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma troca não mercantil: a reciprocidade” (DALLABRIDA, 2012, p. 45-46).

afirmar nada sobre o desenvolvimento regional se não estabelecermos um parâmetro de comparação. Esse parâmetro de comparação retrospectiva que se direciona tanto internamente com modos anteriores de desenvolvimento regional, quanto mediante o contraste externo com modos discrepantes de desenvolvimento regional. Dito de outra forma, somente conseguimos pensar as relações entre desenvolvimento e região regionalmente quando comparamos com outras experiências de desenvolvimento regional no tempo e no espaço. Isso significa que o desenvolvimento regional é sempre relativo, porque, afinal, é sempre desigual (MATTEI, 2015, p. 64).

Para ser válido, o conhecimento do desenvolvimento regional necessita ser executado para si mesmo, ele é formado por um conhecimento autorreferente. Nessa maneira de pensar, pressupõe-se que cada contexto social constitui uma forma característica de se relacionar, simbólica e materialmente, desenvolvimento e região. Portanto, tanto as concepções quanto as aplicações das noções de desenvolvimento e região, bem como a de desenvolvimento regional, são produzidas socialmente segundo o padrão de desenvolvimento regional (MATTEI, 2015).

Hoje em dia existe uma tendência pela preservação ou reconstrução da identidade dos territórios e seus povos, apesar do intenso processo de globalização. Este quadro provoca em alguns lugares a busca para potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como ativos para estratégias de desenvolvimento.

No caso dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa, entender a relação de causalidade entre o desenvolvimento e a região e como esse reflexo atinge o contexto social de cada território levam a pensar o desenvolvimento regional como algo indissociável dentro do contexto do Contestado.

Contudo, segundo Kindlwmberger (1976), vários fatores interferem no desenvolvimento regional, entre eles os fatores de produção (terra, trabalho, capital e recursos naturais) e a organização institucional. Também existe a parte dos transportes, que é essencial, já que a proximidade entre localidades e regiões favorece o comércio de produtos, minimiza custos e diminui o capital aplicado. Portanto, quanto mais uma região for bem-servida e melhor qualidade tiver de meios de transporte (rodoviário, ferroviário, aquático, etc.) ou em fatores de produção, mais oportunidades ela terá de crescer e elevar o nível de vida da população.

O desenvolvimento regional não é apenas pensado pelos estudiosos, ao contrário, o conhecimento sobre o desenvolvimento ocorre também no âmbito corporativo e governamental. A produção sai dos núcleos acadêmicos e é ativa nas

agências governamentais, sindicatos, associações produtivas, círculos, redes e grupos informais.

No caso da região do Contestado, em escala local, as próprias prefeituras buscam o desenvolvimento regional, por meio dos consórcios intermunicipais, pela AMARP e pelo próprio poder legislativo, com investimentos feitos pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pelo Governo Federal Brasileiro, por exemplo, com programas de transferência de renda ou de criação de empregos.

Mattedi (2015, p. 68) afirma que essa característica dota o conhecimento sobre o desenvolvimento regional “de grande ambivalência e heterogeneidade de práticas. E, portanto, o conhecimento do desenvolvimento regional não está restrito a certos grupos sociais e lugares”.

2.3 CONTESTADO: UM ESPAÇO DE IDENTIDADE TERRITORIAL

Um dos maiores massacres da história do Brasil, sem sombras de dúvidas, foi a Guerra do Contestado, a qual deixou rastro de sangue, de mortes, de desalojados de suas próprias terras e de aliados de seu modo de vida. Os problemas enfrentados pelos caboclos antes do massacre eram bem diferentes daqueles que os assolaram durante e depois da guerra, levando a ser, até hoje, a região mais pobre e desigual dentro do estado de Santa Catarina.

A dívida histórica com essa população já atravessa mais de um século e os traumas daquela época ainda refletem no dia a dia dessa população tão esquecida pelo olhar dos políticos da capital Florianópolis. Apesar de todo o sofrimento, os caboclos ainda seguem suas vidas, suas tradições e buscam a valorização da sua cultura, por meio da comida, danças, festas, ritos ou até mesmo movimentos de revalorização e preservação de sua história.

As mazelas deixadas pelo poder público estadual e brasileiro levaram a luta constante de estudiosos, associações de comunidade, caboclos e poder público regional para a manutenção da cultura cabocla.

Nesse sentido, o Observatório da Região da Guerra do Contestado - Paraná Santa Catarina (Figura 3), que tem como base o curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, o qual envolve diversos estudantes e pesquisadores de

Geografia e outras áreas do conhecimento que trabalham a temática que envolve a Guerra e a região do Contestado, é um exemplo de resistência da identidade cabocla, porque divulga e debate as questões seculares regionais, levando as condições de vida, a história e a geografia do Contestado para o restante do Brasil, que, infelizmente, não conhece a região e a história desse povo e de seu território.

**Observatório da Região e
da Guerra do Contestado
Paraná e Santa Catarina**



**Universidade Estadual de Londrina
Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito**

Figura 3 – Logo do Observatório da Região da Guerra do Contestado – Paraná Santa Catarina.

Fonte: Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito (2020).

O território caboclo se tornou a identidade daquele povo. Segundo Santos (2002, p. 97), “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi”.

Vivemos em um espaço que já nos identifica socialmente e o reconhecemos como um espaço vivido, no qual a sua própria delimitação política do território acaba forjando ou até mesmo fortalecendo as identidades, assim como os nacionalismos e os regionalismos.

Foucault (1979) já dizia que o sujeito não é o dado sobre o qual se exerce ou até mesmo se abate o poder. O sujeito, com suas particularidades e identidade, pautado em si mesmo, já é o próprio produto de uma relação de poder que ocorre sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, forças e desejos, articulando-se, por exemplo, os “problemas de identidade regional, cujos conflitos que haveria entre ela

e a identidade nacional poderia inspirar muitos estudos” (FOUCAULT, 1979, p. 161-162).

Na região do Contestado existem indivíduos que há algum tempo não conheciam a história de seu povo, por esse motivo não tinham orgulho de sua origem, uma vez que o fim da guerra, contada na história oficial, colocou seus antepassados como facínoras, perturbadores da ordem nacional e assassinos.

Assim, o conflito era sinônimo de vergonha, opinião motivada por diversas violências à memória, principalmente do estado. Os resultados da guerra foram confirmados de distintas maneiras, como pobreza, fome, inacessibilidade à saúde, à assistência social e à educação (VITIELLO; FROIS, 2019).

Entretanto, o resgate histórico da Guerra do Contestado causou um reencontro com a essência daquele território, ou seja, o território do povo caboclo. Segundo Vitiello e Frois (2019, p. 164):

O sentimento de pertencimento ao seu povo e ao seu território, a paz com sua consciência, com seus modos de viver, sua cultura de luta e resistência a esta “república do diabo” que, vendida ao capital estrangeiro expropriou suas terras e esqueceu seus nomes, foram resgatados. Esse processo de microemancipação – não econômica, mas histórico-cultural – trouxe a eles o esclarecimento necessário para quebrar os grilhões que os prendiam ao passado, rumo a um futuro sonhado e esperado: uma revolução silenciosa (VITIELLO; FROIS, 2019, p. 164).

A busca por sua identidade cabocla tem feito que o povo do Contestado, de acordo com Vitiello e Frois (2019, p. 153), “se desvencilhe do estigma criado para desqualificá-lo e para justificar o seu massacre na Guerra do Contestado. Ações de reafirmação de âmbito cultural e econômico têm procurado ressignificar o que é ser um caboclo”.

De acordo com Fraga (2012), as pesquisas permitem considerar a região do Contestado como uma região cultural, já que, no decorrer da história, foi estabelecida pelas redes culturais que pautaram a formação territorial com uma identidade própria.

Apesar de os mecanismos administrativos estaduais terem criado nomenclaturas distintas para a região, como Oeste, Meio-Oeste ou Coração Catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina consegue se enxergar como habitante do Contestado, tendo assim, em maior parte, uma identidade territorial.

Quando se trata da identidade de um povo, Saquet (2003) salienta que ela está atrelada à territorialidade, pois corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. Dessa maneira, tornam-se o resultado de um processo de produção de cada território, sendo essencial para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana.

A identidade é desenvolvida pelas variadas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso abrange, basicamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos.

De acordo com Haesbaert (1997), o território necessita ser entendido em uma perspectiva integradora, isto é, como um domínio politicamente estruturado e como apropriação simbólica, identitária, inerente a certa classe social. Portanto, para o autor, a identidade territorial é definida historicamente.

Na perspectiva de Woodward (2000), a cultura é que modela a identidade ao dar um sentido às experiências e às escolhas identitárias, assinalando a junção de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas atuais.

Assim, a identidade territorial tem como alicerce, num contexto abstruso, alguns fatores essenciais, como: a diferenciação social, as institucionalidades, a diferenciação cultural, as divisões político administrativas, as diferenciações econômicas e a mobilidade da população (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (2008) afirma que uma das características das identidades territoriais é a possibilidade de serem construídas por meio de símbolos deslocados no tempo e até no mesmo no espaço, dando ênfase às fontes tradicionalmente mobilizadas, destacando a importância de se considerar duas dimensões nessas análises:

a) Histórica: cuja memória social alicerça-se em vultos históricos representativos, forjando-se uma dimensão heroica a partir da reconstrução de um passado mítico, sendo elaborados também os signos culturais que serão enaltecidos por essa identidade territorial.

b) Geográfica: composta por indicadores presentes no cotidiano, na paisagem, nas riquezas naturais, em um espaço de referência.

Diante do exposto, a IG e a Cooperativa Familiar “As Quatro Irmãs do Contestado” trarão ao povo caboclo um sentimento de identidade, de pertencimento,

já que terá produtos oriundos da “terra sagrada”, do território no qual seus antepassados foram fuzilados, jogados nos córregos que atravessavam o relevo acidentado ou jogados em valas comuns, onde seus corpos eram incinerados para não deixar rastros.

A pesquisa em seu desenvolvimento resgata a revalorização do povo do Contestado, levando a possibilidade de superação da condição histórica por meio do trabalho advindo da IG e da cooperativa, não apenas pelo acúmulo de capital, mas pela autonomia das famílias, pelo menos para a maioria da população, descendentes e caboclos, que não estão inseridos nos meios econômicos.

Almeja-se que, quando for pensado no caboclo do Contestado, povo que busca a mais de 100 anos reaver sua memória com dignidade e seus direitos básicos de vida, a IG e a cooperativa sejam referências, assim como acendam uma faísca de autonomia que assegure a esse povo a possibilidade de existir ainda que oprimido pelo restante do estado.

3. CONTESTADO, A GEO-HISTÓRIA DA EXCLUSÃO NO SUL DO BRASIL

A configuração territorial do Contestado não se resume apenas aos critérios e delimitações político-administrativas, pois está envolta por lógicas de territorialidade e territorialização. Portanto, as ordens política, cultural e econômica podem gerar processos territoriais, inclusive monopolizar os territórios dos quais fazem parte.

Para um melhor entendimento sobre o tema, o presente capítulo será baseado na obra *Grammaire des civilisations*, de Braudel, a qual demonstra que a história das sociedades é inseparável do espaço, o que fica mais evidente na escala em tela, em que se nota ser o espaço, para além de seu aspecto físico (área a ser ocupada, por exemplo), elemento constituinte de tais histórias e não algo “externo”.

Pensando nos elementos que configuram todo o processo territorial, também será abordado como ocorreu histórica e geograficamente a Guerra do Contestado, contudo, focando no subdesenvolvimento nos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande, Matos Costa. Entender a gênese do conflito até os dias atuais demonstra o legado pós-guerra, deixando uma reflexão ao leitor. De acordo com Fraga (2009), a Guerra do Contestado é um episódio complexo, que foi alimentado por vários fatores que se entrelaçaram, sejam de ordem social, política, econômica e cultural, sejam de ordem religiosa.

3.1 GUERRA DO CONTESTADO: A TERRA DO MESSIANISMO E DO SANGUE CABOCLO

A região do Contestado abrange os atuais estados do Paraná e Santa Catarina e foi reivindicada por ambos, em decorrência de, até o início do século XX, não estarem os limites estaduais demarcados. Os municípios dessa região sofreram com uma guerra civil, sendo palco de um sangrento extermínio de caboclos, brasileiros legítimos mortos por milícias contratadas pelos coronéis fazendeiros da região, pelas polícias dos dois estados e pelo Exército que deveria protegê-los (FRAGA, 2020).

Galeano (1986), por exemplo, afirma que a Guerra do Contestado foi uma das maiores guerras civis do continente americano, na qual ocorreu o genocídio de milhares de camponeses, sendo a violência uma das suas principais marcas.

Mas quem seriam esses caboclos? No período que antecede a ocupação portuguesa, no território do Contestado existiam apenas os indígenas, os campos e as florestas, até a chegada dos portugueses, espanhóis e os africanos trazidos por estes dois primeiros. Sobre o contato entre esses povos, onde ocorreu a amalgamação social do Contestado, Thomé (1984, p. 09) conceitua regionalmente o que é o caboclo, que para ele precisa manter características próprias que o tornaria inconfundível, porque:

É o caboclo o cidadão do Planalto Catarinense, desde o início do século proletário do campo, do sertão ou da roça, o sertanejo, o caipira, bastante místico, voz grossa, mas lento no andar, desconfiado, afeiçoado à caça e à pesca. De pele pardacenta, nele corre o sangue alegre, afeito, trabalhador, disposto e justo do negro escravo; do bravo guerreiro indígena, indolente e sempre temido. Tem dentro de si alto sentimento de justiça, do bem e do coletivismo dos desbravadores, colonizadores e povoadores. Assim é o caboclo da nossa região, o de ontem e o de hoje. Desde seus primórdios guarda suas virtudes e seus defeitos, é corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em que é franco, leal e honrado (THOMÉ, 1984, p. 09).

Antes do caboclo, até mesmo antes da guerra, a região já se caracterizava por um desenvolvimento lento, característico do período entre os séculos XVI e XIX, tendo sua base física ocupada pela Rota de Tropeiros, que partia do Rio Grande do Sul e seguia até Sorocaba, no estado de São Paulo.

No século XIX, poucos municípios tinham se desenvolvido. Alguns eram ligados aos gaúchos que fugiram da Guerra dos Farrapos, mas outros surgiram a partir do avanço do bandeirantismo, assim como os remanescentes da Revolução Federalista – a Guerra Civil -, de 1893-1895 (FRAGA, 2019, p. 86). A sociedade da época se baseava no latifúndio, no coronelismo, o qual utilizava jagunços e agregados para manter e ampliar sua influência sobre a vida política e econômica estadual.

Em relação ao tropeirismo na região, Thomé (2012, p. 06) afirma que:

O tropeirismo tem sido fomentado, cultuado e cultivado como uma das mais ricas tradições – tidas como apenas gaúchas – quase que só nos áreas de campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, esquecendo-se que, mais ao norte, a mesma Estrada das Tropas que cortava este trecho de campos alcançava a Serra do Espigão e atravessava igualmente o Planalto Norte pelos campos da Estiva, assim cortando o Espaço Livre do Contestado, fenômeno que se verificou também com os caminhos alternativos e as veredas das Missões, a ocidente, até o Extremo Oeste, e a oriente, alcançando o litoral. A Região do Contestado, palco da sangrenta Guerra do Contestado (1913-1916), até a entrada do século XX foi cercada por

caminhos verticais e horizontais de tropeiros, permanecendo praticamente virgem dentro de um quadrilátero geográfico. Uma ou outra “picada” atravessava o Espaço Livre. Neste meio, em seu interior, é que se formou e desenvolveu o “caboclo pardo”, o Homem do Contestado Primitivo. O tropeirismo foi uma das suas mais importantes atividades econômicas, ao lado do extrativismo da erva mate nas florestas, da lida com o gado bovino nas fazendas e da agricultura de subsistência em pequenas roças (THOMÉ, 2012, p. 06).

Ainda durante o tropeirismo, no final do século XIX e início do século XX, os conflitos pelo território se intensificaram na região do vale do Rio do Peixe, que marca a divisão entre os estados de Santa Catarina e Paraná. De acordo com Jayme e Silveira (2016, p. 16), foi em meio a esta natureza até então *selvagem* do oeste catarinense, “que soldados e caboclos silenciavam o som da natureza por meio do armamento pesado utilizado nas batalhas, estigmatizando uma paisagem de sofrimento, dor e angústia”.

A Guerra do Contestado delimitou as atuais divisas dos estados de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir a Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense. De acordo com Fraga (2016), a guerra foi um evento bastante violento com consequências para todo o Sul do Brasil, já que ocorreram diversos níveis de conflitos, como: divergências entre Argentina e Brasil, questões de posse de terras entre diferentes coronéis, a questão da divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina e os conflitos sociais entre fazendeiros e caboclos, entrelaçados pela entrada do capital estrangeiro, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A Figura 4, adiante, retrata o pátio da Lamber (empresa de capital estrangeiro) e os trilhos da estrada de ferro.



Figura 4 – Pátio da Companhia Madeireira Lumber, com os seus trilhos de ferro.
Fonte: Guerra do Contestado, Rede Globo (2020).

A área que a Lumber tinha posse era efetivamente povoada por uma população genuinamente cabocla, já que residia naquele sertão desde os tempos imemoriais, havendo registro de europeus e africanos, desde o século XVI. Por causa do direito cedido à madeireira, os caboclos foram banidos de suas terras, porque não possuíam o título de posse.

De acordo com Santos (1998), aqueles que não possuíam condições para comprar as terras e se instalar como fazendeiro, aqueles destituídos de cabedais, tinham que se adentrar no sertão e encontrar seu lugar. Naquela época, as terras não tinham muito importância, mas com a entrada do capital estadunidense, elas passaram a ter grande valor.

Grande parte das pessoas do interior abriu uma clareira no meio da mata, plantou, levantou casas e se estabeleceu. Assim, não havia preocupação em documentar a terra que ocupava, as pessoas apenas viviam sua vida, em um modo

de vida simples, tratando da terra, das pequenas criações, coletando erva-mate e prestando algum serviço para os fazendeiros e coronéis.

A guerra reuniu, ao mesmo tempo e no mesmo território, mais de 30 mil indivíduos: os fazendeiros, em defesa de suas propriedades; os posseiros, em busca de se manterem em terras devolutas; os “fanatizados” pelas promessas messiânicas; e os oportunistas que exerciam pressões políticas (LUDKA, 2016).

Ainda se faz necessário salientar que os movimentos messiânicos ocorridos nos últimos duzentos anos atingiram a região e acabaram por moldar o modo de vida e a moral do povo caboclo. Mesmo que o foco da pesquisa não seja o de demonstrar tais movimentos, é importante evidenciar que a região do Contestado é reconhecida no Brasil pelos monges João Maria e José Maria, cujos nomes podem ser usados pela cooperativa, assim como parte do produto turístico regional, gerando renda e trabalho para a população cabocla atual, para colocar tais marcas sagradas em seus produtos e divulgar ainda mais a região, por isso a necessidade de adentrar brevemente nessas questões.

Esses movimentos atraíram pessoas marginalizadas, ignorantes ou até mesmo insatisfeitas com a conjuntura econômica e social da época, que, por meio dos monges carismáticos, buscavam um conforto. Os responsáveis pela caracterização deste movimento foram os monges que deixaram, por onde passaram, registros em todo Sul do país. Eles eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros, que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade (FRAGA, 2006).

A figura do monge ainda está no imaginário coletivo do povo do Contestado, já que ele não foi apenas um homem, mas vários que vieram e adotaram o mesmo santo (Figura 5). Em algumas localidades, como Porto União (SC) e União da Vitória (PR), a crença no monge ainda está no dia a dia, nos batismos nas fontes de água, na visita à Gruta do Monge ou ao Morro da Cruz, até mesmo nas histórias contadas de geração em geração. Mas a figura e os espaços sagrados do Monge João Maria se encontram em dezenas de cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Argentina, Bolívia, Peru, Cuba e Estados Unidos, só para citar alguns exemplos.



Figura 5 – Reprodução da fotografia original do Monge/Profeta João Maria de Jesus, o santo popular de devoção da população cabocla no Contestado e no Brasil.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

O abandono do poder público levou os caboclos a buscar os homens santos, já que não tinham para quem recorrer. No território Contestado, passaram três monges notáveis que, no imaginário da população cabocla, era apenas um homem, o messias do sertão.

O primeiro monge, conhecido por Monge João Maria d'Agostini, um eremita e peregrino transnacional, com registros de passagem pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e de origem italiana, percorreu a região por pelo menos 30 anos, entre 1840 e 1870, pregando e atendendo pessoas enfermas. De acordo com os relatos, deixou os fiéis e sumiu misteriosamente (KAISER, 2012).

Já em relação ao segundo monge, Kaiser (2012, p. 27) afirma que:

O segundo deles surgiu na época da Revolução Federalista (1893-1895), pelo menos duas décadas depois do desaparecimento do primeiro. Seu nome era Atanás Marcaf, provavelmente de origem sírio-libanesa, mas adotou o nome de João Maria de Jesus. Famoso por causa de seu poder de cura, exerceu inquestionável influência sobre milhares de fiéis, que acreditavam tratar-se do mesmo monge sumido desde 1870. Em 1908, ele também desapareceu, sem deixar vestígios. A população ficou aguardando seu retorno – esperava-se por sua ressurreição ou reencarnação (KAISER, 2012, p. 27).

O terceiro monge, por sua vez, chegou à região do município de Palmas, no Paraná, e se apresentou como José Maria de Santo Agostinho. Segundo registros, seu nome verdadeiro era Miguel Lucena de Boaventura, um pernambucano que saiu do Nordeste para trabalhar na construção da ferrovia, servindo de miliciano no corpo de segurança.

Por ter bons conhecimentos acerca do poder curativo das ervas, além de “ressuscitar” uma jovem – provavelmente vítima de catalepsia (doença cujos sintomas são imobilidade e insensibilidade completas, parecendo que a pessoa está morta) – e curar a esposa de um conhecido coronel, supostamente de uma doença sem cura, o monge ficou conhecido rapidamente (TEIDER & FRAGA, 2017, p. 189). Sua fama aumentou quando recusou terras e ouro oferecidos pelo coronel da região e também ao montar uma farmácia, na qual atendia de graça, até tarde da noite, quem o procurasse (KAISER, 2012).

Ao se instalar em Taquaraçu, divisa entre Campos Novos e Curitiba, o monge reuniu centenas de fiéis em uma comunidade em seu comando, a qual chamava de reduto, e encorajava-os a enfrentar a morte sem medo, já que todos iriam ressuscitar depois da batalha final.

No dia 22 de outubro de 1912, em Banhado Grande, a batalha de Irani ceifou a vida do monge José Maria e mais duas dezenas de vidas (Figura 6), metade era de caboclos e a outra metade era de tropas paranaenses (KAISER, 2012). A partir da Batalha de Irani, entretanto, “a terra já maculada pelos trilhos da ferrovia e pelas clareiras abertas nas florestas agora se encontrava manchada com o sangue do povo sertanejo e de seu profeta” (KAISER, 2012, p. 31).



Figura 6 – Local onde se encontra enterrado o Monge José Maria, morto na Batalha do Irani, em 22 de outubro de 1912.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2012).

No meio do messianismo, surgiram confrontos, como a guerra, que perdurou oficialmente de 1912 a 1916, e foi marcada pela grande resistência dos caboclos. Contudo, no dia 20 de outubro de 1916, foi assinado o Acordo de Limites pelo governador do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, em mediação feita pela República, com o presidente Wenceslau Braz.

A partir do Acordo de Limites (Figura 7), o estado do Paraná recebeu 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina ficou com 27.570 quilômetros quadrados das ditas terras contestadas. Nessa divisão, os paranaenses “cederam” os municípios de Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, no entanto recuperaram Palmas e Clevelândia. Entre o rio Iguaçu, ficou dividida assim: União da Vitória ficou para o Paraná e Porto União para Santa Catarina (THOMÉ, 2003).



Figura 7 – Assinatura do Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916.
Fonte: Autor desconhecido, 1916.

O Acordo de Limites, gerador da atual linha de pobreza na divisa dos dois estados sulistas, constituiu-se como um dos atos mais arbitrários da história republicana brasileira, levando em consideração apenas os interesses dos três chefes de Estado da época, isto é, Wenceslau Braz (presidente da República), Affonso Camargo (governador do Paraná) e Felipe Schmidt (governador de Santa Catarina), pois a Suprema Corte de Justiça do Brasil já havia se debruçado sobre a questão judicial de limites e estabelecido suas sentenças, antes do acordo firmado pelos chefes dos executivos (FRAGA, 2006).

Esse tratado, assinado no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, é representativo do poder centralizador e opressor. Entretanto, sua validade é questionável quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal, que havia estabelecido que as terras contestadas eram de fato catarinenses, já que os documentos mais antigos e que tratam da formação, em 1738, quando foi criada a Capitania da Ilha de Santa Catarina e, em 1749, quando foi criada a Ouvidoria de Santa Catarina, que garantiu autonomia à Comarca, diziam que o território catarinense

fazia limites com São Paulo, a partir dos rios Negro, Iguaçu e Saí-Guaçu, em 1738, mais de cem anos antes da criação da província do Paraná (FRAGA, 2006).

Ainda, segundo Fraga (2010, p. 117), “o Supremo Tribunal decidiu, em Acórdão, de 6 de julho de 1904, que toda a área ao sul do Rio Iguaçu era catarinense. O Paraná não se conformou e embargou a decisão” e tais embargos e decisões levaram ao Acordo de Limites de 1916.

A partir de então, a região contestada foi fadada ao esquecimento e à pobreza, vivendo de ciclos virtuosos associados à madeira. De um lado um governo omissos, do outro, coronéis que buscavam apenas seus interesses. O povo caboclo, os verdadeiros donos das terras, a partir de 1917, sofreu por certa “limpeza” das terras que estavam sob a posse da Lumber e dos coronéis. De acordo com Ludka (2016, p. 109-110):

Os relatos históricos produzidos nas últimas décadas não consideraram a limpeza étnica no ano mencionado; os mesmos coincidem com a criação de vários municípios, na forma da lei vigente, para garantir a posse do território, seja na parte que coube à Santa Catarina, seja na que coube ao Paraná. Dentre eles se podem destacar Mafra, União da Vitória, Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó, além dos já existentes, como Canoinhas, Curitiba e Campos Novos. Tais cidades passaram a ser administradas pelos coronéis de então, todos com possibilidades de contratar muita mão-de-obra para expulsar e matar os posseiros restantes – no ano da limpeza, 1917. Assim sendo, o território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul e outras regiões de Santa Catarina, ocupando as terras de posse dos caboclos, sob domínio e direito de colonização da Cia. Lumber (LUDKA, 2016, p.109-110).

Segundo Brandt (2007), a região estava segmentada entre os grandes coronéis latifundiários e o restante das terras era ocupado por caboclos/posseiros, cujo sustento básico era pautado na agricultura de subsistência e no uso da terra e de recursos em comum dos campos, pinheirais e ervais nativos. No planalto de Santa Catarina desde fins do século XVIII, “se instalaram uma grande parcela de pequenos e médios sítiantes, na maioria posseiros, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais” (BRANDT, 2007, p.7).

Em relação aos caboclos e a história de suas terras, Vendramini (2004, p. 150) afirma que:

Com relação aos que se identificam como caboclos, estes, seus pais e avós raramente tiveram acesso à propriedade da terra, com exceção dos que “receberam” pequenas áreas em troca do desbravamento, para transformá-las em terras agricultáveis ou preparadas para campos de pastagens ou, ainda, para exploração da madeira. Entretanto, foram jogados em terras distantes, em meio ao mato fechado, em áreas acidentadas, com pouca viabilidade de produção. Os caboclos desde cedo foram acostumados a “trabalhar para os outros”, por meio do arrendamento, de empreitadas contratadas por fazendeiros ou empresas agrícolas e de trabalho diarista (VENDRAMINI, 2004, p. 150).

A terra até aquele momento era utilizada pelos caboclos em caráter coletivo, ou seja, eles não tinham o costume de cercar as áreas que ocupavam e a criação de animais também se dava assim, criavam porcos soltos sob os pinheirais. Havia a extração da erva-mate, vegetação associada à mata de araucária, que era predominante na área. Sobre a terra dos caboclos, Oliveira (1985, p. 64) descreve as outras atividades desenvolvidas no campo:

[...] planaltos catarinenses o sertanejo além do “gaúcho” desenvolve outras atividades: - é fazedor de erva-mate, é extrator de madeira, ou é ainda um pequeno agricultor. Embora não se dedique preferencialmente à lavoura, e esta é sempre rudimentar e primitiva, não escapando à influência dos métodos indígenas de queima da mata e encoivramento, procura manter uma lavoura de subsistência em que não faltam o milho, o feijão, a batatinha ou a moranga. [...] a economia de coleta tem sido sempre mais cômoda para o caboclo. Assim sendo, facilmente opinou pela extração da “ilex” e a exploração do pinho (OLIVEIRA, 1985, p. 64).

Na busca pela permanência em suas terras, o povo caboclo acabou ficando no centro de um entrave para a continuação de suas vidas. A guerra foi um fenômeno de ordem econômica e política que desencadeou profundas mudanças sociais na região oeste catarinense e, principalmente, para a população cabocla (AMADOR, 2009).

O entrave já não era recente, já havia todo um contexto histórico por trás, pois desde que o Paraná passou a fazer parte do território político-jurídico do estado de São Paulo, ele vinha sucumbindo com o problema do limite de terras, arrastado desde os tempos do Brasil colonial.

Para os moradores do Paraná, a nova província tinha o limite, ao sul, pelos rios Uruguai e Pelotas. Para os moradores de Santa Catarina, o Paraná já terminava nos rios Negro e Iguaçu. A falta de consenso entre os dois governos era notória, pois ambos alegavam que o oeste catarinense era seu território (FRAGA, 2006).

O interesse pela região vem da ganância em explorar a floresta, até então pouco desbravada, dada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que ocorria no mesmo período. A busca pela exploração da madeira pelo mundo abriu as portas para a comercialização do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*), já que os preços haviam aumentado no mercado internacional em decorrência do conflito mundial (FRAGA, 2010).

Portanto, de um lado estavam os grandes empresários que trabalharam e receberam do governo a garantia de pagamento em terras, e, do outro, os caboclos, que viam a região como seu lugar, sua terra. Após milhares de mortos, os governantes começaram a perceber que um grande contingente seria necessário para enfrentar os caboclos que, conhecedores do relevo da região e dispostos a morrer para proteger suas terras, não se curvaram ao Exército brasileiro.

O resultado foi a morte, oficialmente, de mais de sete mil pessoas; contudo, os estudiosos sobre o tema dizem que esse número pode chegar em até 12 mil, entre a guarda nacional e os caboclos, com maior número de mortes (FERREIRA, 2007). Já Fraga (2019, p. 99) aponta para, possivelmente, mais de 30 mil mortos.

Não se tem um número preciso sobre o total de mortes na Guerra do Contestado, mas estima-se que gire em torno de 10 mil, podendo chegar a 30 mil, pois o Exército brasileiro ergueu numerosos crematórios de cadáveres pela região deflagrada, eliminando, desta forma, milhares de corpos. Já que nos anos posteriores ao final da guerra, forças policiais e milícias contratadas realizam ainda junto aos coronéis da região buscas pelos sertões com o propósito de impor a ordem e acabar com possíveis resistências do Exército Encantado de São Sebastião e São João Maria. O que se sabe é que estas forças realizaram uma verdadeira limpeza étnica na região do Contestado, matando os caboclos refugiados no meio do mato, sem discriminar quem quer que fosse encontrado: homens, mulheres, velhos ou crianças, todos eram executados, muitos destes eram cremados, outros eram lançados ao mato, servindo de alimento para os porcos e as aves de rapina (FRAGA, 2019, p. 99).

A ferrovia, que fora construída com o intuito de levar as riquezas das terras caboclas para os portos e, conseqüentemente, para a exportação, passou a ser vista como instrumento de logística para carregar a força bélica brasileira, contra o seu próprio povo que, com facão, lutou contra seus “irmãos” de pátria, dos coronéis latifundiários da República Velha.

Esses elementos demonstram a necessidade de entender que a transição capitalista, na concepção de distintos territórios brasileiros, como o caso do

Contestado, ainda não foi capaz de superar a questão agrária. Isso possibilita afirmar que ela é um problema estrutural desse modo de produção, que, de acordo com Fernandes (2008, p. 43):

[...] é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração do poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração do poder criando um poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente (FERNANDES, 2008, p. 43).

A concentração fundiária e de renda na região é eminente e a maior parte dos latifundiários não vive na região, apenas possui seus latifúndios, além das terras que pertencem a grandes empresas madeireiras, que exploram e levam a riqueza para longe dali. Assim, a maior parte da renda gerada em terras do Contestado é direcionada a cidades de grande porte, como Curitiba e Florianópolis (FRAGA et al., 2017).

Na atualidade, sabe-se que Guerra do Contestado não deixou de existir, uma vez que, de forma mascarada, ela está intrínseca no solo contestado, onde os registros sangrentos do confronto são achados pelos terrenos montanhosos, mas não são os principais elementos a demonstrar que uma guerra ainda existe, porque ela existe em razão da pobreza, da miséria e da fome de parte da população cabocla que habita a região.

3.2 GEOGRAFIA DA TERRA CABOCLA: ENTENDENDO O TERRITÓRIO SAGRADO

As formações socioespaciais são materialidades do capitalismo e necessitam do espaço e de suas condições naturais para se estruturar. Desde os primórdios, os povos que habitavam os territórios pertencentes hoje aos municípios de Lebon Régis, Calmon, Timbó Grande e Matos Costa fizeram uso dos recursos naturais disponíveis, o que não foi diferente com a chegada do europeu, que além dos recursos naturais, também se apropriou de elementos culturais dos povos originários (CROSS, 2019).

A partir dessa apropriação, os territórios foram se moldando e, atualmente, as quatro cidades apresentam, além de localizações próximas, características comuns, como os baixos índices socioeconômicos e ambientais, os baixos IDH e os elevados

índices de pobreza. Portanto, para um melhor entendimento acerca dos municípios que irão sediar a cooperativa, além de abranger a IG Cabocla, serão apresentados os reflexos da Guerra do Contestado na formação desses municípios, dentro de uma perspectiva geográfica, por meio de um panorama geral.

3.2.1 Lebon Régis – Coração do Contestado

O município de Lebon Régis foi criado por meio da Lei Estadual nº 380, datada de 12 de dezembro de 1958, sendo o território desmembrado de Curitiba- SC. Entretanto, sua colonização ocorreu a partir de 1895, quando famílias oriundas de várias partes de Santa Catarina, Paraná e São Paulo chegaram ao local e formaram as primeiras fazendas, próximo a Serra da Boa Esperança (OLIVEIRA & FRAGA, 2016).

Antes mesmo da sua colonização, a região habitada por indígenas foi rota de passagem de portugueses e espanhóis, com os bandeirantes e jesuítas. Essa região passou a ser conhecida pelos colonizadores em 1641, ano em que por lá passou o primeiro grupo de bandeirantes paulistas a caminho do Rio do Grande do Sul (ROSSETO, 1989). Sobre o fato, a Prefeitura Municipal de Lebon Régis (2020, p. 1) afirma que:

Temos uma data da qual podemos partir para determinarmos o surgimento dos primeiros habitantes, não índios no, município de Lebon Régis como registramos acima (1815) mesmo que antes a região tenha sido habitada por índios e outros (portugueses e espanhóis), pois, por esta região certamente passou, os bandeirantes, jesuítas e a excursão do espanhol em 1541, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que partiu da ilha de Santa Catarina para transpor a serra do Mar e atingir por terra o Paraguai determinando o descobrimento das Cataratas do Iguaçu. Mas, a data acima determina o registro histórico. Temos pouco conhecimento de ocupação desta região, até 1887. Só, então passou a ser conhecida do Brasil inteiro e do exterior, pela construção da Estrada de Ferro que passa por Caçador, chamada, Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, 2020, p. 1).

Desde então, o caboclo de Lebon Régis, assim como os das comunidades ao redor, teve sua consolidação no lugar por intermédio de uma construção social extremamente dificultosa, em um processo em que cada palmo de chão envolvia

verdadeiras guerras pelo seu domínio (THOMÉ, 1981). De acordo com Oliveira e Fraga (2016, p. 156), “como em todos os processos de constituição populacional, o Contestado também teve essas adversidades, uma realidade em que praticamente inexistia qualquer fomento governamental efetivo para o local”.

O primeiro nome dado ao povoado foi Santo Antônio do Salto, por ter um salto no rio dos Patos, mudando, em seguida, para Trombudo. Com a criação do distrito, em 1934, passou a se chamar Lebon Régis⁷, em homenagem ao general Gustavo Lebon Régis⁸ (IBGE, 2020).

Sobre sua nomenclatura, a lei nº 17.466 de 10 de janeiro de 2018 reconhece o município como a “Cidade Coração do Contestado”. Tal lei foi aprovada pelo então governador João Raimundo Colombo, por meio do projeto de lei nº 0108.1/17 de autoria do deputado estadual Rodrigo Minotto (FRAGA, 2018).

O município conta com a Associação Cultural Coração do Contestado de Lebon Régis, composta por pessoas comuns, como trabalhadores, estudantes, pesquisadores, historiadores e escritores, que se dedicam em manter viva a tradição cabocla no município, além de estudar a guerra em si.

Para tanto, foi criada uma logomarca (Figura 8) que representa não apenas a localização geográfica central do município na região do Contestado, mas é também uma homenagem aos que nele tombaram lutando pelos seus direitos a uma vida digna na terra em que moravam.

De acordo com Fraga (2018), ao efetivar o município como o Coração do Contestado, abrem-se grandes desafios futuros para os poderes públicos e a sociedade lebon-regense, desafios que se estendem desde a herança sociocultural

⁷ Em 1903, foi criado o Distrito de São Sebastião da Boa Vista. Em 1938, o distrito foi elevado à categoria de vila, com o nome de Caraguatá e, em 1950, passou a ser chamado de São Sebastião do Sul. Ao mesmo tempo, na parte sul, na região conhecida pelos antigos como Trombudo, formou-se outro núcleo que levou os nomes de Salto do Rio dos Patos, Fazenda do Salto e, depois, Santo Antônio do Trombudo – na junção do Trombudo com o santo que segue como padroeiro da paróquia até os dias atuais. Foi este último um núcleo mais fácil de progredir, pois era um local de passagem de tropeiros que faziam os caminhos Curitiba-Caçador. O arraial de Santo Antônio do Trombudo tornou-se distrito em 1934. Em julho do mesmo ano passou a se chamar Lebon Régis. Em 1938, o distrito de Lebon Régis passou à categoria de vila. Esta vila foi se desenvolvendo e a população aumentou, chamando a atenção do governo, que, em 19 de dezembro de 1958, juntou os distritos de São Sebastião do Sul e Lebon Régis, criando o município de Lebon Régis. Em janeiro de 1959, o então governador Irineu Bornhausen instalou o município de Lebon Régis (FRAGA, 2018).

⁸ O nome do município foi uma homenagem ao catarinense general Gustavo Lebon Régis, que, por ocasião da Campanha do Contestado, entre 1912 e 1916, era secretário geral do Estado de Santa Catarina e traçou o primeiro ataque a Taquaruçu, um dos maiores redutos de caboclos do Contestado (FRAGA, 2018).

cabocla do Contestado até os baixos índices de desenvolvimento humano, que colocam o município entre os mais carentes do estado.

Desde 2018, a logomarca “Coração do Contestado” foi efetivada como símbolo oficial da municipalidade, estando em todos os documentos públicos, placas de obras, carros oficiais e também foi adotada por alguns empresários, estando a marca estampada nas embalagens dos seus produtos.

A logomarca foi elaborada pelo Prof. Nilson Cesar Fraga, em 2017, a partir do Observatório da Região e da Guerra do Contestado, tendo o seguinte significado: o coração pintado em vermelho representa a centralidade e importância da cidade na Guerra do Contestado, a cor vermelha representa as duas porções desta cor da bandeira de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, a bravura cabocla; ao fundo, o braço com a cruz verde representa a bandeira oficial do Contestado, instituída pela Lei nº 12.060, de 18 de dezembro de 2001, revogada e reinstituída pelo Artigo 6º da Lei nº 17.308, de 06 de novembro de 2017; e as cores verde e branca completam as cores da bandeira de Santa Catarina.



Figura 8 – Logomarca da Associação Cultural Coração do Contestado de Lebon Régis, adotada pelo poder público municipal e por empresários.

Fonte: Criação de Nilson Cesar Fraga, 2017, e *design* de Naibi Souza Jaime, 2017.

A população estimada em 2019 foi de 12.107 habitantes. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,2%. Em Santa Catarina, esta taxa foi de 1,85%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 42,08% para 59,75%. Já entre 2000 e 2010 a população de Lebon Régis cresceu a uma taxa média anual de 0,13%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 59,75% para 63,54%.

Na Figura 9, é possível verificar o perímetro urbano da sede municipal, com destaque para o *plantation de pinus* na morraria que circunda a cidade, uma das atividades econômicas mais importantes, seguida da agricultura.



Figura 9 – Região central da sede do município de Lebon Régis, SC.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2013).

Em 2010 viviam no município 11.838 pessoas, conforme demonstra a Tabela 2 (IBGE, 2020), que representa o crescimento populacional, se comparado com a estimativa apontada para 2019.

Tabela 2 – População de Lebon Régis distribuída em masculino, feminina, urbana e rural (1991 – 2010)

População	População (1991)	%	População (2010)	%
População Total	10.492	100	11.838	100
População Masculina	5.397	51,44	6.081	51,37
População Feminina	5.095	48,56	5.757	48,63
População Urbana	4.415	42,08	7.522	63,54
População Rural	6.077	57,92	4.316	36,46

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1991, 2010).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 26,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,0 óbitos

por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 32,1, já entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos, ou seja, Lebon Régis está um pouco abaixo da média.

A esperança de vida ao nascer, que é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), cresceu 2,6 anos no município, passando de 70,7 anos, em 2000, para 73,4 anos, em 2010, conforme exposto na Tabela 3. No Brasil, a esperança de vida ao nascer foi de 73,9 anos, em 2010, portanto, Lebon Régis encontrava-se abaixo da média.

Tabela 3 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Lebon Régis (1991-2010)

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,6	70,7	73,4
Mortalidade Infantil	32,1	26,3	16,0
Mortalidade até 5 anos de idade	37,0	30,3	18,7
Taxa de fecundidade	3,7	3,2	3,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Na década de 1980, o município ganhou população graças à ação dos movimentos sociais contra a concentração de terras, em que foram assentadas⁹ 134 famílias em 2.198 hectares. Nas décadas de 1990 e 2000, foram assentadas mais 77 famílias, em 1.018 hectares, conforme demonstra a Tabela 4.

⁹ O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2020).

Tabela 4 – Assentamentos em Lebon Régis

Assentamento	Famílias Assentadas	Área (ha)	Data de Criação
Rio Timbó	43	718	01/04/1987
Córrego Segredo I	15	228	28/07/1988
Córrego Segredo II	26	408	20/10/1988
Rio dos Patos	50	844	30/11/1988
Rio Água Azul	26	386	29/04/1993
Conquista dos Palmares	32	416	06/11/1996
Eldorado do Carajás	19	215	17/02/2003
Total	211	3215	

Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2020).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A política de implantação de assentamentos rurais resultou na formação de comunidades humanas, que demandam, além do acesso à terra, melhorias nos programas voltados à infraestrutura básica (saneamento básico, energia, transporte, educação, entre outros) e investimentos em atividades produtivas com promoção da segurança alimentar, melhoria nas condições socioeconômicas e crescimento de produtividade do assentado.

No entanto, o Estado ofereceu a infraestrutura básica de forma ineficaz, ocasionado o subdesenvolvimento e a presença de latifúndios, principalmente os que reproduzem as monoculturas de eucaliptos e pinus, que abastecem as indústrias de madeira da região.

Em relação ao perfil da população residente, o Censo Demográfico de 2010 mostra que 55,3% da população se autodeclara branca, 42,4% se considera parda, 1,3% preta e 1% amarela, demonstrando a grande influência das migrações e da população cabocla originária.

A economia do município é baseada na agricultura e pecuária, empregando 3.233 trabalhadores (IBGE, 2017). As principais produções estão voltadas para o agronegócio, tendo uma expressiva quantidade produzida de soja, milho e feijão. Contudo, também existe a produção de alho, batata-inglesa, cebola, fumo, tomate e trigo, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Produção de culturas temporárias em Lebon Régis

	Alho	Batata-inglesa	Cebola	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Tomate	Trigo
Área Plantada (ha)	200	150	500	650	200	1.400	3.850	400	250
Quantidade Produzida (tonelada)	2.000	3.750	20.000	1.440	400	13.440	14.245	28.000	675

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Na extração vegetal existem 39 estabelecimentos agrícolas produzindo erva-mate, totalizando em uma produção de 277 toneladas. Em relação às culturas permanentes, Lebon Régis possui 277 estabelecimentos, que cultivam eucalipto (107), pinheiro americano (168) e araucária (2), com 25.680 pés plantados (IBGE, 2017). Contudo, a silvicultura apresenta problemas no aspecto ambiental, como a retirada de nutrientes em alta rotatividade, emissão de terpenos e fenólicos que inibem o crescimento de espécies concorrentes e redução da caça (DEAN, 1996).

No contexto socioeconômico, os pinus, por serem uma espécie exótica e uma monocultura, os reflorestamentos são desterritorializantes para quem depende da terra como meio de produção, pois perpetuam e intensificam as desigualdades sociais, favorecendo a concentração fundiária na região, além de não gerarem muitos empregos e renda (GROSS, 2019). De acordo com Gemelli (2016, p. 2), a silvicultura:

[...] se mostra inviável em pequenas propriedades, dada a dinâmica de seu ciclo produtivo (a terra fica inviabilizada para qualquer outra forma de produção por vinte anos, isso significa, que a floresta artificial do pinus impossibilita a permanência do homem no campo, por não gerar renda durante seu ciclo de produção e por não permitir, que a terra ocupada com pinus, seja utilizada, simultaneamente, por qualquer tipo de produção) (GEMELLI, 2016, p. 2).

A Tabela 6 traz números sobre a criação de animais do município, demonstrando uma criação superior a vinte mil bovinos e galinhas, revelando a importância desse setor para a economia local e abastecimento do mercado interno.

Tabela 6 – Criação de animais em Lebon Régis

	Total	Bovinos	Equinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	Perus
Número de Estabelecimentos	818	719	302	14	115	408	611	57	25
Número de Cabeças	50.040	20.271	713	166	1.597	2.899	23.478	734	174

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Um número interessante é o de equinos, com 713 cabeças, pois grande parte dos estabelecimentos possui menos de 20 há, e a força animal é necessária devido à falta de maquinário, como tratores e arados. De acordo com o IBGE (2017), dos 951 estabelecimentos, apenas 370 contam com tratores, 149 com semeadeiras, 38 com colheitadeiras e 89 com adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário.

Em números absolutos, existem no município 855 maquinários agrícolas, sendo 534 tratores, 176 semeadeiras, 41 colheitadeiras e 104 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. Estes dados provam que os tratores estão em apenas 39% das propriedades e as colheitadeiras em 4%, ou seja, a modernização da agricultura ainda está concentrada nas mãos de poucos.

No campo de trabalho e rendimentos, em 2018, o salário médio mensal dos moradores era de dois salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11,8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 37,3% da população nessas condições (IBGE, 2018).

A renda *per capita* média de Lebon Régis cresceu 80,60% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 226,50, em 1991, para R\$ 304,53, em 2000, e para R\$ 409,05, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,16%.

A taxa média anual de crescimento foi de 3,34%, entre 1991 e 2000, e 2,99%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 43,21%, em 1991, para 41,80%, em 2000, e para 19,27%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, a qual pode ser descrita pelo Índice de Gini, passou de

0,47, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,45, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

No quesito educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade alcançou em 2017 95,3%. Os 9 estabelecimentos de Ensino Fundamental e os 3 de Ensino Médio contam com 2.145 matrículas e aproximadamente 156 docentes (IBGE, 2018). Como não existe Ensino Superior presencial na cidade, os jovens têm que se deslocar para as cidades adjacentes para estudar, como Caçador e Videira.

Sobre sua relação com o território e meio ambiente, Lebon Régis apresenta 49,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 29,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2018).

Nos últimos cinco anos tem havido um grande esforço por parte do poder público municipal, sobretudo por meio de recursos estaduais e federais, para a melhoria da infraestrutura urbana, com esgotamento, calçamento de via, calçadas e meios-fios, conforme se observa nas Figuras 10 e 11.



Figura 10 – Região central da sede do município de Lebon Régis, SC.
Fonte: Prefeitura Municipal de Lebon Régis - Facebook -, 16 de junho de 2020.

A Figura 11 permite observar o asfaltamento de algumas ruas no perímetro urbano da sede municipal, com destaque para o uso da logomarca do Coração do Contestado, na publicação oficial da prefeitura.



Figura 11 – Bairro da sede do município de Lebon Régis, SC, com asfaltamento das ruas, em 2020.

Fonte: Prefeitura Municipal de Lebon Régis - Facebook -, 29 de maio de 2020.

Sobre seus limites, o município tem uma extensão territorial de 941,640 mil km², ocupando uma das primeiras posições na lista de maiores municípios de Santa Catarina em distribuição de terras. Beneficiado por ter estações do ano bastante definidas, o município de Lebon Régis faz limite com Timbó Grande (norte), Santa Cecília (leste), Curitibanos (sul), Fraiburgo (sudoeste), Rio das Antas (oeste), Caçador (oeste) e Calmon (noroeste). O município está a cerca de 360 km de Florianópolis, 25 km da BR-116, em Santa Cecília, e cerca de 80 km da BR-153, conhecida como Rodovia Transbrasiliana, em Água Doce.

O relevo predominante é de planície, com predominância de cambissolos e neossolos, caracterizados pela boa fertilidade natural, com pedregosidade frequente e profundidade média. O uso das terras do município apresenta flutuações temporais, sendo um processo extremamente dinâmico. Interferem principalmente as políticas

agrícolas em vigor, circunstâncias de mercado e as condições climáticas (PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, 2020).

No que concerne aos aspectos culturais, desde 2015 o município realiza a Semana do Contestado, um evento que envolve todas as escolas municipais e estaduais, além dos poderes públicos e da comunidade em geral. Tal acontecimento foi uma proposição da Associação Cultural Coração do Contestado e do Observatório da Região e da Guerra do Contestado, que a cada ano, ininterruptamente nos últimos cinco anos, organizam a semana e escolhem as temáticas centrais de cada ano, sempre voltadas para a cultura cabocla, para a Guerra do Contestado e para a arte e a cultura desenvolvidas no município.

A realização dos eventos é feita com recursos municipais, a partir das pastas da Cultura, do Turismo e da Educação (Figura 12). Nos últimos anos, o evento passou a contar com atividades de lazer e esporte, assim como caminhadas e cavalgadas pelo território municipal.



Figura 12 – Apresentação cultural escolar na V Semana do Contestado, 2019.
Fonte: Prefeitura Municipal de Lebon Régis, agosto de 2019.

Em suma, Lebon Régis se configura como um pequeno município da região do Contestado, com baixo desenvolvimento, resultado de uma construção histórica marcada pela luta e, ao mesmo tempo, pelo abandono do poder público, mas que nos últimos anos busca saídas, sobremaneira, a partir do fortalecimento da cultura, como base para um desenvolvimento endógeno.

3.2.2 Calmon – Fênix do Contestado

O município de Calmon está inserido na mesorregião do oeste catarinense, contém uma área territorial de 640 km², altitude média de 1.200 metros e está a uma distância de 376 km da capital. A região está inserida na Formação Serra Geral, apresentando origem de rochas vulcânicas em derrames basálticos com inclusões de efusivas ácidas. O Rio do Peixe, um dos mais importantes da região, possui sua nascente na zona rural do município (IBGE, 2020).

O território de Calmon esteve mergulhado em um contexto histórico-geográfico conflituoso e, no que concerne à sua história de povoamento, teve início no final do século XIX. Ainda em meados de 1900, já com o nome de Osman Medeiros, o território ao redor pertencia a grandes fazendeiros e pequenos posseiros, além da existência de algumas tribos indígenas Xokleng e Kaingang, que viviam em suas tendas na mata virgem, outras no campo de capim mimoso, castigados pelo vento e geadas no inverno (IBGE, 2020).

No cotidiano da região de Osman Medeiros, também conhecida como São Roque, o caboclo vivia na roça, cortando erva-mate, pastorando o gado e criando porcos. A população negra e os indígenas, com o passar dos anos, se misturaram com os europeus, notadamente portugueses e espanhóis, em um primeiro momento, e passaram a trabalhar para os grandes proprietários na época, conhecidos por “coronéis” do sertão. Muitos desses “coronéis” eram, na verdade, ex-combatentes da Revolução de Farrapos, exploradores que atravessavam o sertão atrás de novidades, capturadores de indígenas para escravização ou ex-donos de escravos (IBGE, 2020).

Entre 1900 e 1908, instalou-se em Osman Medeiros a grande madeireira Lumber, chamada pelos caboclos de “engenho de serrar”. Com o passar do tempo, a empresa adquiriu a maior parte das terras, negociando com o governo e os

fazendeiros (Figura 13). Já os pequenos proprietários foram expulsos pelo corpo de segurança da companhia estadunidense que construiu a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a madeireira Lumber.

Muitos dos moradores que sobreviveram ficaram na miséria e por isso se revoltaram, fator que levaria à própria Guerra do Contestado. Assim, surgiu o famoso jaguncismo¹⁰, termo também usado para caracterizar os caboclos e as caboclas do Contestado, que lutaram pelo direito à terra que lhes haviam usurpado, sobretudo a partir da entrada do capital estrangeiro na região, com episódios horríveis, nos quais muitas pessoas morreram e casas e fazendas foram incendiadas (IBGE, 2020).



Figura 13 – Perímetro urbano de Calmon, SC, em 1910.
Fonte: Estações Ferroviárias (2020).

Depois dos anos que envolveram a Guerra do Contestado, foi criado o distrito de Calmon, o qual foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 8.525, de 09 de janeiro de 1992, sendo desmembrado de Matos Costa. No ano de 2019, a população estimada era de 3.346 habitantes (IBGE, 2020). O Censo Demográfico de 2010 atribuiu ao município 3.387 habitantes, os quais 1.728 (51%) se autodeclaravam brancos, 1.393 (41,1%) pardos, 203 (6%) pretos, 45 (1,3%) amarelos e 18 (0,6%)

¹⁰ Espécie de crime praticado nos sertões ou expressão popular usada contra bandidos.

indígenas, dados que permitem observar uma população cabocla, com base na composição dos que se autodeclararam pardos e pretos.

Na Figura 14, é possível se verificar o acampamento militar federal, durante a Guerra do Contestado, na sede de Calmon.



Figura 14 – Tropas federais estacionadas em Calmon, SC, década de 1910.
Fonte: Multirio (2020).

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu com uma taxa média anual de 1,06%. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 28,57% para 40,15%. Entre 2000 e 2010, a população de Calmon cresceu e teve uma taxa média anual de -0,23%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 40,15% para 62,44%, demonstrando um forte êxodo rural, dada a concentração de terras e a modernização do campo (Tabela 7).

Tabela 7 – População de Calmon distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (1991 – 2010)

População	População (1991)	%	População (2010)	%
População Total	3.154	100	3.387	100
População Masculina	1.666	52,82	1.749	51,64
População Feminina	1.488	47,18	1.638	48,36
População Urbana	901	28,57	2.115	62,44
População Rural	2.253	71,43	1.272	37,56

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1991, 2010).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Apesar de ter uma das menores populações do Contestado, o município apresenta problemas socioeconômicos graves, estando em penúltimo lugar na lista de IDH compilada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), apresentando: IDH médio (0,622), IDH da renda (0,618), IDH da longevidade (0,779) e IDH educacional (0,500). Abaixo, na Figura 15, é possível observar o perímetro urbano da sede municipal.



Figura 15 – Perímetro urbano de Calmon, SC.
Fonte: Prefeitura Municipal de Calmon (2020).

A mortalidade infantil em Calmon passou de 36,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 18,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 37,5. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos, ou seja, Calmon está acima da média.

A esperança de vida ao nascer (indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) no município cresceu

4,8 anos na última década, passando de 67,0 anos, em 2000, para 71,8 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,0 anos. Já a taxa de fecundidade passou de 4,1 em 1991, para 3,3 em 2010, conforme pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Calmon (1991-2010)

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,0	67,0	71,8
Mortalidade Infantil	37,5	36,4	18,6
Mortalidade até 5 anos de idade	43,1	41,9	21,8
Taxa de fecundidade	4,1	3,4	3,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Com base nos dados expostos, revela-se que o município apresenta índices considerados “baixos” em relação à média estadual e aos estados do Sul e Sudeste brasileiro¹¹. A taxa de mortalidade infantil é alta, já que a infraestrutura voltada para a saúde é precária, pois o município não conta com um hospital, apenas com unidades básicas de saúde.

A renda *per capita* média dos moradores de Calmon cresceu 89,18% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 197,62, em 1991, para R\$ 373,86, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento de 3,41% nesse período. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 57,62%, em 1991, para 53,13%, em 2000, e para 18,69%, em 2010. Esse fato ocorreu devido à implantação de programas de distribuição de renda criados no Governo Lula, ainda na década de 2000.

Em 2018, o salário médio mensal no município era de 1,7 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ele ocupava as posições 290 de 295 e 262 de 295, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 38,3% da população estavam nessas condições, o que colocava o município na posição 18 de 295 entre as cidades do estado (IBGE, 2020).

¹¹ Lista completa disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>.

Sobre a escolarização, Calmon apresenta uma taxa de 95,6% de habitantes entre 6 a 14 anos de idade, com IDEB (2017)¹² nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 4,8, e de 3,6 nos anos finais. Em 2018, havia 639 matrículas no Ensino Fundamental e 154 no Ensino Médio, contabilizando 60 docentes em 5 estabelecimentos de ensino (IBGE, 2020).

Em relação ao campo, Calmon possui 971 trabalhadores, tendo como produção culturas temporárias, voltadas principalmente para a produção de soja, milho, batata-inglesa e feijão, como demonstra a Tabela 9.

Já no âmbito das culturas permanentes, o município possui 76 estabelecimentos, dos quais 1 cultiva bracatinga, 26 cultivam eucaliptos, 1 cultiva ipê, 40 cultivam pinheiros americanos e 6 cultivam araucárias, com 31.157 pés plantados, tornando-se o maior produtor comparado com os quatro municípios do estudo, o que causa grandes transtornos para o município, sobretudo pela circulação, caminhões com madeira cortada e muitos acidentes na SC 350 (Figura 16). Na extração vegetal, existem 55 estabelecimentos agrícolas produzindo erva-mate, totalizando uma produção de 178 toneladas (IBGE, 2017).



Figura 16 – Perímetro urbano de Calmon, SC.
Fonte: Notícia Hoje, 15 de maio de 2019.

¹² IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o país, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Tabela 9 – Produção de culturas temporárias em Calmon

	Alho	Batata-inglesa	Cebola	Feijão	Milho	Soja	Tomate
Área Plantada (ha)	5	200	20	100	700	1.100	30
Quantidade Produzida (tonelada)	35	7.400	500	120	5.040	3.630	2.400

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A criação de animais apresenta números consideráveis no ramo de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, possuindo o maior número de cabeças dos quatros municípios objetos de estudo, com quase 110 mil cabeças (IBGE, 2017). O mercado e o consumo de carne de frango têm ganhado destaque no PIB e, de acordo com a Embrapa (2003, p. 1):

O Brasil tem sido competente tanto na produção como na conquista do mercado exterior. Exportar tem sido uma prioridade para o país [...] No que se refere ao mercado consumidor interno, o brasileiro tem mudado seu hábito de consumo de carnes, passando de um país preponderantemente consumidor de carne bovina para consumidor da carne de frango. A qualidade, imagem de produto saudável e preços acessíveis auxiliaram a conquista dessa posição [...] Investimentos na produção de frangos de corte normalmente são de baixo risco e remuneração e, por isso, caracterizam-se como investimentos de longo-prazo (EMBRAPA, 2003, p. 01).

Outras criações também fazem parte do dia a dia do trabalhador rural de Calmon, conforme pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10 – Criação de animais em Calmon

	Total	Bovinos	Equinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	Perus
Número de Estabelecimentos	252	214	116	17	50	158	231	75	9
Número de Cabeças	120.758	7.725	353	177	636	1.185	109.785	834	51

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Apesar da zona rural de Calmon apresentar uma heterogeneidade de plantações e criações, a uniformização do espaço pelo pinus reflete as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do município. De acordo com o IBGE (2010), 52,5% dos trabalhadores formais de Calmon estavam vinculados ao setor agropecuário, assim, a monocultura de pinus acarreta um trabalho precário e na concentração fundiária, desdobrando-se nos graves indicadores sociais de Calmon.

A Figura 17 mostra uma ocupação do MST por mais de 80 famílias onde funcionava uma madeireira, abandonada há aproximadamente 20 anos em Calmon, o que mostra a concentração das terras na região, assim como a luta de milhares de famílias por um pedaço de terra, nesse município que é um dos mais pobres do estado.



Figura 17 – Ocupação do MST, em 23 de outubro de 2017, em Calmon, SC.
Fonte: G1 Globo SC, 15 de maio de 2019.

Calmon possui dois assentamentos, o Putinga e o Jangada, criados em 22 de janeiro de 1987 e 15 de dezembro de 1987, respectivamente. Em uma área territorial de 3.527,4 ha vivem 245 famílias, as quais tiram da terra seu sustento, levando alimentos para abastecer o mercado interno da região. Conforme afirma Grzybowski (1985), estas famílias provavelmente estiveram envolvidas no processo de

“seleção/exclusão” dos camponeses daquela região, acompanhado do modelo de integração das pequenas propriedades às agroindústrias sob a forma verticalizada.

A partir do exposto, percebe-se que o município possui uma dinâmica social e econômica ainda baixa, não esquecendo, entretanto, que seu processo histórico-geográfico de formação traz longos períodos de descaso. Apesar do impacto negativo até os dias de hoje, o município “ressurge das cinzas”, lutando como uma fênix para sobreviver nesse mundo capitalista.

3.2.3 Timbó Grande – Cabocla do Contestado

Timbó Grande é um pequeno município do Planalto Norte catarinense e está localizado dentro da vertente do interior do estado de Santa Catarina, a uma latitude de 26°36'54" Sul e longitude de 50°40'27" Oeste, com área de aproximadamente 597 km², em uma altitude média de 925 metros acima do nível do mar. O principal acesso se dá pela rodovia SC-340 e está a 457 km da capital. Os municípios limítrofes são: Bela Vista do Toldo, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Régis, Major Vieira, Porto União e Santa Cecília (IBGE, 2020).

Oficialmente, o município teve sua ocupação com a vinda das famílias Alves de Almeida, Casto e Matos. Contudo, seus primeiros habitantes foram os indígenas Kaingang, conhecidos como coroados, e os Xokleng, conhecidos como bugres ou botocudos. Hoje, eles já não habitam mais o município e seus remanescentes estão aldeados no Vale do Itajaí e no oeste catarinense (FRAGA, 2014).

A formação étnica timbó-grandense se caracteriza pela mistura de muitas raças, como afirma Fraga (2014, p. 01):

Os primeiros grupos humanos, provavelmente ligados às famílias pioneiras mencionadas, são diretamente ligados aos caboclos e caboclas, antes e durante a Guerra do Contestado; a esses, acrescentam-se os imigrantes que vieram para a região, oriundos do processo colonial que ocorria no estado e, sobremaneira, no planalto de norte catarinense, basicamente italianos, alemães, ucranianos e polacos. Assim, a formação étnica timbó-grandense se caracteriza por uma rica mistura de muitas raças, fato perceptível na tez do seu povo atualmente, onde se percebe lindos traços numa mescla entre europeus, africanos e indígenas, fazendo do povo da cidade um povo com características típicas brasileiras (FRAGA, 2014, p. 01).

O nome do município originou-se em razão da grande quantidade de árvore timbó – *Ateleia glazioviana* (*Leguminosae* – *Papilionoideae*), que foi muito utilizada pelos índios em suas pescarias. Já a palavra “Grande” foi para diferenciar este município do de Timbó, cidade que fica próximo de Blumenau, no Vale do Itajaí (FRAGA, 2014).

A criação do município de Timbó Grande é datada de 26 de abril de 1989, contudo, foi instalada oficialmente em 1º de janeiro de 1990¹³. Desde então, passou por um processo duro e difícil, devido à falta de infraestrutura e investimentos do estado.

Para Fraga (2014), com poucos recursos e estradas ruins, a produção sofria para ser escoada, principalmente os oriundos da madeira, fato que melhorou apenas em 2008 com a pavimentação do trecho de 42 quilômetros da SC-478, que liga o município de Timbó Grande à BR-116. Tal trecho retirou o município do isolamento, já que era um dos únicos do Planalto Norte que ainda não possuía acesso asfaltado. A Figura 18, abaixo, permite verificar o perímetro urbano de Timbó Grande.



Figura 18 – Perímetro urbano de Timbó Grande, SC.
Fonte: Prefeitura Municipal de Timbó Grande, 27 de julho de 2020.

¹³ Timbó Grande surgiu após a Constituição Federal de 1988, que possibilitou mais autonomia aos municípios. Contudo, também gerou muitos municípios sem infraestrutura e dependente do Estado.

Com uma população de 7.877 habitantes (IBGE, 2020) em 2019, é possível verificar que entre 1991 e 2000 a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,36%. Já entre 2000 e 2010, a população de Timbó Grande cresceu a uma taxa média anual de 0,98%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 42,69% para 56,97%, ainda demonstrando seu alto grau de ruralidade, conforme pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11 – População de Timbó Grande distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (1991 – 2010)

População	População (1991)	%	População (2010)	%
População Total	5.272	100	7.167	100
População Masculina	2.702	51,25	3.612	50,40
População Feminina	2.571	48,77	3.555	49,60
População Urbana	948	17,98	4.083	56,97
População Rural	4.324	82,02	3.084	43,03

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1991, 2010).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Em 2010, 60,95% da população se declarava branca, isto é, 4.369 habitantes, seguido de parda com 2.719 (37,94%), amarela com 39 (0,55%), preta com 37 (0,51%) e indígena com 3 (0,05%) (IBGE, 2020).

A mortalidade infantil em Timbó Grande passou de 33,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 44,1. A esperança de vida ao nascer cresceu 4,8 anos de 2000 para 2010, passando de 68,1 anos para 72,9. Em 1991, era de 64,2 anos, conforme demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Timbó Grande (1991-2010)

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	64,2	68,1	72,9
Mortalidade Infantil	44,1	33,1	16,8
Mortalidade até 5 anos de idade	50,8	38,1	19,6
Taxa de fecundidade	4,0	2,9	2,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Apesar do avanço de sua emancipação até hoje, o município ainda apresenta números abaixo da média dos municípios do Sul do Brasil, o que pode ser revelado no seu baixo índice de IDH (0,659), ocupando a posição nº 279 em Santa Catarina e nº 2924 diante todos os municípios do Brasil.

Em 2018, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos, com proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 278 de 295 e 210 de 295, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 37,8% da população estavam nessas condições (IBGE, 2020).

O município conta com 6 estabelecimentos de ensino, sendo 5 de Ensino Fundamental e um de Ensino Médio, com 1.530 matrículas e 108 docentes. O IDEB para os anos iniciais é de 6,2, ultrapassando a meta do IDEB nacional. Já para os anos finais está em 4,7, conforme dados do IBGE (2017).

Quando se trata de saneamento básico e meio ambiente, o município apresenta 36,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 20,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 9,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 220 de 295, 208 de 295 e 248 de 295, respectivamente (IBGE, 2017).

Na década de 1990, foram criados três assentamentos no território de Timbó Grande, o denominado Cristo Rei (09/11/1999), Nova Cultura (20/08/1996) e Perdiz Grande (10/10/1996), totalizando 100 famílias em uma área de 1.557,4 ha.

Os assentamentos estão cercados pelos pinus plantados em reflorestamentos artificiais ao longo de toda zona rural, já que a principal vertente da economia municipal gira em torno dessa extração.

Ao analisar o PIB de Timbó Grande de 2017, percebe-se que a indústria possui a segunda maior fatia, com 59.180,05 milhões, fato distinto dos outros municípios da região. De acordo com Fraga e Gonçalves (2016, p. 507), “essa contradição deve ao fato de Timbó Grande estar sendo tomado pela *plantation de pinus* e de possuir algumas indústrias de beneficiamento madeireiro”. O setor primário tem um PIB de 50.395,40 milhões e o de serviços 67.629,10 milhões (IBGE, 2017).

O território timbó-grandense possui 275 estabelecimentos produzindo silvicultura: 101 produzem eucalipto, 166 pinheiro americano e 8 produzem outras espécies, com 21.450 pés plantados (IBGE, 2017).

A erva-mate está presente em 282 estabelecimentos, culminando na maior produção dos quatro municípios do estudo, com 1.312 toneladas, representando 48,6% de toda produção (IBGE, 2017). São cultivados também, em menor escala, feijão, fumo, milho e soja, conforme revela a Tabela 13.

Tabela 13 – Produção de culturas temporárias em Timbó Grande

	Feijão	Fumo	Milho	Soja
Área Plantada (ha)	50	8	1.000	350
Quantidade Produzida (tonelada)	120	12	7.200	1.260

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

O campo possui 1.470 trabalhadores, tanto na agricultura como na criação de animais (IBGE, 2017). Existem 677 estabelecimentos com a criação de animais como atividade econômica, lidando principalmente com bovinos, galinhas e equinos e tendo a maior criação de caprinos dos quatro municípios estudados (Tabela 14).

Tabela 14 – Criação de animais em Timbó Grande

	Total	Bovinos	Equinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	Perus
Número de Estabelecimentos	677	549	200	27	89	294	559	61	20
Número de Cabeças	38.796	10.761	434	211	1.282	2.888	22.130	801	122

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Os aspectos geográficos de Timbó Grande são ímpares em Santa Catarina, com suas águas ainda puras, sua terra fértil e relativamente plana, para que assim se possa pensar em um futuro promissor que venha do campo, na riqueza advinda da produção de alimentos pelo e para o seu povo. Mas, para que isso ocorra, é

necessário frear o avanço indiscriminado dos pinus, que pode colocar em risco as terras e as águas do município (FRAGA, 2019).

Timbó Grande é considerado o território mais caboclo do Contestado, graças à figura de Adeotado Manoel Ramos, tido como o último caboclo da Guerra do Contestado, por ter sido um dos mais audaciosos e temidos chefes dos sertanejos no decorrer dos últimos anos da guerra. Sua liderança consolidou-se em Santa Maria (hoje, Timbó Grande), o reduto mor dos caboclos (FRAGA; GONÇALVES, 2016).

Sabe-se que o futuro do jovem município só será completo quando a sua invisibilidade for rompida pela história imposta pela República e pelo estado de Santa Catarina.

Nos últimos anos a população cabocla de Timbó Grande tem promovido atividades que envolvem a cultura cabocla no município, com destaque para a Feira Cabocla e o Acampamento Caboclo do Contestado. A Feira Cabocla é uma festa que busca o resgate da cultura cabocla, acontece na localidade da Cachoeira e é promovida pelo CMEB Nossa Senhora Aparecida, desde 2007, com exposição de objetos caboclos, Festival da Música Caipira (FEMUCA), comidas típicas e Missa Cabocla (Figura 19).

Já o Acampamento Caboclo é organizado pela Associação Cultural Cabocla Filhos do Contestado, desde 2016, contando com café caboclo compartilhado na Praça do Contestado, com a caminhada ecológica-cultural, palestras, almoços com comida típica, Festival da Música Raiz, atividades culturais e Missa Cabocla.



Figura 19 – Cartaz da VIII Feira Cabocla, Cachoeira, Timbó Grande, SC, 2015.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015).

Em 2015, comemorando os 100 anos do último combate da Guerra do Contestado, na localidade de Santa Maria, foi promovida a Semana do Centenário do Massacre de Santa Maria, Timbó Grande, promovida pela prefeitura do município e pelo Observatório da Região e da Guerra do Contestado, que antes se chamava Observatório dos Centenários da Guerra do Contestado (Figura 20).

O evento contou com caminhadas, atividades cívico-políticas na Câmara de Vereadores, atividades culturais com escolares e um culto ecumênico, denominado “o Massacre dos Pobres”, com a leitura pública de uma Moção do Centenário do Massacre de Santa Maria, denominada de Carta do Timbó Grande, Contestado, Santa Catarina, assinada em 30 de março de 2015.



Figura 20 – Cartaz da Semana do Centenário do Massacre de Santa Maria, 2015.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015).

Fruto deste evento, a Carta do Timbó Grande, Contestado, Santa Catarina foi encaminhada para todos os deputados estaduais e federais que representavam o estado, em 2015, assim como para as Secretarias do estado, Ministérios do Governo Federal e a própria Presidenta Dilma Vana Rousseff, que sofreria um golpe parlamentar no ano seguinte, cuja resposta aparece na Figura 21.

Tal carta, entre muitas reivindicações, apontava as necessidades mais emergências para a região do Contestado, frutos do abandono secular regional e da falta de infraestruturas básicas para as populações dos municípios mais caboclos do Contestado:

g) de imediato e urgente, a criação de um hospital regional para atender as demandas de saúde dos municípios planaltinos da Região do Contestado, criação de uma Universidade pública e gratuita para os municípios planaltinos da Região do Contestado, criação de um museu histórico estadual nos moldes e técnicas do Museu Histórico de Santa Catarina, em tamanho e densidade, para salvaguardar o patrimônio histórico material e imaterial da Guerra do Contestado; h) ampliação e melhoria da rede viária regional, dilatando, desta forma, o processo de desenvolvimento regional; i) políticas públicas emergenciais na infraestrutura regional – energia, água, transporte, saúde, educação etc. para os municípios que apresentam as maiores mazelas infraestruturais e sociais da Região da Guerra do Contestado – Timbó Grande, Matos Costa, Calmon, Santa Cecília, Bela Vista do Toldo, Lebon Régis, Monte Castelo e Major Vieira. Afiançamos que é nossa obrigação, como representantes do povo, professores, estudantes, pesquisadores e comunidade contestadense, catarinense e brasileira salientar os infortúnios acima para que nos próximos 50 ou 100 anos, quando a sociedade rememorar o sesquicentenário e o bicentenário da Guerra do Contestado não precise explicitar e se lastimar pela perenidade da conjunção de marginalidade vivida pela população descendente e

remanescente da Região e da Guerra do Contestado, que deu seu suor, seu sangue, seu trabalho, no passado e no presente, para a edificação da Nação Brasileira. (CARTA DO TIMBÓ GRANDE, CONTESTADO, SANTA CATARINA, 2015).


NUP 00063.001706/2015-49	
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE PESSOAL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, CEP. 70150-900 Brasília-DF - Tel. (61) 3411-1159	
Ofício nº 1128/2015-GP/GAB/GESTÃO/DGI	Brasília, 27 de abril de 2015.
Ao Senhor NILSON CESAR FRAGA Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina e Coordenador do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) Km 380 - Campus universitário 86051-900 - Londrina - PR nilsoncesarfraga@hotmail.com	
Assunto: Políticas públicas em favor das populações remanescentes da Guerra do Contestado	
Senhor Professor,	
Acusamos o recebimento da correspondência s/nº, de 13/04/2015, dirigida à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, à qual anexa a Carta do Timbó Grande, Contestado, Santa Catarina, requerendo implantação de políticas públicas nas áreas de saúde e educação, bem como relativas ao patrimônio material e imaterial em favor das populações remanescentes da Guerra do Contestado.	
Pela natureza do assunto, informamos que o referido documento foi encaminhado aos Ministérios da Cultura, da Educação e da Saúde, por meio dos Ofícios nº 1125/2015-GP/GAB/GESTÃO/DGI, nº 1126/2015-GP/GAB/GESTÃO/DGI e nº 1127/2015-GP/GAB/GESTÃO/DGI, respectivamente.	

Figura 21 – Resposta da Carta do Timbó Grande, recebida do Gabinete da Presidência da República, em 27 de abril de 2015.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015).

As respostas não vieram em 2016, pois o país passou a conviver com governos que desprezam as populações massacradas, empobrecidas e que clamam por justiça social. Mas as movimentações culturais, como eventos com escolares e comunidades,

têm possibilitado, nas cidades mais caboclas do Contestado, o rompimento da invisibilidade e do silêncio imposto pela República e pelo estado.

Em setembro de 2015, o município de Timbó Grande foi escolhido para receber a Romaria da terra e da Água, pois o lugar remete ao maior conflito histórico da luta pela terra registrado no Brasil – a Guerra do Contestado, território de mártires como Maria Rosa, Chica Pelega, Monge João Maria e tantas outras pessoas caboclas que morreram pela liberdade do povo e pelo direito à terra.

A 23ª edição da Romaria da Terra e da Água ocorreu em um dia bastante frio para a primavera que se aproximava. No dia 13 de setembro, Timbó Grande recebeu milhares de romeiros e romeiras, com o lema “Redutos de resistência, esperança e encantamento da vida”, e mais de 10 mil pessoas caminharam pelo chão manchado de sangue de caboclos e caboclas assassinados durante a Guerra do Contestado (Figura 22).



Figura 22 – 23ª Romaria da Terra e da Água, em Timbó Grande, SC, 13 de setembro de 2015. Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

Durante a Romaria, a população da cidade dobrou de tamanho, passando por uma forte pressão populacional, que fez recordar o ano de 1915, quando milhares de caboclos e caboclas, trancados no vale de Santa Maria, foram bombardeados pelas forças federais, ocorrendo o maior morticínio da Guerra do Contestado, como se cada romeiro e romeira representasse um dos cadáveres. Mas, a exemplo do século XX, o vale do Timbó conseguiu recepcionar todas as pessoas, alimentá-las e rememorar o genocídio ocorrido naquelas terras há 100 anos.

3.2.4 Matos Costa – Sentinela do Contestado

O município de Matos Costa possui a menor população se comparado com Lebon Régis, Calmon e Timbó Grande. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, havia 2.839 habitantes (Figura 23) espalhados em sua área territorial de 433,073 km². Ele está localizado no Planalto Norte catarinense, com uma distância até a capital, Florianópolis, de 450 km.



Figura 23 – Vista área da cidade de Matos Costa, SC, 2020.
Fonte: João Batista Ferreira dos Santos (2020).

Para compreender a formação de Matos Costa, é necessário contar um pouco de sua história que está ligada diretamente à Guerra do Contestado, tanto por ser palco da guerra como por ter seu nome dado em homenagem ao capitão militar João Teixeira de Matos Costa¹⁴, morto em 1914 por Benevenuto Baiano, uma das lideranças caboclas mais radicais, que após o matar foi assassinado pelos próprios

¹⁴ Matos Costa teve uma participação interessante na Guerra do Contestado. Distinguindo-se dos demais comandantes do exército, tentou conhecer o modo de vida dos sertanejos e por várias vezes manifestou a percepção de que eram pessoas exploradas e marginalizadas que se reuniam em busca de uma melhor sorte. Há, ainda, especulações de que o capitão Matos Costa e a virgem Maria Rosa mantinham certa relação de afetividade. Delmir José Valentini afirma que “Disfarçado de vendedor ambulante e acompanhado de um bodegueiro de Campina dos Pintos, Matos Costa, de cabeça raspada e fita branca no chapéu, teria conferenciado com Maria Rosa e com seu pai Eliasinho da Serra, escapando com vida de tal aventura, não sem a conivência de Maria Rosa e de seu pai. Outros chefes desconfiaram da forma como os dois visitantes desapareceram do reduto, na calada da noite e sem deixar pistas. De imediato destacaram um piquete comandado por Francisco Alonço. Sem dar satisfações à Maria Rosa, partiram no encalço dos dois.” (VALENTINI, 1998, p.115).

companheiros, pois o capitão Matos Costa era considerado um simpatizante e um importante aliado da causa sertaneja.

A Figura 24 mostra a antiga estação São João, quando a localidade ainda era chamada de São João dos Pobres.



Figura 24 – A estação de São João, provavelmente início da década de 1930. Foto do acervo do Museu Josete Dombrowski, criado pela Sra. "Tico" Josette que dá nome ao museu, em 2000.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

A origem do município remonta por volta de 1875, quando já havia nas margens do rio Iguaçu o primeiro porto de navegação, com o nome de Porto Amazonas. Um morador local, José Cordeiro, planejou uma viagem pelo rio Iguaçu e partiu levando consigo apenas sua família e um indígena, para auxiliá-lo na defesa contra um possível ataque indígena. Após alguns dias, adentrou nos sertões defrontando-se com terras de campos que, mais tarde, receberam o nome de São João dos Pobres.

Após seis meses de viagem, José Cordeiro retornou a Porto Amazonas e logo alguns parentes e amigos interessaram-se na obtenção das terras que foram

“descobertas”, como a família de Manoel Lourenço de Araújo, que se instalou e fundou a Fazenda de Campo Alto (IBGE, 2020).

A integração da região ocorreu quando foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - EFSPRG, mais tarde transformada na Rede de Viação Paraná Santa Catarina - RVPSC, que ligava São João com a vila de Porto União, ao norte, e ao sul, com a vila de Caçador, em 1908. Em 15 de setembro de 1917, por meio da Resolução nº 37, a localidade passou à condição de Distrito de São João dos Pobres, pertencente a Porto União. Em 23 de abril de 1962, pela Lei Estadual nº 819, foi criado o município de Matos Costa, que em 22 de julho do mesmo ano foi instalado oficialmente (LEITE, 2016).

Sobre sua população, entre 1991 e 2000 houve um crescimento a uma taxa média anual de 4,56%. Mas entre 2000 e 2010 a população de Matos Costa teve um declínio populacional, com uma taxa média anual de -1,20%. Neste mesmo período, a taxa de urbanização do município passou de 39,01% para 51,60%, revelando-o com um contingente populacional no campo quase igual ao da zona urbana, conforme demonstra a Tabela 15.

Tabela 15 – População de Matos Costa distribuída em masculina, feminina, urbana e rural (2000 – 2010)

População	População (2000)	%	População (2010)	%
População Total	3.204	100	2.839	100
População Masculina	1.666	52,00	1.475	51,95
População Feminina	1.538	48,00	1.364	48,05
População Urbana	1.250	39,01	1.465	51,60
População Rural	1.954	60,99	1.374	48,40

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000, 2010).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

O Censo Demográfico de 2010 atribuía ao município 2.839 habitantes, dos quais 1.727 (60,82%) se autodeclaravam brancos; 886 (31,23%), pardos; 133 (4,68%), pretos; 89 (3,14%), amarelos; e 4 (0,13%), indígenas.

A mortalidade infantil no município passou de 24,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 31,8. A esperança de vida ao nascer cresceu 3,2 anos, passando de 71,6 anos,

em 2000, para 74,8 anos, em 2010. Em 1991, era de 67,7 anos, conforme apresenta a Tabela 16.

Tabela 16 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Matos Costa (1991-2010)

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,7	71,6	74,8
Mortalidade Infantil	31,8	24,2	13,8
Mortalidade até 5 anos de idade	36,7	27,9	16,2
Taxa de fecundidade	4,3	2,9	2,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Ao comparar as taxas de longevidade, mortalidade e fecundidade de Matos Costa com os outros municípios do estudo, percebe-se que é o que possui os melhores índices, tendo o segundo melhor IDH (0,657), perdendo apenas para Timbó Grande (0,659). O IDH do município se situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDH entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,831, seguida de Renda, com índice de 0,630, e de Educação, com índice de 0,541.

A renda *per capita* média de Matos Costa cresceu 76,35%, passando de R\$ 228,43, em 1991, para R\$ 337,46, em 2000, e para R\$ 402,83, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,03%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,43%, entre 1991 e 2000, e 1,79%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 48,02%, em 1991, para 38,16%, em 2000, e para 19,28%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita por meio do Índice de Gini, que passou de 0,52, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,45, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Em 2018, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,6%. Na comparação com os outros municípios do estado, Matos Costa ocupava as posições 290 de 295 e 240 de 295, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 35,2% da população estavam nessas condições, o

que o colocava na posição 42 de 295 entre as cidades de Santa Catarina (IBGE, 2020).

Em relação à escolarização, Matos Costa apresenta uma taxa de 98,4% de taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de idade, com IDEB (2017) nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 6,1 e de 3,8 nos anos finais. Em 2018, havia 430 matrículas no Ensino Fundamental e 117 no Ensino Médio, contabilizando 42 docentes em 3 estabelecimentos de ensino (IBGE, 2020).

Em saneamento e meio ambiente, o município apresenta 27% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 17,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 15,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, ele fica na posição 239 de 295, 220 de 295 e 213 de 295, respectivamente, demonstrando a falta de infraestrutura que assola grande parte dos municípios do Contestado Caboclo.

No entanto, desde 2013 o município vem passando por grandes investimentos em infraestrutura, tanto urbana como rural, melhorando em muitos aspectos a qualidade de vida da população, com a gestão do prefeito Raul Ribas Neto (Figura 25).



Figura 25 – Obras públicas realizadas em Matos Costa, SC, 2020.
Fonte: Raul Ribas Neto, 20 de julho 2020.

Como a grande maioria dos municípios do Contestado, Matos Costa possui 6 assentamentos, criados a partir de 1989, com 169 famílias em uma área territorial de 3.415,9 ha (Tabela 17). A participação dos assentamentos na economia municipal é refletida por meio da agricultura familiar, ajudando positivamente nos índices de desenvolvimento econômico.

Tabela 17 – Assentamentos em Matos Costa

Assentamento	Famílias Assentadas	Área (ha)	Data de Criação
Nova Esperança	23	545,72	29/08/1989
13 de Outubro	34	700,00	02/04/1991
São Roque	42	1.007,70	10/01/1995
São João	35	617,41	09/12/1996
Santa Rita III	15	261,49	28/01/1999
São João II	20	283,58	01/06/1999
Total	211	3.415,90	

Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2020).
Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

O campo emprega 1.181 trabalhadores, isto é, 41,6% da população total. A produção de culturas temporárias é voltada para produção de milho, soja, batata-inglesa, tomate e cebola, como demonstra a Tabela 18.

Tabela 18 – Produção de culturas temporárias em Matos Costa

	Batata-inglesa	Cebola	Feijão	Milho	Soja	Tomate
Área Plantada (ha)	150	3	100	1.200	300	40
Quantidade Produzida (tonelada)	3.000	48	170	7.200	1.050	3.200

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Já no âmbito das culturas permanentes, o município possui 331 estabelecimentos, liderando a lista dos quatro municípios do estudo, contudo, possui o menor número de pés plantados (15.648), demonstrando que os estabelecimentos estão nas mãos dos pequenos produtores rurais. Esses estabelecimentos produzem eucalipto em 101 propriedades, pinheiro americano em 166 e 3 cultivam outras espécies. Na extração vegetal, existem 131 estabelecimentos agrícolas, dos quais 126 produzem erva-mate, totalizando uma produção de 934 toneladas (IBGE, 2017).

Existem 337 estabelecimentos que lidam com a criação de diferentes animais, apresentando o melhor número de cabeças comparado com os outros municípios do estudo. Em contrapartida, possui o maior número de suínos, como apresenta a Tabela 19.

Tabela 19 – Criação de animais em Matos Costa

	Total	Bovinos	Equinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	Perus
Número de Estabelecimentos	337	279	117	56	239	289	82	14
Número de Cabeças	24.847	4.559	308	855	5.038	13.088	825	102

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A região da Guerra do Contestado traz consigo a herança de destruição e o distanciamento do poder público em relação às áreas de desenvolvimento econômico e social por numerosos fatores, estando alguns desses municípios de Santa Catarina com índices de desenvolvimento humano baixo.

O município de Matos Costa está entre eles, entretanto, de acordo com Camargo (2019, p. 65), a “agricultura familiar desempenha um papel fundamental na sustentabilidade da cidade e na movimentação de sua economia, garantindo a efetividade dos postos de empregos criados no setor de serviços”, fato perceptível na dinâmica socioeconômica municipal.

Como evidenciado, o município de Matos Costa foi cenário de um conflito armado motivado pela luta do povo caboclo pela terra e a pequena Vila de São João dos Pobres foi por várias vezes atacada. No entanto, o mais famoso ataque se deu em 1914, ocasionando a morte do capitão João Teixeira de Matos Costa. Assim, foi sugerido o adjetivo “Sentinela do Contestado”, pois sentinela é aquele que guarda, que vigia, que cuida, que olha, que contempla e, que no caso do município de Matos Costa, estará atento a qualquer perigo ou ameaça que coloque em risco o inexorável patrimônio material e imaterial municipal, estadual e nacional depositado no território desta municipalidade, como definiu o professor Nilson Cesar Fraga (2020).

Como parte do rompimento da pobreza e do silenciamento imposto por mais de 100 anos, a partir da Guerra do Contestado, as ações culturais em Matos Costa seguem o mesmo esforço das demais cidades apresentadas anteriormente. Desde 2014 são realizadas ações de melhoramento e organização dos sítios histórico-geográficos relacionados à cultura cabocla e à Guerra do Contestado.

Como exemplo, há a Semana do Centenário do ataque rebelde à localidade de São João dos Pobres, que vitimou o capitão Matos Costa, realizada pela prefeitura municipal com apoio do Observatório da Região e da Guerra do Contestado (Figura 26).



Figura 26 – Cartaz de divulgação do evento do centenário da morte do Capitão Matos Costa, 2014.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2014).

O evento contou com a participação da comunidade e visitantes. As atividades culturais foram desenvolvidas pela comunidade escolar, por meio de peças teatrais que expressavam a cultura cabocla, a importância da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Guerra do Contestado (Figura 27).



Figura 27 – Atividades culturais alusivas ao centenário do ataque à vila de São João dos Pobres, 2014.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

Atividades de lazer e musicais também realizadas, envolvendo centenas de crianças do município, geralmente em datas cívicas (Figura 28), como a Fanfarra Lira do Contestado, que já recebeu premiações estaduais e nacionais.



Figura 28 – Passeio ciclístico em Matos Costa, 2014.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

Matos Costa, Timbó Grande, Lebon Régis e Calmon são pequenos municípios em população no interior de Santa Catarina, caracterizando-se por serem as cidades de maior influência e reconhecimento da cultura cabocla no estado. A luta para coexistirem regionalmente com as cidades de forte influência da colonização europeia fez com que esses municípios investissem, nos últimos anos, esforços em atividades culturais voltadas para a valorização das suas culturas, assim como para atrair turistas e gerar renda e trabalho para suas populações, conforme apontado por Fraga (2020, p. 1).

Matos Costa, um pequeno município do Contestado, em Santa Catarina, já foi chamado de São João dos Pobres. Hoje, com o nome mudado, ainda se configura como uma das mais pobres cidades catarinenses. Mas isso se reflete apenas em números da economia e em índices dos mais diversos, pois, para quem visita, conhece e sente essa pequena cidade, o termo pobreza passa longe. Há, em Matos Costa, quatro das maiores riquezas do povo barriga-verde: a simpatia, o acolhimento, a hospitalidade e a simplicidade no trato com os que vêm de fora, fazendo dela uma das cidades mais ricas do estado – seu povo e sua luta diária, há mais de um século, é sua maior abastança, pois isso não tem como ser mensurado (Fraga, 2020, p. 1).

O futuro dos grupos sociais caboclos na região do Contestado e sua luta pelo direito de coexistência no conjunto regional europeizado a partir do término da Guerra do Contestado têm se dado, sobretudo, a partir de ações e políticas públicas culturais que envolvem as crianças e os jovens, mas que atraem as comunidades e visitantes (Figura 29).



Figura 29 – Crianças caboclas em apresentação teatral, em Matos Costa, 2014.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

O futuro da região do Contestado demandará investimentos em infraestrutura, mas também em cultura, pois, a partir desta as comunidades estão desenvolvendo o hábito pelas artes e, acima de tudo, o reconhecimento e o respeito pela cultura cabocla, que vem resistindo desde o massacre promovido pela Guerra do Contestado.

É um renascer a cada dia, a cada evento e a cada pessoa que se reencontra na dignidade de ser caboclo e cabocla, em um território que fez essa população se negar e que a negou por mais de 100 anos. O menino caboclo, que aparece na Figura 30, representa toda uma população que vem lutando e resistindo a mais de um século na região do Contestado – em uma guerra que, como determina o Professor Nilson Cesar Fraga, insiste em existir e permanecer, que dura mais de 100 anos para os que lutam, diuturnamente, pelo direito à justiça, à terra e à comida.



Figura 30 – Criança Cabocla, de Matos Costa, 2014.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2014).

4. IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A utilização de nomes geográficos atrelados aos produtos típicos produzidos em certas regiões do planeta é datada de tempos remotos. Muitos desses produtos, principalmente no contexto agroalimentar, correspondem à vontade dos seus produtores de levar o nome da região geográfica em seus produtos, distinguindo-os dos que estão no mercado. A publicidade já está intrínseca no modo de produção até a comercialização, agregando valor ao produto, no qual os consumidores conseguirão identificar suas peculiaridades e qualidade gravadas nas embalagens com o nome de sua origem.

O presente capítulo apresenta o surgimento das IGs e seus principais marcos regulatórios, trazendo uma linha temporal dos fatos importantes, além de relacionar o que ocorria no contexto internacional com a criação de leis no Estado brasileiro. Também traz um entendimento da dinâmica dos selos adotados pelo governo francês, o pioneirismo de Portugal, uma apresentação das atuais IGs do Brasil, assim como a proposição delas para a região do Contestado Catarinense.

4.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Na busca de uma primeira aproximação conceitual acerca das IGs, é necessário evidenciar o modo com o qual este instrumento opera na valorização das tradições, dos saberes, das práticas, dos costumes, além da sua própria imaterialidade relacionada à identidade territorial presente na sociedade na qual está inserida, assim como na própria origem geográfica em si.

Seus primórdios, apesar de terem uma formalização mais recente, reportam-se ainda ao século 4 a.C., já que era costume entre os gregos e romanos a conduta de solicitar vinhos, azeites, queijos, pães, azeitonas, pastas de peixe, entre outros itens, pelos nomes das terras do qual eram provenientes, pois já havia a percepção de que os produtos de certos lugares possuíam qualidades particulares (MARQUES; ANTONIAZZI, 2012).

De acordo com estudos realizados pelo *Institut National de L'origine et de la Qualité* (Instituto Nacional da Origem e da Qualidade) (INAO, 2019), existem relatos de que os gregos já buscavam mecanismos para gravar a procedência em seus produtos a fim de terem reconhecimento, por exemplo, os vinhos de Rhodes e de Corinto. Essa condecoração servia, efetivamente, para separar e classificar os melhores vinhos de acordo com o local onde foram fabricados.

Quando se trata dos romanos, remete-se ao Mármore Carrara, que é extraído da cidade de Carrara, localizado na província de Massa e Carrara em Lunigiana, ponta mais ao norte da atual Toscana da Itália. Naquela época já se empregava a sigla RPA (*res publica agustanorum*), inscrição que se achava nos vasos de barro oriundos dos fornos do fisco romano. As ânforas de vinho de Falernum, famosas nessa época, demonstravam primeiramente a procedência do produto, para em seguida indicar o produtor (BRUCH, 2009).

Na Bíblia, também se encontram registros históricos sobre as indicações de origem, como o caso dos vinhos de En-Gedi (Cânticos, I, 14) e o cedro do Líbano (Cânticos, III, 9, e Reis, V, 6) (BRUCH, 2008). Além disso, de acordo com Caldas (2007), na região de Roquefort, na França, existe um queijo que desde os meados do século XIV possui reconhecimento.

No decorrer da história, especialmente na Idade Média, após o aparecimento das corporações de ofício e a consequente especialização na fabricação de certos produtos, o conceito de IG começa a ganhar importância perante a sociedade (STRASBURG JÚNIOR, 2013).

É notório que a IG, no sentido de procedência de um produto, remonta a vários séculos, contudo, ao analisar a história é possível verificar que foram os países da Europa que utilizaram tal indicação como um instrumento de “desenvolvimento local e da preservação da identidade cultural de determinadas comunidades, ligando os produtos protegidos ao capital social e humano como uma herança passada de geração em geração” (ALMEIDA, 2015, p. 11). Foi na tentativa de proteger os produtos que a IG, na forma como é conhecida hoje, encontrou no continente europeu um ambiente favorável à regulamentação técnica e legal (LEGENDRE, 1995).

Os produtos comercializados na época possuíam preço mais elevado comparado aos mesmos produtos produzidos em outras regiões, ocasionando a cobiça e, conseqüentemente, o surgimento de falsificadores, com o uso de produtos

de inferior qualidade para assim tirar proveito das IGs de outros (COELHO-COSTA, 2014). Além disso, há bastante tempo a identificação dos produtos a partir de referências da sua área de produção tem sido uma estratégia para a fidelização de compradores (GLASS; CASTRO, 2009).

As falsificações não ocorriam apenas na Idade Média, mas desde a Antiguidade pré-clássica, o que levou tanto os produtores como os comerciantes a manter a qualidade e principalmente a autenticidade dos produtos. O surgimento das ânforas de vinho contendo signos e selos com especificações desencadeou o uso desses elementos também em outros produtos (LIMA et al., 2007). Brunch e Dewer (2013, p. 152-153), acerca desses produtos, salientam que:

Esses signos, como o selo cilíndrico de Uruk, que data de cerca de 3200 a 3000 a.C., possuíam uma função básica: dizer a quem pertencia o produto. Aos poucos, tais signos foram sendo aperfeiçoados para informar de onde vinha o produto, quem o havia comprado e até mesmo para apor dados mais precisos sobre o fabricante do produto e suas qualidades. Mesmo onde a troca de bens era gerida pelos representantes dos templos ou palácios, como foi o caso do Egito, havia signos, na forma de selos, que buscavam atestar a origem e a qualidade dos produtos, especialmente, dos vinhos. E havia punições exemplares para a violação do uso desses signos, como pode ser verificado na “lei n. 227 do Código” de Hamurabi (BRUNCH; DEWER, 2013, p. 152-153).

Ao estudar a primeira indicação de origem formalizada, percebe-se que ocorrem divergências no delineamento da linha histórica entre os autores, já que não havia uma definição precisa de IG. Alguns pesquisadores afirmam que em 1666, na França, foi elaborado o primeiro texto jurídico que se refere ao concerne de denominação de origem, onde o Parlamento de Toulouse foi responsável pelo documento aplicado à proteção de queijos, de maneira especial sobre o de Roquefort (KRÜCKEN-PEREIRA, 2001).

Do outro lado, Bruch (2009) entende que foi apenas em 1756 que a primeira IG europeia passou a ser legalmente reconhecida, surgida na região do Douro, em Portugal, criada a partir da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pelo futuro Marques de Pombal.

Já de acordo com Vivez (1943), em 1350 foi elaborada a primeira lei em relação às IGs em território francês, a qual visava proibir os produtores de vinhos de autorizar o uso dessas indicações por terceiros, mediante pagamento, também buscando dar

efeito ao princípio da genuinidade, impossibilitando que o rótulo da IG induzisse o consumidor a comprar um produto com menor qualidade, produzido em outra região.

A IG foi pouco a pouco sendo definida pelos distintos agentes recorrentes na história e por meio dela os produtores e comerciantes valorizavam seus produtos de várias formas. Contudo, para uma melhor compreensão do tema, será apresentado o caso das IGs em Portugal e na França, levando em consideração o entendimento e as concepções em relação a sua trajetória.

4.1.1 O caso pioneiro de Portugal

O primeiro país a criar uma área delimitada para a produção rural foi Portugal, com a Região de Douro, em 1756. Para seu idealizador, Marquês de Pombal, a região serviria para resguardar a qualidade do que já era produzido, surgindo, assim, o primeiro conceito jurídico de uma região produtora demarcada (SILVA, 2014). Essa demarcação de área geográfica foi feita com 335 marcos de pedra (BRUCH, 2009).

Sobre a primeira intervenção estatal conhecida para a proteção de uma IG, Barbosa (2011, p. 25-26) afirma que:

Em 1756 produtores do Vinho do Porto, em Portugal, procuraram o então Primeiro Ministro do Reino, Marquês de Pombal, solicitando ajuda com relação a outros produtores que estavam indevidamente utilizando a denominação “do Porto”, o que causava concorrência ao vinho legítimo. Nesta época o Marquês criou a Companhia dos Vinhos do Porto para concentrar os produtores, mandou fazer a delimitação da área de produção e mandou estudar, definir e fixar as características do Vinho do Porto e suas regras de produção (BARBOSA, 2011, p. 25-26).

Além de Douro, a região de Porto também estava ligada à produção tradicional de vinho, porém sua importância se dava ao fato de uma maior comercialização. Enquanto Douro foi uma grande produtora de vinhos, Porto se tornou um grande entreposto de exportação (SILVA, 2014).

O Vinho do Porto, famoso até hoje por todo o mundo, começou a ganhar grande notoriedade na época, o que fez com que outros vinhos se intulassem como “do Porto”, levando a uma redução do preço dos negócios dos produtores portugueses (PIMENTEL, 2014). Perante o ocorrido, Marquês de Pombal determinou alguns atos

que, de certa forma, ainda são as fases para serem seguidas a fim de dar proteção estatal a uma IG.

Primeiro, agrupou os produtores na Companhia dos Vinhos do Porto. Em seguida, mandou fazer a delimitação da área de produção – não era possível proteger a origem do produto sem conhecer sua exata área de produção. Como também não era possível proteger um produto sem descrevê-lo com exatidão, mandou estudar, definir e fixar as características do Vinho do Porto e suas regras de produção. Por fim, mandou registrar legalmente, por decreto, o nome Porto para vinhos, criando, assim, a primeira Denominação de Origem Protegida (PIMENTEL, 2014, p. 35-36).

Em 1907, um decreto modificou as certificações territoriais e a estrutura de produção do Vinho do Porto. Ele regulamentou a produção, venda e exportação, além da fiscalização, estabelecendo um controle mais rigoroso sobre a origem do produto, reservando a denominação de Porto apenas para os vinhos generosos, ou seja, licorosos, da região do Douro, com grau alcoólico mínimo de 16,5°. A Comissão de Viticultura da Região de Douro regia a proteção e fiscalização desses produtos (SILVA, 2014).

Tal fato levou essa região a ser considerada a primeira área da história a ser delimitada para a produção com sistemas de controle, mesmo que o mecanismo de proteção viesse aparecer de forma mais eficaz e mais próxima de como é hoje em 1927, na França.

De acordo com Reis (2015), no sentido de organizar os produtores, demarcar a zona de produção e determinar as características do produto e as regras de produção, essas medidas adotadas pelo governo de Portugal são tão análogas ao sistema de IG, que um sistema similar foi posteriormente desenvolvido na França.

Na atualidade, os pedidos de registo da IG são realizados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de Portugal e devem seguir o regulamento e as normas do Código da Propriedade Industrial.

4.1.2 A França e sua tradição nas Indicações Geográficas

A França, mesmo não sendo o primeiro país a criar um mecanismo de proteção aos seus produtos, é o país europeu com maior tradição em IG. O INAO, citado anteriormente, é o órgão do governo responsável pela proteção legal de produtos na

França e no exterior. Além disso, entre todos os produtos agrícolas e gêneros alimentícios protegidos na União Europeia (UE) pela Denominação de Origem Protegida e pela IG, os franceses são os que representam uma grande parte desses registros.

Sua maneira de criar e gerir o sistema de Apelações (Denominações) de Origem influenciou intensamente as legislações internacionais. Assim, a França constitui referência para a regulamentação, em vários países, do sistema de registro das IG na UE (REIS, 2015).

Diante do exposto, o mecanismo e seus selos se tornam modelos para o resto do mundo, sendo essencial também ao presente estudo. Para tanto, brevemente, será exposto os selos de qualidade de origem francesa, a saber:

- *Appellation d'origine protégée/contrôlée* (AOP/AOC) – Denominação de Origem Protegida/Controle;
- *Indication géographique protégée* (IGP) – Indicação Geográfica Protegida;
- *Spécialité traditionnelle garantie* (STG) – Especialidade Tradicional Garantida;
- *Agriculture Biologique* ou Agricultura Orgânica;
- *Label Rouge*.

A *Appellation d'origine protégée/contrôlée* (AOP/AOC) ou Denominação de Origem Protegida/Controle designa um produto cujas etapas de produção são realizadas de acordo com a experiência reconhecida na mesma área geográfica, o que confere suas características ao produto. É um selo europeu (Figura 31) que protege o nome do produto em toda a UE (INAO, 2020).

Segundo o INAO (2020), no ano de 2017, os produtos do AOP registraram um volume de negócios de quase 23 bilhões de euros, que representa:

- laticínios: 50 produtos (principalmente queijos), com faturamento de 2,1 bilhões de euros, representando 11,5% da produção de queijo comercializado na França e com produção estimada de 220.348 toneladas;
- frutas, vegetais, azeites, entre outros: 50 produtos;
- vitivinícolas: 363 vinhos e destilados, com faturamento de 21.2 bilhões de euros e 77,6% da produção francesa.



Figura 31 – Selo de Denominação de Origem Protegida/Controle Francês.
Fonte: INAO (2020).

A *Indication Géographique Protégée* (IGP) ou Indicação Geográfica Protegida identifica um produto agrícola, cru ou processado, cuja qualidade, reputação ou outras características estão ligadas à sua origem geográfica, aplicando-se aos setores agrícola, agroalimentar e vinícola. A IGP está vinculada ao *know-how*¹⁵, portanto consagra uma produção existente e a protege em escala nacional, assim como internacional.

A IGP pode se basear na reputação do produto, que é entendida no sentido de forte reconhecimento do público em um determinado momento e que deve estar associada a um *know-how* ou qualidade específica atribuível à origem geográfica. Para reivindicar a obtenção desse selo oficial (Figura 32) vinculado à qualidade e origem, pelo menos uma etapa na produção, processamento ou elaboração desse produto deve ocorrer na área geográfica definida. As regras para a elaboração estão definidas em especificações e estão sujeitas a procedimentos de controle, inseridos por um organismo independente aprovado pelo INAO (INAO, 2020).

Em 2013 houve a criação das IGs artesanais e, atualmente, cerca de trinta projetos estão sendo estudados pela instituição, de acordo com o INAO (2020). No contexto das IGP, em 2017, existiam na França:

- produtos agroalimentares: 122 registrados, com faturamento de 1,2 bilhão de euros;
- setor vitivinícola: 74 vinhos IGP registrados, correspondendo a 1/3 da produção francesa, além de duas sidras.

¹⁵ Conhecimento processual ou saber-fazer são termos utilizados para descrever o conhecimento prático sobre como fazer alguma coisa.



Figura 32 – Selo de Identificação Geográfica Protegida Francês.
Fonte: INAO (2020).

O governo francês também possui o selo *Spécialité Traditionnelle Garantie* – STG ou Especialidade Tradicional Garantida, que corresponde a um produto cujas qualidades específicas estão vinculadas a uma composição, fabricação ou métodos de processamento baseados em uma tradição. A particularidade é definida por dois elementos distintos, porém muito vinculados: especificidade e aparência tradicional.

A STG tem como objetivo definir a composição ou modo tradicional de produção de um produto, sem, no entanto, apresentar necessariamente um vínculo com sua origem geográfica. A garantia vem de um uso, um *know-how*, uma prática antiga, típica, nacional, regional ou local, mas que pode ocorrer fora do país ou região de origem/fabricação do produto.

Tal selo se aplica apenas a produtos ou alimentos e as regras para a elaboração de uma STG (Figura 33) estão definidas em especificações e sujeitas a procedimentos de controle, implementados por um organismo independente aprovado pelo INAO (INAO, 2020).



Figura 33 – Selo de Especialidade Tradicional Garantida.
Fonte: INAO (2020).

Outro selo, em constante expansão na França, é o *Agriculture Biologique* ou Agricultura Orgânica (Figura 34), um método de produção que combina boas práticas ambientais, respeito à biodiversidade, preservação dos recursos naturais e garantia de um alto nível de bem-estar animal. Em todo o setor, os operadores envolvidos na produção e processamento orgânicos cumprem especificações rigorosas que favorecem processos não poluentes, respeitadores do ecossistema e dos animais.

Esse selo é também um método de produção que exclui o uso de OGM e limita o recurso a insumos, de modo que favoreça o uso de recursos naturais e renováveis no âmbito de sistemas agrícolas organizados localmente, restringindo estritamente o uso de produtos químicos sintéticos e buscando fortalecer seus vínculos com a sociedade, como: criação de empregos, participação no planejamento regional, preservação e promoção do *know-how* local.

Em resumo, é um sistema de gestão sustentável da agricultura, com uma grande variedade de produtos agrícolas e alimentares de qualidade e uma fonte de inovações para a agricultura, tudo isso em uma abordagem agroecológica.

O INAO (2020) traz dados do ano de 2018 que demonstram a força desse selo em território francês e na UE:

- 2,0 milhões de hectares envolvidos na produção orgânica (7,5% da terra agricultável francesa);
- 61.768 operadores certificados, dos quais 41.623 são produtores (9,46% das explorações francesas), sendo 16.651 transformadores, 7.114 distribuidores e 545 importadores.

O mercado de alimentos orgânicos na França (2018) foi de 9,7 bilhões de euros (+ 15,7% em relação a 2017), gerando 155.347 empregos diretos. Na UE (2018), o mercado teve 12,8 milhões de hectares em produção orgânica, com aproximadamente 310.000 fazendas (INAO, 2020).



Figura 34 – Selo de Agricultura Orgânica.
Fonte: INAO (2020).

Por fim, o quinto selo, denominado *Label Rouge*, designa produtos que, por suas condições de produção ou fabricação, têm um nível de qualidade mais alto em comparação com outros produtos similares geralmente comercializados. A qualidade, neste caso, refere-se a todas as propriedades e características de um produto, dando-lhe a capacidade de satisfazer necessidades implícitas ou explícitas. Em 2017 foram aprovadas 427 especificações, gerando um faturamento de 1,2 bilhão de euros (INAO, 2020).

Além das características sensoriais do produto *Label Rouge* e sua percepção pelo consumidor, a qualidade superior é baseada: nas condições de produção, que diferem das condições de produção de produtos similares geralmente vendidos; na imagem do produto em termos de condições de produção; e nos itens de apresentação ou serviço.

O selo *Label Rouge* (Figura 35) está aberto a todos os produtos, independentemente de sua origem geográfica (inclusive fora da UE). Em todas as etapas de sua produção e desenvolvimento, o produto deve atender aos requisitos definidos nas especificações, validadas pelo INAO e aprovadas por decreto interministerial publicado no *Jornal Oficial da República Francesa*.

O controle do respeito a esses requisitos e a rastreabilidade dos produtos são assegurados por um organismo de certificação independente, com base em um plano

de controle validado pelo INAO. Um produto do *Label Rouge* pode se beneficiar simultaneamente de uma IGP ou de uma STG, mas não de uma denominação de origem (AOC/ AOP) (INAO, 2020).



Figura 35 – Selo *Label Rouge*.
Fonte: INAO (2020).

Esses selos oficiais permitem reconhecer produtos de origem e qualidade comprovadas, ou seja, com uma garantia oficial dada pelo Estado para os consumidores, tanto da França como da UE, sendo uma excelente ferramenta capaz de propor qualquer medida que possa incentivar a melhoria da qualidade e características dos seus produtos.

4.1.3 O Brasil e os Tratados Internacionais acerca das Indicações Geográficas

Para o entendimento dos conceitos e terminologias adotados nas IGs, é necessário analisar a evolução dos níveis de definições e seus principais Tratados. Para Rezek (2011), o Tratado é a expressão do acordo de vontades que estipula direitos e obrigações entre sujeitos de Direito Internacional Público e necessita de três características fundamentais para que exista: acordos formais concluídos entre os sujeitos, possuindo direito de convenção e destinados a produzir efeitos jurídicos.

No âmbito internacional, a temática voltada às IGs leva a distintas construções jurídicas, que leva ao mercado dos exportadores produtos tradicionais e, aos importadores, traz uma seguridade em relação à origem e à qualidade dos produtos

importados. Portanto, os Tratados¹⁶ têm papéis essenciais no contexto das IGs e, para melhor entendimento, serão apresentados a Convenção da União de Paris (1883), o Acordo de Madrid (1891) e o Acordo de Lisboa (1958).

A Convenção da União de Paris para proteção da propriedade industrial teve seu início sob a forma de anteprojeto, registrado em uma Conferência Diplomática realizada em Paris no ano de 1880. Porém, uma nova conferência foi convocada em 1883, para que houvesse a aprovação definitiva do texto, que entrou em vigor um mês depois do depósito de instrumentos de ratificação, em 7 de julho de 1883 (ANJOS, 2016).

Essa convenção, desde sua entrada em vigor, passou pelas Revisões de Bruxelas (1900), Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958) e Estocolmo (1967). O Brasil, país signatário original, aderiu à Revisão de Estocolmo em 1992. Segundo o próprio texto original, o amparo à IG ocorreu, primeiramente, por meio da proteção contra “falsas indicações de procedência”:

Art. 10º, § 1º: As disposições do artigo precedente serão aplicáveis a todo o produto que tiver falsamente, como indicação de procedência, o nome de uma localidade determinada, quando esta indicação estiver junta a um nome comercial fictício ou alheio usado com intenção fraudulenta.

Art. 10º, § 2º: É reputado parte interessada todo fabricante ou comerciante que fabrica este produto ou nele negocia e é estabelecido na localidade falsamente indicada como procedência (CONVENÇÃO UNIÃO DE PARIS, 1883, p. 18).

Na revisão de 1925, houve a expansão do conceito de falsa indicação de procedência, por meio da previsão de hipóteses de confusão e alegações falsas, bem como da definição de concorrência desleal. Além disso, no encontro de Haia foi estabelecida a exigência de tratamento similar ao de produtores nacionais para membros signatários da Convenção da União de Paris (ANJOS, 2016).

Em 1967, na Revisão de Estocolmo, a mudança mais significativa se deu na expansão das possibilidades de confusão do público em relação à origem dos produtos, com a previsão de indução do público a erro devido também ao modo de fabricação e suas características (ANJOS, 2016).

¹⁶ Existem divergências quanto à nomenclatura correta, contudo, os Tratados serão abrangidos como Convenções e Acordos.

A Convenção da União de Paris foi estendida por outra União, a de Madrid, mais conhecida como Acordo de Madrid de 1889, que regulamentou o sistema de solicitações internacionais e tinha como finalidade permitir a intensificação do comércio internacional no campo das marcas. Sobre o acordo e suas decisões, Teixeira (2006, p. 282) explica que:

Em conformidade com as disposições do Acordo de Madrid, o registro internacional da marca pode ser requisitado por qualquer nacional de um dos estados contratantes, bem como por qualquer pessoa, física ou jurídica, que possua domicílio ou real e efetivo estabelecimento comercial em um dos países do Acordo. Antes de formalizar-se o pedido internacional da marca, foi necessária a entrada do pedido no país de origem do depositante. O depósito do pedido internacional é direcionado ao Escritório do país de origem do depositante, o qual encaminha diretamente à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Em seguida, estando a marca registrada perante o Escritório originário serão notificados os demais países elencados no pedido internacional, para no prazo de doze meses apontar se a proteção para a marca em questão poderá ser dada ou não no território, fundamentando-se na legislação local, sendo possível inclusive a concessão parcial do pedido. Caso a legislação local dos países designados vier a refutar o pedido, há a possibilidade de o titular da marca apresentar suas razões recursais, dentro de prazo estipulado (TEIXEIRA, 2006, p. 282).

O Acordo de Madrid¹⁷ previa restrições à importação de produtos com falsas indicações de proveniência, isto é, voltava-se para a repressão ao uso falacioso de IGs. Dado o breve intervalo entre a Convenção de Paris e o Acordo de Madrid, não houve grandes mudanças no documento, contudo, é notória a ampliação do escopo de proteção, pois, de acordo com Campos (2018, p. 31-32), enquanto em Paris os “Estados acordaram a possibilidade de apreensão de produtos que utilizem falsas indicações de procedência, em Madrid, além das falsas IPs, protege-se os produtos contra o uso de IPs enganosas”.

O Decreto nº 19.056/29 integrou o Acordo de Madrid no ordenamento jurídico brasileiro, já que nesse período o Brasil buscava a unificação dos institutos do sistema de propriedade industrial. Apesar de se tratar de uma reprodução das normas anteriores em relação às marcas e patentes, pela primeira vez foi definido um conceito de indicação relacionado à origem de um produto, por meio da figura da “indicação de proveniência” (CUNHA, 2011).

¹⁷ O Brasil é membro signatário do Acordo de Madrid, que foi o primeiro acordo internacional voltado exclusivamente para a proteção das IGs, ainda que centrado na repressão às falsas IPs (DUPIM, 2015).

Contudo, no Brasil, no que se refere à repressão contra as falsas indicações de procedência, o tema apareceu pela primeira vez por meio do Decreto 3.346, de 1887¹⁸. De acordo com Bruch (2008, p. 2), outras leis brasileiras também trataram da repressão às falsas IGs:

[...] como é o caso da Lei 1.236 de 24 de setembro de 1904, a qual definia em seu artigo 11, que a indicação de proveniência de um produto é a designação do nome geográfico que corresponde ao lugar da fabricação, elaboração e extração do mesmo produto. No Código de Propriedade Industrial - Decreto-Lei n. 7.903 de 27 de agosto de 1945, também havia a proteção da indicação de proveniência. Segundo o artigo 100, entende-se por indicação de proveniência a designação de nome de cidade, localidade, região ou país, que sejam notoriamente conhecidos como o lugar de extração, produção ou fabricação das mercadorias ou produtos, definição esta que se assemelha muito a dada à atual indicação de procedência. O parágrafo único estabelece ainda que o uso do nome do lugar de proveniência cabe, indistintamente, a todos os produtores ou fabricantes nele estabelecidos (BRUCH, 2008, p. 2).

No contexto do Acordo de Madrid, em âmbito internacional, outras características podem ser encontradas, como o pagamento de taxas em modalidades básicas e suplementares, a operacionalização da transferência de titulares de marcas e a extensão para os demais países.

No entanto, sua aceitação não foi satisfatória perante alguns países, principalmente os não europeus, pois argumentavam que a necessidade de se obter o registro nacional da marca antes de apresentar o pedido internacional à Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), o curto prazo estipulado para que os escritórios nacionais emitam o parecer acerca da registrabilidade da marca e a forma de distribuição dos montantes arrecadados com as taxas não eram cabíveis naquele momento. Diante de tais implicações, no ano de 1989, a OMPI, visando superar tais obstáculos, apresentou outra via para a realização do registro internacional de marcas, o chamado Protocolo de Madrid (TEIXEIRA, 2006).

O Sistema de Madrid ou Protocolo de Madrid (oficialmente Sistema de Madrid para o registro internacional de marcas), assinado em 1991, é um tratado de âmbito internacional voltado para o registro de marcas, que passou a vigorar a partir de 1998. De acordo com esse acordo, uma empresa não precisa mais registrar sua marca em

¹⁸ Decreto 3.346, de 1887, disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3346-14-outubro-1887-542988-publicacaooriginal-52676-pl.html>>. Acesso em: 12 maio 2020.

cada um dos países para onde exporta. Assim, ocorre uma simplificação dos processos burocráticos e reduzem-se os gastos com registros locais e com a burocracia.

O governo brasileiro assinou, em 25 de junho de 2019, o instrumento de adesão do Brasil ao Protocolo do Acordo de Madrid referente ao Registro Internacional de Marcas. Com a adesão, os empresários brasileiros podem registrar suas marcas em 102 países signatários do acordo, apresentando documentação unicamente no Brasil, no INPI.

Apesar de todas as convenções sancionadas desde a Convenção da União de Paris, foi apenas com o Acordo de Lisboa (1958) que um real sistema de amparo às IGs foi estabelecido. Na ocasião, foram firmadas políticas voltadas exclusivamente para as Denominações de Origem, chamado de “Acordo de Lisboa para a Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional”, administrado pela WIPO (*World Intellectual Property Organization*)¹⁹, que foi revisado ainda em 1967 e emendado em 1979.

O Acordo de Lisboa²⁰ trata sobre as “denominações de origem” e “país de origem” no seu Art. 2º, definindo-os:

Art. 2º: 1. Entende-se por denominação de origem, no sentido do presente Acordo, a denominação geográfica de um país, de uma região ou de uma localidade que serve para designar um produto dele originário cuja qualidade ou características são devidas exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e os fatores humanos. 2. O país de origem é aquele cujo nome, ou no qual está situada a região ou localidade cujo nome constitui a denominação de origem que deu ao produto a sua notoriedade (ACORDO DE LISBOA, 1958).

Nota-se que, na escrita do texto, ocorreu a expansão do conceito para inclusão específica de propriedades e características territoriais exclusivas e edafoclimáticas, isto é, relativas ao solo e ao clima, como fatores de formação e composição do solo, regimes pluviométricos e fatores humanos. A designação de origem passou a abranger não apenas os conceitos relacionados à concorrência desleal, mas também

¹⁹ WIPO – World Intellectual Property Organization (OMP) é o nome em inglês da OMPI – Organização Mundial da Propriedade Industrial.

²⁰ Acordo de Lisboa, de 1958, disponível em:

<<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dl46852.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020.

ao reconhecimento de fatores geográficos intrínsecos a determinados locais de produção (BRUCH, 2008).

Contudo, o Acordo de Lisboa, apesar de ser inovador quando relacionado às IGs por criar um sistema de registro internacional, acabou perdendo importância em contexto internacional, já que apenas 20 países assinaram esta normativa. O Brasil não consta na lista de países que seguem o acordo²¹.

O documento estabeleceu que seus membros, desde a ratificação, passassem a formar uma União Especial, na qual deviam resguardar em seus territórios as Denominações de Origens registradas e protegidas por seus pares e registradas na Secretaria Internacional de Propriedade Intelectual (órgão da WIPO).

Tal registro no país de origem é premissa para o registro internacional. Então, por meio desse registro nacional no país de origem, a Denominação de Origem (DO) pode ser registrada e protegida na Secretaria Internacional de Propriedade Intelectual da OMPI. Uma vez que haja a publicação do registro internacional, os demais países da União Especial serão notificados e deverão reconhecer a proteção (CAMPOS, 2018).

O Acordo de Lisboa também proíbe a utilização de termos como “tipo”, “gênero”, “imitação” ou qualquer outra expressão que possa ser utilizada como forma de diminuir o caráter falacioso de um produto que não tenha o real direito ao uso de uma DO (CAMPOS, 2018).

Cabe ressaltar que todos os acordos internacionais específicos às IGs foram ratificados por poucos países, o que não levou a uma ampla e adequada proteção delas. Porém, esse empecilho foi sanado com a criação do Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual (TRIPS) – em inglês *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*.

O objetivo deste estudo não é fazer uma análise da evolução do regime de proteção das IGs no Brasil, contudo, o Quadro 1 mostra a relação entre os acordos internacionais, internalizados ou não, e a evolução da proteção das IGs no Brasil em uma perspectiva histórica, antes da criação do TRIPS, em 1994.

²¹ Lista de países membros do Acordo de Lisboa disponível em: <https://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&search_what=B&bo_id=11>. Acesso em: 10 maio 2020.

PERÍODO	LEGISLAÇÃO NACIONAL	TRATADOS/ACORDOS	RATIFICAÇÕES / INTERNALIZAÇÃO
Brasil Império (1822-1889)	Decreto nº 2.682, de 23 de outubro de 1875.	Convenção da União de Paris, de 1883.	Decreto nº 9.233, de 28 de junho de 1884.
	Decreto nº 3.346, de 14 de outubro de 1887 e Decreto nº 9.828, de 3 de dezembro de 1887.		
República Velha (1889-1930)	Lei nº 1.236, 24 de setembro de 1904 e Decreto nº 5.424, de 10 de janeiro de 1905.	Acordo de Madri referente à repressão das falsas indicações de proveniência sobre os produtos, de 1891.	Lei nº 376, de 30 de julho de 1896 e Decreto nº 2.380, de 20 de novembro de 1896.
	Decreto nº 16.264, 19 de dezembro de 1923.	CUP de 1900, revista em Bruxelas.	Decreto nº 4.858, de 6 de março de 1903.
		CUP e Acordo de Madri, revistos em Washington em 1911.	Decreto nº 11.385, de 16 de dezembro de 1914.
		CUP e Acordo de Madri, revistos em Haia em 1925.	Decreto nº 19.056, de 31 de dezembro de 1929.
Período Pós-1930	Decreto-Lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945.	CUP e Acordo de Madri de 1934, revistos em Londres.	NADA
		CUP e Acordo de Madri, revistos em 1958, e Acordo de Lisboa, de 1958.	
Período Pós-1964	Decreto-Lei nº 1.005, de 21 de outubro de 1969.	CUP e Acordo de Madri, revistos em 1967, em Estocolmo.	Decreto-Lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967. Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971 e Decreto nº 75.572, de 8 de abril de 1975.
	Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971.		
Período da Nova República (1985-2008)	(Em 1996 foi publicada a Lei nº 9.279/1996.)	NADA	Decreto nº 1.263, de 10 de outubro de 1994.

Quadro 1 – Linha do Tempo acerca da Proteção das IGs no Brasil.

Fonte: Bruch e Copetti, 2010.

Organizado por: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

O TRIPS surgiu com o advento da Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO), no ano de 1994, em decorrência da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais. Tal negociação estabeleceu uma das mais importantes alavancas do processo de globalização econômica, marcando o aumento dos

mercados internacionais e da consolidação de sua necessidade como agente dos processos de organização das sociedades e dos seus sistemas produtivos.

Entre os fatores que estimulam a globalização econômica estão: os avanços da tecnologia de um modo geral e, em especial, a de informação e comunicação; a enorme expansão do sistema multilateral de comércio que vem crescendo desde a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*); e o enorme crescimento dos fluxos financeiros em âmbito internacional (BARBIERE; CHAMAS, 2008).

O TRIPS regulamenta os bens imateriais produzidos, como as invenções, os modelos, as marcas, as informações confidenciais e outros bens que são essenciais na dinâmica da nova economia mundial. Barbieri e Chamas (2008, p. 26) salientam que “atualmente, na valoração de empresas, os ativos intangíveis tornaram-se elementos estratégicos”. Portanto, além de tratados pertinentes com as tarifas e o comércio, negocia-se e aprova-se acordos sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS).

A criação do TRIPS também foi essencial na proteção das IGs, já que é obrigatório para todos os Estados membros da OMC – que hoje conta com mais de 164 países²² – estabelecer formas efetivas de proteção a elas, ou seja, seus membros minimamente devem proteger ou garantir as IGs.

Nesse contexto, o TRIPS deixa exposto em seu documento sua preocupação com as IGs, na Seção 3, denominada Indicações Geográficas. O Artigo 22 relata mais sobre as IGs de um modo geral, já o Artigo 23²³ deixa clara a preocupação específica sobre os vinhos e destilados.

Art. 10º - Proteção das Indicações Geográficas

§ 1. Indicações Geográficas são, para os efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica. § 2. Com relação às indicações geográficas, os Membros estabelecerão os meios legais para que as partes interessadas possam impedir: a) a utilização de qualquer meio que, na designação ou apresentação do produto, indique ou sugira que o produto em questão provém de uma

²² Lista de países membros da Organização Mundial do Comércio disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.

²³ “Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual” na íntegra, disponível em: <https://web.archive.org/web/20150417001423/https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2357/1/acordo_trips.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

área geográfica distinta do verdadeiro lugar de origem, de uma maneira que conduza o público a erro quanto à origem geográfica do produto; b) qualquer uso que constitua um ato de concorrência desleal, no sentido do disposto no artigo 10bis da Convenção de Paris (1967). § 3. Um Membro recusará ou invalidará, ex officio, se sua legislação assim o permitir, ou a pedido de uma parte interessada o registro de uma marca que contenha ou consista em indicação geográfica relativa a bens não originários do território indicado, se o uso da indicação na marca para esses bens for de natureza a induzir o público a erro quanto ao verdadeiro lugar de origem. § 4. As disposições dos parágrafos 1, 2 e 3 serão aplicadas a uma indicação geográfica que, embora literalmente verdadeira no que se refere ao território, região ou localidade da qual o produto se origina, dê ao público a falsa ideia de que esses bens se originam em outro território (TRIPS, 1994).

O artigo 22 não faz distinção entre Indicação de Proveniência ou Procedência, e DO, contudo, assinala características dos dois institutos, dando margem à proteção das duas espécies.

Com o Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994, passaram a vigorar no Brasil todas as disposições previstas no TRIPS, já que ocorreu a adesão brasileira à OMC. Para colocar em prática essa adesão, o Brasil promulgou também a Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, definindo como se dá a proteção dos direitos de propriedade industrial e, especialmente em seus artigos 176 a 182, regulamentou as IGs no Brasil. A Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 diz:

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Parágrafo único. O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas (BRASIL, 1996).

A lei supracitada apenas norteia o uso das IGs, mas deixa a cargo do INPI as condições para ser formalizada, ou seja, todos os trâmites legais para serem seguidos. Também classifica as IGs brasileiras em duas espécies: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Mas é válido salientar que, antes dessa lei, a proteção dessas IGs era estabelecida pela Convenção da União de Paris e pelo Acordo de Madrid, os quais combatiam as falsas indicações de procedência, no entanto foi a partir de 1996 que ocorreu uma proteção positiva desses direitos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5, Inciso XXIX, já protegia os inventos industriais da seguinte forma:

Art. 5 - XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros **signos distintivos**, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (BRASIL, 1988 – grifo nosso).

Como as IGs podem ser consideradas signos distintivos, pois permitem a utilização de um nome ou sinal distintivo geográfico ligado a um produto ou serviço, pode-se dizer que ela está protegida pela Constituição Federal do Brasil. A proteção das IGs, além de agregar valor, proporciona o desenvolvimento socioeconômico da região, como a valorização do patrimônio cultural.

4.1.4 De Norte a Sul: contextualização das Indicações de Procedência (IP) no Brasil

A identificação de produtos por sua região de origem é utilizada em todo o mundo como uma forma de garantia de qualidade e dos modos tradicionais de produção, no contexto brasileiro não seria diferente. Distribuídas por todas as regiões brasileiras, as IGs foram definidas pelas próprias associações, sindicatos e cooperativas de produtores locais e estão certificadas pelo INPI.

O Brasil é um país reconhecido mundialmente tanto pelas suas riquezas naturais como culturais. Essas características se tornam decisivas em um mercado competitivo e globalizado, onde os clientes buscam, cada vez mais, produtos diferenciados e que agregam valores, como tradição, cultura e características reconhecidas.

Nesse cenário, as IGs brasileiras se tornaram destaque nas políticas públicas para o desenvolvimento, principalmente no âmbito local/regional. Ao projetar globalmente produtos e serviços tipicamente nacionais/locais, elas conquistam espaço nos mercados, assim como fomentam a geração de emprego e renda e a fixação da população em seus territórios de origem. No Brasil, observa-se também um crescimento da autoestima dos produtores ou prestadores de serviços com as IGs registradas e a ampliação do turismo, o que integra um conjunto de efeitos positivos na economia e na sociedade no plano local (GIESBRECHT; MINAS, 2016).

Diante do valor agregado e da visibilidade que pode ser conquistada a partir das IGs, percebe-se um número crescente de depósitos no INPI e uma ampla gama de produtos e serviços contemplados no Brasil, como: vinhos, cafés, queijos artesanais, joias, mármore, peças de estanho e serviços de tecnologia da informação (GIESBRECHT; MINAS, 2016).

Até maio de 2020, o INPI tem registrado 76 (setenta e seis) espécies de IP e DO, tanto nacionais como estrangeiras. Em relação à IP, há distribuição em todas as regiões brasileiras: Sudeste conta com dezessete (17), Sul com dezesseis (16), Nordeste com doze (12), Norte com seis (6) e Centro-Oeste com 4 (quatro). O Quadro 2 mostra a distribuição por região e estado federativo.

O estado com maior número de IP é o de Minas Gerais, seguido do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Em contrapartida, alguns estados não possuem nenhuma IP registrada, como é o caso do Maranhão e Ceará no Nordeste; Roraima, Rondônia e Amapá no Norte; e o Distrito Federal na Centro-Oeste. Assim, 77,8% dos estados brasileiros possuem alguma IP em seu território.

De acordo com o INPI (2020), a primeira IP registrada no Brasil foi do Vale dos Vinhedos, o qual produz vinhos tinto, branco e espumante, no Rio Grande do Sul. A região do Vale possui uma área total de 81,23 Km², distribuída em sua maior parte no município de Bento Gonçalves e também nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul.

Em 2005, o estado de Minas Gerais foi o primeiro da Região Sudeste a requerer uma IP. Por meio do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER foi criada a Região do Cerrado Mineiro, tendo como produto o café.

A área geográfica é delimitada pelos paralelos 16°37' a 20°13' de latitude e 45°20' a 49°48' de longitude, abrangendo as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco e do Noroeste. Caracteriza-se por áreas de altiplano, com altitude de 820m a 1.100m, com o clima ameno, sujeitas à geada de baixa intensidade e com possibilidade de produção de bebida fina, de corpo mais acentuado.

No ano de 2009, foi o Nordeste que recebeu a sua primeira IP, o Vale do Submédio São Francisco, tendo como produção uvas de mesa e manga. O Conselho da União das Ass. e Coop. dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco – UNIVALE foi o requerente. O vale está na região sertaneja do oeste de Pernambuco e norte da Bahia, entre os paralelos 07° 00' 00" e 10° 30' 00" de latitude sul e entre os meridianos 37° 00' 00" e 41° 00' 00" de longitude oeste, com uma área de 125.755 km².

REGIÃO	ESTADO	Nº DE IP	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA
Região Sudeste	MG	8	Região do Cerrado Mineiro, da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais, Serro, São João Del-Rei, Canastra, Região das Salinas, São Tiago e Sabará.
	ES	5	Goiabeiras, Cachoeiro do Itapemirim, Linhas, região de São Bento de Urânia e Venda Nova do Imigrante.
	SP	3	Franca, Alta Mogiana e região de Pinhal.
	RJ	1	Paraty
	Total	16	
Região Sul	RS	8	Vale dos Vinhedos, Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, Vale dos Sinos, Pinto Bandeira, Pelotas, Altos Montes, Monte Belo e Farroupilha.
	PR	7	Norte Pioneiro, Carlópolis, Marialva, São Matheus, oeste do Paraná, Colônia Witmarsum e Capanema.
	SC	1	Vales da Uva Goethe
	Total	17	
Região Nordeste	BA	4*	*Vale do Submédio São Francisco, Microrregião Abaíra, sul e oeste da Bahia.
	PE	2*	*Vale do Submédio São Francisco e Porto Digital.
	PI	2	Pedro II e Piauí.
	PB	2	Paraíba e Cariri Paraibano.
	AL	1	Região das Lagoas Mundaú-Manguaba.
	SE	1	Divina Pastora
	RN	1	Mossoró
	MA	0	-
	CE	0	-
	Total	12	
Região Norte	AM	3	Rio Negro, Maués e Uarini.
	AC	1	Cruzeiro do Sul
	PA	1	Tomé-Açu
	TO	1	Região do Jalapão.
	RR	0	-
	RO	0	-
	AP	0	-
	Total	6	
Região Centro-Oeste	MS	2*	*Pantanal e Maracaju.
	GO	2	Região de Mara Rosa e Pirenópolis.
	MT	1	*Pantanal
	DF	0	-
	Total	4	Legenda: * IP que abrange dois estados

Quadro 2 – IPs registradas no INPI.

Fonte: INPI, 2020.

Organizado por: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

A Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado de Tocantins – AREJA requereu em 2011 sua IP, sendo a primeira da Região Norte. A região abrange os municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Novo acordo, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lizarda e Rio Sono.

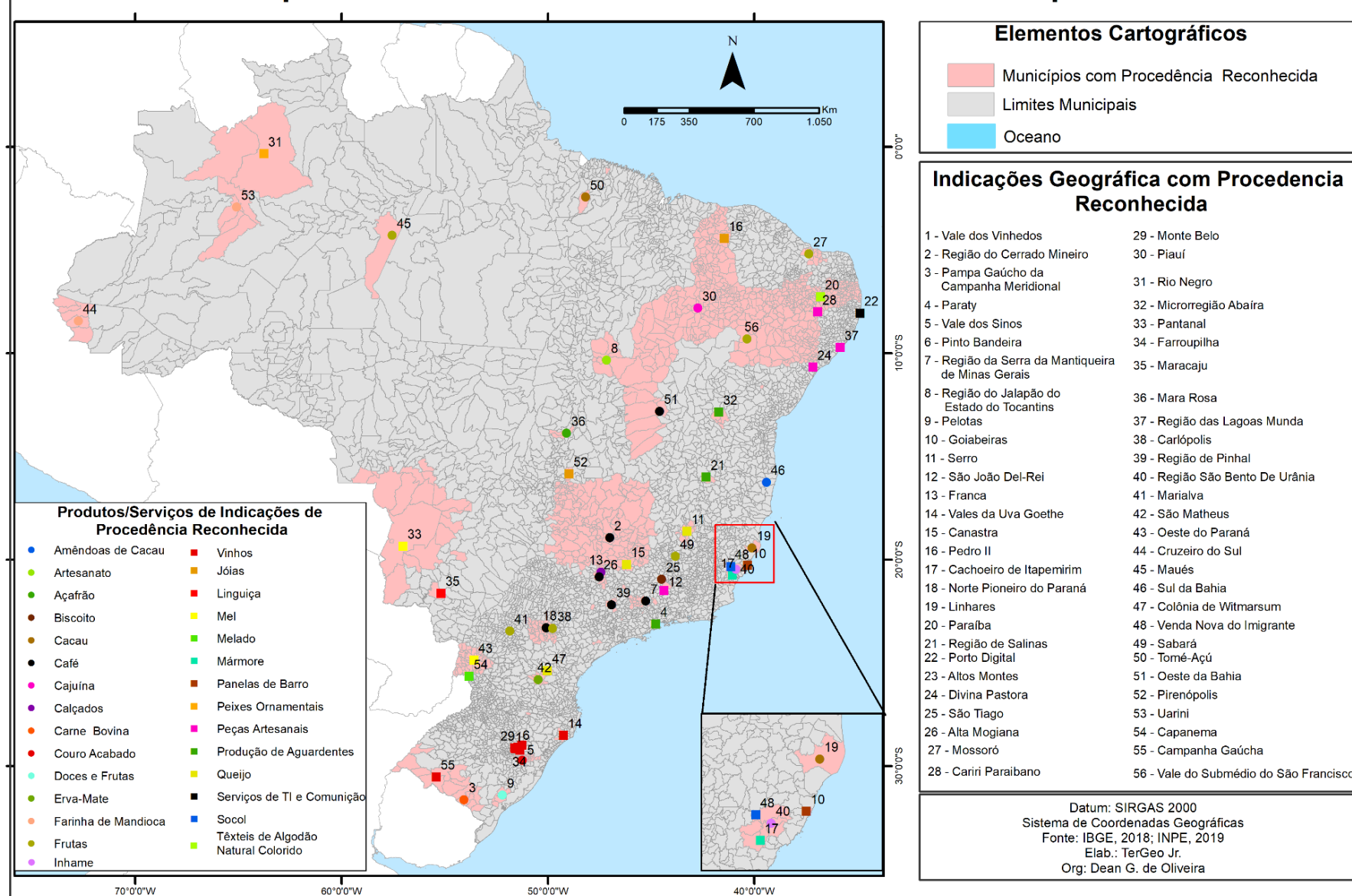
A região Centro-Oeste teve sua primeira IP em 2015, com o mel. O requerente foi o Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepósitos e Empresas de Afins a Apicultura do Pantanal do Brasil – CONFENAL e a delimitação da área geográfica do Pantanal corresponde ao bioma Pantanal, que está presente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe registrou a única IP do estado de Santa Catarina, os Vales da Uva Goethe. Em 14 de fevereiro de 2012 foi reconhecido o vinho na microrregião localizada entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense, nas bacias do rio Urussanga e rio Tubarão, compreendendo os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara.

O produto compreende: Vinho Branco Seco, Vinho Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Leve Branco Seco, Vinho Leve Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Espumante Brut ou Demi Séc obtidos pelo método “*Champenoise*”, Vinho Espumante Brut ou Demi Séc obtidos pelo método “*Charmat*”, além do Vinho Licoroso.

O Mapa 2 mostra as 55 (cinquenta e cinco) IPs registradas no Brasil pelo INPI, sendo todas de âmbito nacionais.

Municípios com Produtos de Procedência Reconhecida pelo INPI



Mapa 2 – Municípios com Produtos de Procedência reconhecidos pelo INPI.

Fonte: Almeida, Eduardo Romero (2019). Organizado por: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

As IPs possuem representação gráfica ou figurativa, para que assim os consumidores identifiquem a procedência por meio da representação visual. A Figura 36 traz algumas dessas representações utilizadas no Brasil.



Figura 36 – Representação do Vale dos Vinhedos, Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, Vale Submédio São Francisco e Vales da Uva Goethe.
Fonte: Google Imagens (2020).

As empresas, de um modo geral, costumam utilizar a comunicação para estimular suas vendas, motivar seus consumidores e melhorar a imagem junto ao público. Assim, ter uma logomarca para os produtos e serviços no mercado atual se torna fundamental, já que é cada vez mais necessário criar um diferencial para se consagrar nesse mercado tão competitivo.

De acordo com Keller e Machado (2006), ter uma marca ajuda na identificação de uma empresa ou um produto, como é o caso dos provenientes das IGs. Além disso, as marcas assumem significados especiais para os clientes, ou seja, é um meio rápido de simplificar as decisões de compra e consumo. A utilização dessas marcas ainda ajuda as empresas na segmentação de seu mercado, assegurando sua propriedade apoiada legalmente e ainda oferece a possibilidade de tornar os clientes fiéis e ter uma maior lucratividade (KOTLER, 2000).

4.1.5 Do Brasil ao Exterior: Denominações de Origem (DO) registradas no INPI

O conceito de Denominação de Origem (DO) já foi colocado em execução por diversos países, inclusive o Brasil, sendo um meio eficiente para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado num território com características particulares, semelhantes e delimitadas, com o propósito de garantir a sua procedência e, especialmente, para firmar uma relação de confiança que se estabelece entre o cliente, o produtor e o local de produção. Em relação a DO, Caldas (2003, p. 27) afirma que:

Sua utilização pressupõe a delimitação de territórios onde a produção, as práticas culturais, as produções máximas, os sistemas de elaboração, o controle de qualidade, a base tecnológica, a qualificação profissional, o marketing, os critérios de produção e elaboração, a configuração territorial, reunidos numa marca, garantem a especificidade da região e a fazem diferenciar-se de outras regiões produtoras, podendo também designá-las como uma marca ou grife do território (CALDAS, 2003, p. 27).

No Brasil, até maio de 2020, havia 21 (vinte e uma) DOs registradas no INPI, das quais 9 (nove) eram estrangeiras e 12 (doze) nacionais, conforme indicam o Quadro 3 e Mapa 3. Até o ano de 2010, o INPI havia concedido 4 (quatro) DOs, todas para produtos de origem estrangeira e provenientes da Europa, cuja qualidade já era reconhecida nos países de origem e as concessões foram oficializadas também no Brasil. São elas:

- Região dos Vinhos Verdes, concedida em agosto de 1999 para vinhos portugueses, requerida pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;
- Cognac, concedida em abril de 2000 para destilado vínico ou aguardente de vinho de origem francesa, requerida pelo *Bureau National Interprofessionnel du Cognac*;
- Franciacorta, concedida em outubro de 2003 para vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas italianas, requerida pelo *Conzorcio per la Tutela del Franciacorta*;
- San Daniele, concedida em abril de 2009 para coxas de suínos frescas e presunto defumado cru, também originários da Itália, requerida pelo *Conzorcio del Prosciutto di San Daniele*.

PAÍS	Nº DE DO	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA
Brasil	12	Litoral Norte Gaúcho (RS) Costa Negra (CE) Região Pedra Carijó Rio de Janeiro (RJ) Região Pedra Madeira Rio de Janeiro (RJ) Região Pedra Cinza Rio de Janeiro (RJ) Manguezais de Alagoas (AL) Vale dos Vinhedos (RS) Região do Cerrado Mineiro (MG) Ortigueira (PR) Região da Própolis Verde de Minas Gerais (MG) Banana da Região de Corupá (SC) Campos de Cima da Serra (SC/RS)
Estados Unidos	1	<i>Napa Valley</i>
México	1	Tequila
Portugal	2	Região dos Vinhos Verdes Porto
França	3	<i>Cognac</i> <i>Champagne</i> <i>Roquefort</i>
Itália	2	<i>Franciacorta</i> <i>San Daniele</i>

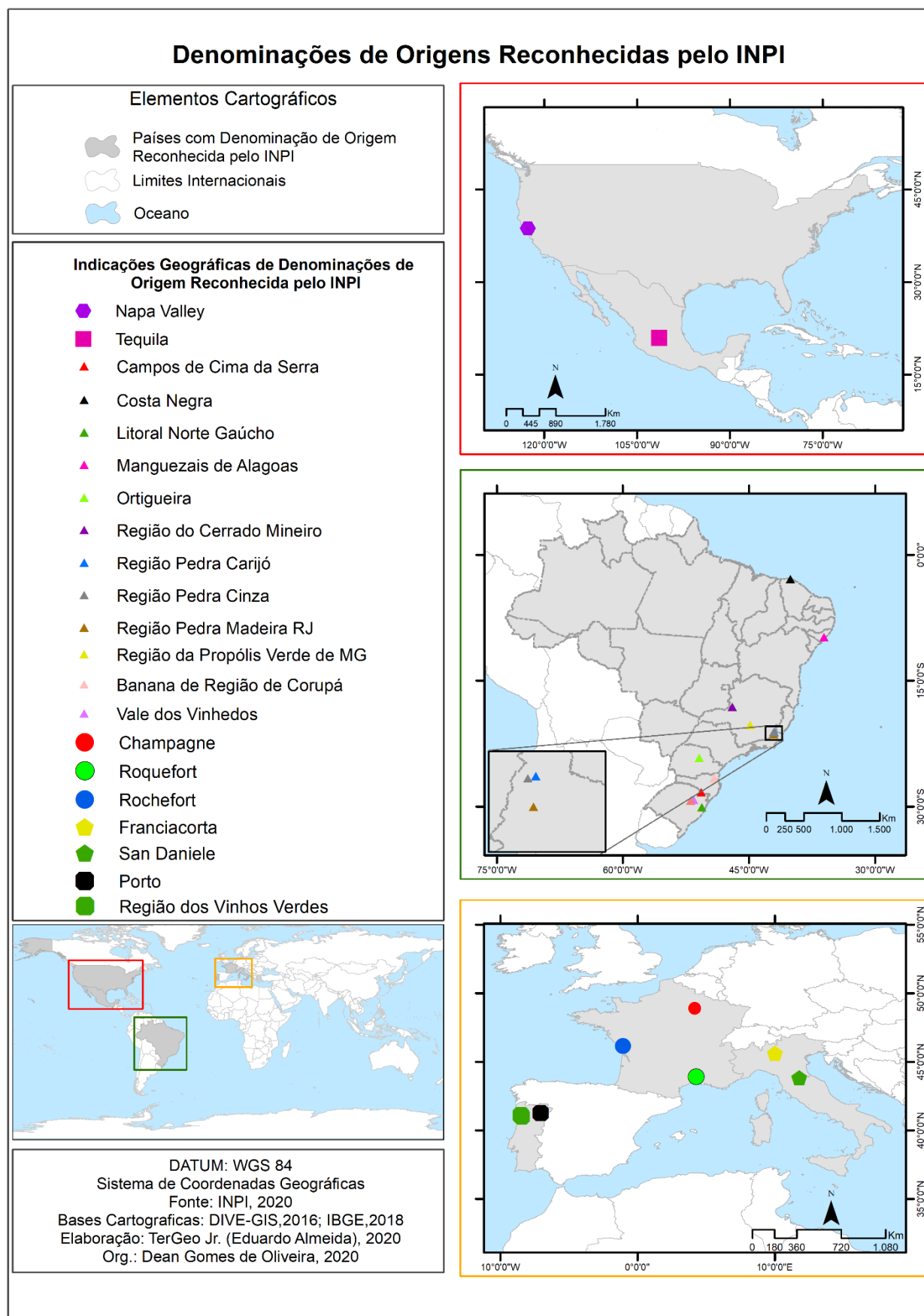
Quadro 3 – Denominações de Origem (DO) registradas no INPI.

Fonte: INPI (2020).

Organizado por: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

Somente em 24 de agosto de 2010 foi concebida a primeira DO genuinamente brasileira, tendo como requerente a Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho – APROARROZ, com a produção de arroz no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. A associação foi fundada em 2006 e protocolou o pedido de concessão da DO em 2008. A IG compreende 12 (doze) municípios: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Osório, Imbé, Balneário Pinhal, Tramandaí, Palmares do Sul, Mostardas, Tavares e São José do Norte.

O surgimento dessa DO já remonta uma história de 150 anos iniciada pelos imigrantes alemães, que atualmente cultivam 130 mil hectares de arroz. Com a maior porcentagem de grãos inteiros, o arroz produzido nessa região é mais translúcido e de cor branca mais intensa. Suas características superiores se justificam pelo fato de o litoral norte ter condições climáticas específicas do litoral gaúcho, por sua localização na faixa entre o Oceano Atlântico e as grandes lagunas internas, como a Lagoa dos Patos. As temperaturas são estáveis, entre 20º e 25º C, há abundância de água e regime de ventos favorável, ideais para a rizicultura (SOUZA, 2010).



Mapa 3 – Denominações de Origem reconhecidas pelo INPI.

Fonte: Almeida, Eduardo Romero (2019). Organizado por: Oliveira, Dean Gomes de, 2020.

Em relação às vantagens da concessão da DO no litoral gaúcho, Souza (2010, p. 1) afirma que:

Uma das primeiras perspectivas esperadas quando uma IG é registrada, a exemplo de outras que já foram concedidas, é o aumento do preço das terras. No caso do Litoral Norte Gaúcho, a qualidade superior dos grãos provenientes desta região, cujos atributos específicos que a associam ao meio geográfico do local dos plantios são comprovados, já dava aos rizicultores um preço entre 8% e 10% superior à média estadual. A expectativa da Associação com a concessão da DO, contudo, é que essa margem alcance 20% (SOUZA, 2010, p. 1).

Essas vantagens, entre outros fatores, levaram a expansão das DO em todo território brasileiro. Em 2011 a Região Nordeste registrou, pela Associação dos Carcinicultores da Costa Negra, a DO Costa Negra, com camarões marinhos cultivados, da espécie *Litopenaeus vannamei*, produzidos em uma área aproximada de 428,74 km² na região do Baixo Acaraú, englobando o território dos municípios de Acaraú e Cruze Itarema, no estado do Ceará.

O estado de Santa Catarina, desde 2018, possui a DO Banana da Região de Corupá, requerida pela Associação dos Bananicultores da Região de Corupá – ASBANCO, tendo como produto a banana (subgrupo *Cavendish*). Sua delimitação compreende parte dos municípios de Schroeder, Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul.

A mais recente DO concebida, em 3 de março de 2020, foi do Campos de Cima da Serra, produzindo o Queijo Artesanal Serrano, sob a responsabilidade da Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de SC e RS (FAPROQAS). A delimitação abrange 18 (dezoito) municípios em Santa Catarina e 16 (dezesesseis) no Rio Grande do Sul, inserindo-se total ou parcialmente nos territórios dos municípios catarinenses de: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. No Rio Grande do Sul, total ou parcialmente nos territórios dos municípios de Vacaria, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Caxias do Sul, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, São Francisco de Paula, Esmeralda, Pinhal da Serra, André da Rocha, Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul. A área total da IG Campos de Cima da Serra é de 34.372 km².

Já a última DO internacional foi concebida em 12 de fevereiro de 2019, requerido pelo *Consejo Regulador del Tequila A.C.*, do México, tendo como produto o destilado de agave tequilana weber de variedade azul e IG denominada Tequila. Sua delimitação é no estado de Jalisco, nos municípios de Abasolo, Ciudad Manuel Doblado, Cuerámara, Huanimaro, Pénjamo e Purísima del Rincón; e no estado de Guanajuato, nos municípios de Briseñas de Matamoros, Chavinda, Chilchota, Churintzio, Cotija, Ecuandurco e Jacona.

As DO, assim como as IP brasileiras, possuem representação gráfica ou figurativa, ou seja, logomarcas, conforme demonstra a Figura 37.



Figura 37 – Representação da Franciacorta, Costa Negra, Litoral Norte Gaúcho e Região do Corupá.

Fonte: Google Imagens (2020).

A internacionalização das DO registradas no INPI demonstra sua importância no mundo globalizado, onde os produtores buscam mecanismos para seus produtos alcançarem clientes que buscam qualidade e, principalmente, rastreabilidade.

4.2 CONSTRUÇÃO DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DO CONTESTADO CATARINENSE

Atualmente existe uma tendência pela preservação ou reconstrução da identidade dos territórios, apesar do intenso processo de globalização. Esta situação desafia pesquisadores, moradores e o poder público de um modo geral, e alguns lugares, como a região do Contestado, carece dessa ajuda, já que o poder público e grande parte da sociedade esquecem da real história desse povo secular.

Desse modo, a construção da IG do Contestado buscará potencializar os recursos naturais, sociais e culturais como ativos para estratégias de desenvolvimento regional.

Os caboclos passam por traumas e estigmas deixados pela guerra, mas continuam seguindo suas vidas, suas tradições e ainda se esforçam em um movimento de revalorização e preservação de sua história. A sobrevivência e a resistência desse povo tradicional se dão pelas práticas tradicionais reinventadas, como a coleta do pinhão (GROSS, 2019).

O mundo caboclo possui uma gama de produtos que podem estar associados a uma marca identitária, que os diferencie de outras regiões em função de suas características geográficas, históricas e socioculturais, como sua comida. O ato de se alimentar pode ser considerado um ato cultural, pois transforma a comida, crua, retirada do solo em cultura. Para tanto, existe um leque de processos de preparo, desde o tempero, a forma de colheita e até mesmo de consumo, que são particulares de cada região, povo, local e nação (MACIEL, 2004).

As comidas caboclas são centenárias, alimentando há séculos a população que sempre ficou à margem da sociedade catarinense e paranaense (Figura 38). De acordo com o Bittencourt (2012), os caboclos se estabeleceram nos matos e fazendas de criação, vivendo apenas do que a natureza podia oferecer, como pesca, pinhão, porco-do-mato e uma caça variada.

Até mesmo para construção de suas moradias, eles buscavam produtos das florestas, já que seus casebres eram feitos das mais diversas madeiras, especialmente do pinheiro *Araucária brasiliensis*.



Figura 38 – Sabores da comida cabocla em um fogão à lenha em Timbó Grande.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2016).

A abordagem feita aqui sobre IG tem como referência os produtos provenientes dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa e Timbó Grande que, dentre suas paisagens e costumes, possuem a araucária com seu pinhão, a erva-mate no meio de suas matas, a galinha caipira e o porco crioulo criados em terreiros, o milho e sua quirera, a couve em suas hortas, exaltando os sabores da comida cabocla.

4.2.1 A riqueza dos sabores do Contestado

A origem e composição da cozinha tradicional e típica cabocla remetem à análise de antes, durante e após a Guerra do Contestado, já que esses períodos históricos marcaram a vida econômica, social, política e cultural da região.

Os caboclos eram dependentes da terra, pois sobreviviam da coleta da erva-mate e do pinhão, do plantio de subsistência e da criação de porcos crioulos soltos pelas matas de araucária, ou seja, eram camponeses que não eram miseráveis como são apontados por alguns autores. Sua miséria surgiu, e ainda persiste, com o advento

da ferrovia e posteriormente com a guerra que teve como campo de batalha seu território de direito.

Assim, a erva-mate se tornou um produto comum para o povo caboclo e para a Região Sul do Brasil, tanto em termos econômicos como sociais, já que marcou intensamente os ciclos econômicos do Paraná e de Santa Catarina, além de expressar cultura e tradição.

Sua importância já era datada desde o início do século XIX, pois, de acordo com Casal (1817, p. 109), “as árvores do mate criam-se espontaneamente, e são mui comuns. O grande uso, que desta bebida se faz na província e nas de Santa Catarina e Rio Grande, é já adotado por muita gente na metrópole”.

Ao longo dos anos, com a inauguração do trecho ferroviário da estrada São Paulo – Rio Grande, em 1910, e a colonização por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros vindos do Rio Grande do Sul, a região passou a ter um destaque econômico mais expressivo, graças à exploração da madeira e da erva-mate e às pequenas atividades agropecuárias (RADIN, 1997).

A erva-mate sofreu um processo de exploração nem sempre sustentável, mas, apesar disso, resiste e ainda é muito utilizada como matéria-prima para a indústria ervateira, para o preparo do chimarrão, chás e tereré, assim como no cotidiano dos caboclos, servindo de bebida quente para as noites frias e como alimento dos animais criados de maneira mais rudimentar. Tal produto também pode expressar a cultura gaúcha, catarinense e paranaense, dado o modo de preparo e degustação do chimarrão.

Uma das características que poderia propor a erva-mate como um produto de IG do Contestado é sua grande representatividade na vida dos caboclos, como a forma que é produzida em consonância com outras espécies nativas, tais como a bracatinga, pequenos e médios arbustos e a própria araucária. Para Dallabrida (2012, p. 53):

Na região, tal tipo de cultivo é denominado popularmente como erva-mate de cultivo sombreado, pelo fato de que a espécie cultivada na região se desenvolve à sombra de outros vegetais. Apesar de ainda faltarem estudos científicos para sua comprovação, os profissionais da área e os próprios agricultores da região observam que seu cultivo na forma de monocultura não tem uma resposta tão adequada em termos de qualidade e características do produto, se comparado com a erva-mate cultivada em ervais nativos. Este seria seu possível diferencial (DALLABRIDA, 2012, p. 53).

Até mesmo antes da Guerra do Contestado (1912-1916), a erva-mate já era a base da economia local, mesmo que rústica, pois, Santo Antônio do Trombudo (hoje município de Lebon Régis) fazia parte de uma das rotas dos tropeiros, o que facilitava as trocas comerciais dos caboclos e fazendeiros da região com outros mercados, demonstrando já sua importância na vida do caboclo e da economia (GROSS, 2019).

Trazendo para os dias atuais, a única IG de erva-mate registrada no INPI já pertence ao Contestado, mas do lado paranaense. A IP São Matheus foi concebida em 27 de junho de 2017, a Associação dos Amigos da Erva Mate de São Matheus, tendo como limitações os municípios de Antônio Olinto, Mallet, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul e São João do Triunfo.

As características que diferenciam a erva-mate da região de São Mateus do Sul são a produção em ambiente parcialmente sombreado, a utilização de sementes de árvores nativas da região produzidas artificialmente em viveiros e a forma de cultivo, como o espaçamento entre as árvores, nutrição do solo e podas.

Ao analisar a erva-mate do lado do Contestado Paranaense percebe-se que também é viável sua produção como IG do lado catarinense, mas, ao verificar sua proximidade com o Paraná e a rentabilidade que os outros produtos caboclos podem trazer para a região, é possível ver que a erva-mate é um produto tradicional, importante para o povo caboclo, mas não pode dar um resultado satisfatório de lucratividade, dada a competição que terá com o a IP São Matheus.

Outro produto centenário que se destaca na região contestada é a criação de porco crioulos²⁴ pelos caboclos. Para Thomé (2017, p.132), “sem mais compromissos, a não ser com o sustento familiar, nas matas, estes caboclos pardos dedicaram-se a explorar os ervais e a criar porcos selvagens, que só eles sabiam domesticar”. Esses porcos eram criados com o intuito de fornecer a banha e a carne, eram carneados no verão, após passar a época do pinhão, que era o da engorda. Sobre esse costume, Marcondes (1977, p. 81) relata que:

[...] a carne ou era frita em caldeirões e guardada em latas na banha, ou era transformada em linguça (feita com carne picada a mão). Do sangue, faziam o chouriço, e também usavam o “queijo-de-porco”,

²⁴ A criação de porco crioulos está presente em grande maioria das propriedades dos caboclos do Contestado, no qual são criados e alimentados soltos, isto é, de forma extensiva. Estão ligados à subsistência, por meio do aproveitamento da banha e da carne, para atender o consumo familiar e vender os excedentes. Já os porcos abatidos pelos grandes frigoríficos, geralmente são comprados jovens de produtores contratados integrados perto das instalações de produção, que criam esses leitões confinados até que atinjam um peso específico para serem abatidos.

feito com os miúdos do animal. O toucinho era derretido para fazer banha para o consumo anual. Alguns “lanhos” deste tocinho eram guardados esfumaçados, bem salgados e secos, e eram esporadicamente derretidos para tirar o torresmo (MARCONDES, 1977, p. 81).

O processo de abate e limpeza do porco ainda segue o mesmo roteiro que no tempo da guerra (Figura 39). O porco é abatido com um porrete na cabeça e, em seguida, tem seu coração perfurado por uma faca, sendo considerado um dos métodos mais corriqueiros e importantes para se abater o porco. Já sem vida, o porco é disposto em um suporte de madeira, com certa inclinação para que o sangue e demais resíduos do corpo possam escorrer e não contaminar a carne.

Um tacho de água quente é despejado em cima do porco, para que seja retirado o pelo de uma maneira mais simples, sem causar danos na carne e no couro. Com uma faca, se raspam os pelos do animal até que este fique completamente limpo. Após a retirada dos pelos, as patas são cortadas e jogadas fora, apesar de ser uma parte nobre do porco. O animal é aberto da altura do pescoço até a região sacal e a barrigada é aberta de forma relativamente delicada para não perfurar o intestino e/ou estômago e contaminar a carne com resíduos de fezes ou sucos gástricos (SILVEIRA; FRAGA, 2015).



Figura 39 – Limpeza de um porco crioulo em Timbó Grande.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015).

A carne do porco crioulo é consumida juntamente com a quirera²⁵. Esta, também conhecida como quirela, consiste em uma espécie de papa de milho quebrado, cozida com carne de porco e, quase sempre, temperada com cheiro-verde e manjerição ou com produtos da época, plantados em hortas nas propriedades. Por ser uma comida quente, saborosa e de fácil preparo, era muito consumida pelos tropeiros que passavam pela região, mantendo a fome e aquecendo nas noites frias.

O consumo do milho e seus derivados não se dava por sua abundância, mas sim pela ausência de outros alimentos, como o arroz e o trigo. Quando quebrado no pilão era feita a canjica, das duas variedades, amarela e branca. Depois de quebrado na atafona e peneirado, a parte mais fina virava o fubá, e a mais grossa, a quirera. O fubá era utilizado para a polenta, pão de milho e o nego deitado e a quirera era cozida com carne de porco defumada (AGUIAR, 2017).

Sobre o preparo da quirera e sua relação com os caboclos, Silveira e Fraga (2015, p. 310) salientam que:

A quirera é produzida a partir do milho, base da alimentação cabocla, sendo moída até atingir uma granulação específica sem ficar da espessura da farinha de fubá ou tão grossa como próxima da granulação dos flocos de milho. Por ser um grão moído, ela é primeiro hidratada e, depois, em uma panela com demais condimentos, é acrescentada a quirera hidratada e esquentada no fogão a lenha. Em uma outra panela, a carne de porco é frita com a própria banha do porco e, que com a própria gordura da panceta, lhe confere um sabor específico (SILVEIRA; FRAGA, 2015, p. 310).

Um prato tipicamente caboclo é a carne de porco servida com quirera, geralmente com feijão preto e couve refogada na banha do porco, arroz e algum tipo de salada com produtos da época, sendo uma marca cultural alimentar do povo caboclo e da região do Contestado (Figura 40). A couve, por ser de fácil germinação, é plantada nas pequenas hortas nas propriedades rurais.

²⁵ Há duas formas de se servir a quirera com porco: uma onde a carne de porco é incorporada na quirera e a outra é dispô-los separados, sendo a quirera preparada unicamente com a água e os demais temperos e a carne de porco frita nos tachos (SILVEIRA; FRAGA, 2015).



Figura 40 – Prato Típico Caboclo servido em Lebon Régis.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal, 2015.

Tal marca cultural é oriunda da própria roça dos caboclos que ocupavam a região, que tinham como produto principal o milho, no qual se extraía a farinha de milho. Portanto, sua base alimentar, antes das investidas no Contestado, era a canjica, a farinha de milho com feijão, quirera com um naco de carne, quando havia. Na falta de comida, a população extraía das matas o mel de abelhas, além de tomar chimarrão logo pela manhã, confortando o estômago (FRAGA, 2006).

Além de porcos crioulos, os caboclos também possuem criação de outros pequenos animais, como as galinhas, as quais são alimentadas com os produtos produzidos na pequena roça (Figura 41). Além da carne, as galinhas caipiras dão ovos, servindo de alimento nas refeições e no preparo de outras receitas.



Figura 41 – Caboclo alimentando as galinhas em Timbó Grande (esquerda) e porco crioulo em Lebon Régis (direita).

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015 e 2017).

Um típico café da manhã caboclo é o feijão servido com farofa de milho, mais conhecido como virado de feijão (Figura 42), pois além de ser o produto mais disponível, dá a energia necessária para um trabalho mais árduo. Segundo Gielda (2008), usava-se a farinha de beiju para engrossar caldos, como farofa ou para fazer o virado de feijão.

A farinha era muito consumida pelos antigos caboclos e a forma de preparo consistia em deixar o milho de molho por alguns dias para amolecer e, ao atingir certa espessura e maciez, era socada no pilão até virar farinha, em seguida era passada na peneira e por fim assada.



Figura 42 – Virado de feijão em Timbó Grande.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal, 2018.

Existe uma estreita ligação entre os produtos consumidos pelos caboclos de antigamente com os de hoje, como a erva-mate e os pinhões retirados das matas que engordam os suínos e que também servem como base alimentar humano; ou o milho, cozido ou em forma de quirera, que, juntamente com o porco, a couve e o feijão preto torna-se um típico prato caboclo. A Figura 43 retrata essas relações que molda o modo de se alimentar de gerações.

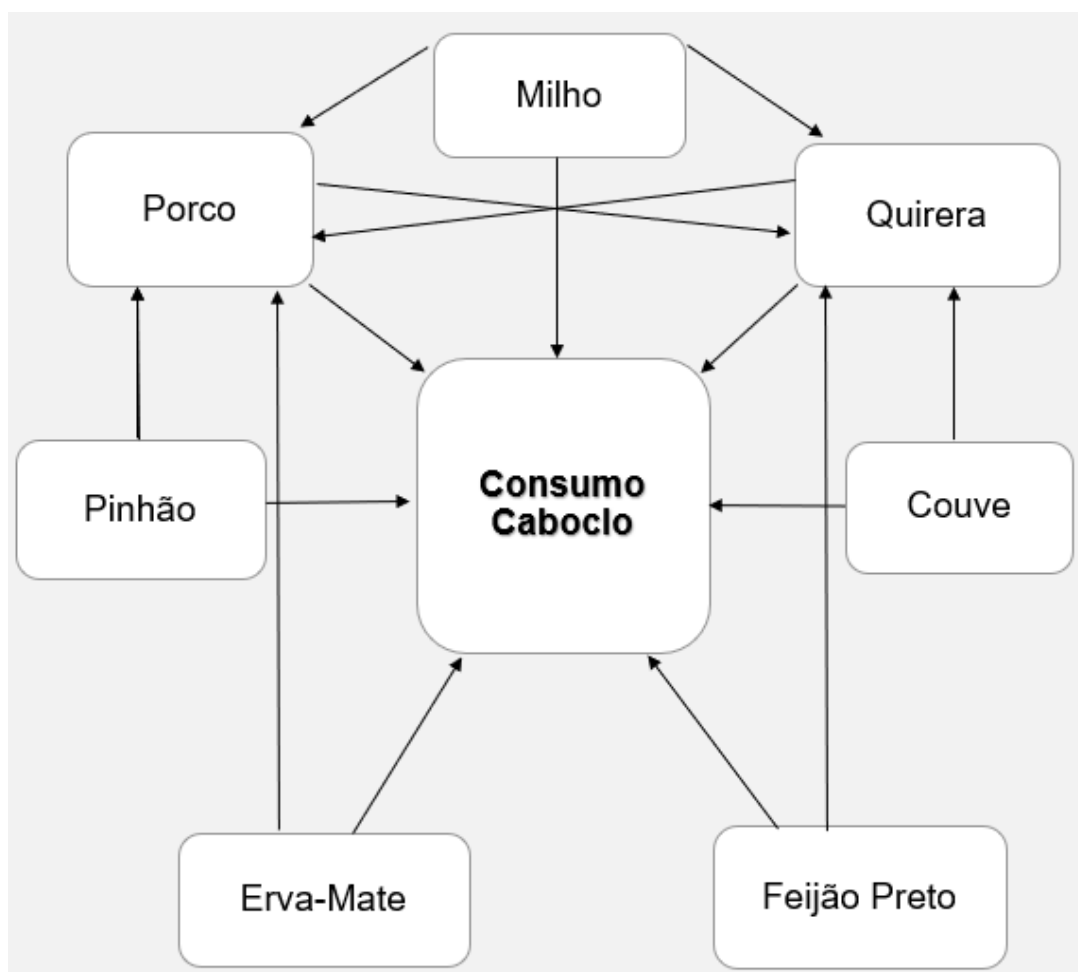


Figura 43 – Relação dos produtos consumidos pelos Caboclos.
Fonte: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

Outros produtos que não estão nas pesquisas acadêmicas também podem estar relacionados com os sabores do Contestado, mas, na atualidade, podem ser atrelados à IG, como é o caso da goiaba-serrana (*Acca sellowiana* Berg.). O fruto é reconhecido nas regiões serranas e de planaltos da Região Sul, onde a espécie é de ocorrência natural, sendo adaptada às condições edafoclimáticas desta região. Em Santa Catarina ocorre com maior frequência em áreas com altitudes superiores a 1000

metros, raramente sendo encontrada em locais com altitudes inferiores a 800 metros, sendo comum em orla de capões, ao abrigo das araucárias (DUCROQUET; RIBEIRO, 1991).

A goiaba-serrana tem um mercado potencial, de acordo com estudos desenvolvidos em dois centros comerciais do estado de Santa Catarina (Florianópolis e Blumenau) nos anos de 2000 e 2001, respectivamente, os quais demonstraram que mais de 90% das pessoas consideraram o sabor e o aroma da fruta como bons ou ótimos, graças às suas qualidades organolépticas (BARNI et al, 2004).

Desde a década de 1980, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI possui um programa de melhoramento genético para a goiabeira-serrana. Para isso criou o Banco Ativo de Germoplasma (BAG) da espécie na Estação Experimental da Epagri de São Joaquim, que conta com cerca de 300 acessos, a maioria procedente do estado de Santa Catarina, mas também com exemplares do Rio Grande do Sul e do exterior (EPAGRI, 2020).

O futuro promissor desse fruto pode ser uma alternativa de renda para a região. Contudo, são necessários investimentos para a produção e a comercialização, como um retorno por meio do consumo do fruto *in natura* ou até mesmo com a industrialização, com a fabricação de geleias, sucos, licores, compota, chás, entre outros. Sobre os aspectos do fruto e sua polpa, Epagri (2020, p. 1) afirma que:

Vem sendo chamada pelos pesquisadores como a superfruta do futuro, devido as suas propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias [...] Os frutos da goiabeira-serrana são parecidos com os da goiaba comum na aparência, tamanho e textura. Eles são de cor verde, mesmo quando maduros. A polpa é a única parte da fruta consumida *in natura*. Ela é gelatinosa, de cor gelo, aroma muito intenso e sabor doce-acidulado. O rendimento de polpa varia de 15% a 50%, dependendo da espessura da casca, que muda conforme o tipo de fruto e da variedade. A polpa também pode ser processada para a elaboração de sucos ou para a produção de geleias, doces em pasta ou de corte, na elaboração de bebidas licorosas e incorporação em sorvetes, sucos, molho ou alimentos processados, bem como na elaboração de espumante, ou simplesmente na elaboração de bebidas de forma artesanal. A parte mais firme junto à casca vem sendo usada por Sabrina para compota, que também usa a casca para chás, depois de desidratada (EPAGRI, 2020, p. 1).

As pétalas das flores da goiaba-serrana podem ser destinadas ao consumo humano e a beleza da floração também permite que a planta seja utilizada para ornamentação, trazendo, assim, um leque de oportunidades para os produtores.

Além dessa fruta, a região possui a uvaia (*Eugenia pyriformis* Cambess), uma espécie pertencente à família *Mirtaceae* nativa do Brasil, também conhecida como uvalha, uvaia-do-mato e uvalheira, podendo ocorrer nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O nome uvaia, deriva do tupi *ubaia* ou *ybá-ia*, que significa fruto azedo (MAIOCHI, 2009). Por ter uma polpa muito delicada e com a casca fina, de coloração amarelo-ouro ligeiramente aveludado, assemelha-se, em textura, à pele de um pêssago, conforme se observa na Figura 44.



Figura 44 – Uvaia, fruta típica do Contestado, em Timbó Grande.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

Seu aroma intenso e agradável, quando madura, torna-a mais atrativa para o consumo *in natura*. Contudo, devido à sua acidez, pode-se produzir suco, geleia, polpa, doces, compotas, licores, molhos, vinagres e vinho, também servindo como base para caipirinhas. De acordo com John (2008), o maior desafio é sua conservação

pós-colheita, pois é uma fruta muito sensível ao toque, porém, o seu sabor característico e marcante faz com que as pessoas que a tenham experimentado uma vez tornem a consumi-la (KROLOW, 2009).

Ao revelar os aromas e sabores do Contestado, percebe-se que propor uma IG não é algo fácil, já que a região oferece vários produtos candidatos, que levariam de forma digna um pedaço dessa terra esquecida para todos os cantos do Brasil. Porém, ao analisar os produtos levando em consideração o âmbito econômico, social, político, cultural e rural, o pinhão apresenta as melhores condições para se tornar a primeira IG do Contestado Caboclo, como que será explicado no tópico a seguir.

4.2.2 Pinhão do Contestado: selo de Indicação Geográfica do mundo caboclo

O pinhão alimentou e ainda alimenta várias etnias no decorrer dos séculos, desde os indígenas, passando pelos caboclos, chegando à população urbana contemporânea. É um fruto (semente) com sabor distinto, sendo consumido não apenas pelos sulistas, mas por muitos brasileiros espalhados pelo país. Os caboclos ainda coletam o fruto nas matas remanescentes da araucária, tanto para o consumo como para a comercialização (Figura 45).

De acordo com Gross (2019, p. 68), “os elementos naturais, ou espaciais, acabam influenciando práticas econômicas e de consumo, onde o pinhão alimentava o povo e os animais”. A floresta com araucária, presente em todo território dos municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, desenvolve-se desde o sul do planalto paulista até o norte do Rio Grande do Sul, num clima temperado e com altitude que oscila entre 600 e 1.200 metros (LUDKA, 2016).



Figura 45 – Típica paisagem do Contestado, com araucária, em Água Doce, SC.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

A floresta com araucárias é uma fonte de vários subprodutos florestais²⁶, tanto madeiráveis como não madeiráveis, e o seu principal produto, o pinhão, é apreciado pela fauna silvestre e pelo próprio humano. No passado essa vegetação era densa, mas não resistiu ao modelo econômico de exploração extrativista implantado entre as décadas de 1910 e 1980, sendo devastada em grande parte pela indústria madeireira, não só procedente da região, mas também de outros estados do Brasil e até do exterior.

Várias legislações ambientais, tanto de caráter nacional como estadual, restringiu e proibiu a devastação das araucárias, como a Lei Estadual nº 15.167, de 11 de maio de 2010, que criou o Programa de Reflorestamento do Pinheiro Brasileiro

²⁶ A área de ocorrência da *Araucaria angustifolia* concentra-se formando agrupamentos densos, sobretudo na parte leste e central do Planalto Sul-Brasileiro, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, ocorrendo como ilhas esparsas também ao sul dos estados de São Paulo (Serra da Mantiqueira), Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Itatiaia); entre as latitudes 25° 30'e 27° Sul, atravessa para a Província de Misiones, na República Argentina (FRAGA, 2017, p. 269).

(*Araucaria angustifolia*) no estado de Santa Catarina²⁷. Sobre a proteção e importância das araucárias, Dallabrida (2012, p. 43) salienta que:

Mas, graças à força regeneradora da própria natureza e à legislação ambiental brasileira que restringiu e proibiu sua devastação, desde os anos oitenta, a paisagem da araucária se recompôs em parte do território. Quanto à erva-mate, pelo seu valor comercial, a mesma foi preservada e é significativa a área de plantio, seja sob a forma consorciada com outros vegetais, especialmente a araucária, ou em plantações cultivadas sob a forma de monocultura. Ambas as espécies têm contribuído para a manutenção da paisagem natural. Nos últimos anos, a tendência à valorização do patrimônio natural tem incentivado iniciativas preservacionistas, tanto de manutenção da paisagem de araucária, como de valorização da erva-mate (DALLABRIDA, 2012, p. 43).

O caboclo, por ter uma relação mais íntima com a natureza, protege a araucária preservando a paisagem natural/cultural. Contudo, é evidente que o agronegócio vem avançando pelas florestas, que aos poucos vão sendo diminuídas ou até mesmo eliminadas por completo. Os pequenos fragmentos que ainda são preservados na região se consolidam como parte dos elementos do conhecimento de seus habitantes, isto é, a paisagem está intrínseca no sabor, no imaginário, no hedonismo e na cultura, por isso sua importância no mundo caboclo (Figura 46).



Figura 46 – Pinha da Araucária, Calmon/SC.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2016).

²⁷ Lei Estadual/SC nº 15.167 na íntegra, disponível em:
<<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/015167-011-0-2010-001.htm>>. Acesso em:
20 maio 2020.

A floresta com araucária é a matriz da paisagem cabocla e, segundo Silveira e Fraga (2015, p. 321), “ela rege as formas de percepção e ação dos caboclos, provendo o alimento e as condições de se preparar os alimentos; o caboclo é a marca, por marcar ela nos atos de cata e de próprio preparo do pinhão”, sendo assim, um inseparável conjunto.

Ao caminhar pelos fragmentos de matas ou próximo às araucárias dispersas, encontram-se pinhões e grimpas caídas, que juntas formam um ritual impregnado de significados, a “sapecada cabocla” (Figura 47).

A sapecada é uma forma de assar o pinhão com galhos secos do pinheiro (grimpas). Primeiro, coloca-se várias grimpas em uma fogueira, que se torna uma espécie de cama para os pinhões; em seguida, os pinhões são espelhados e é ateado fogo que, antigamente, era feito por um “isqueiro caboclo” à base de querosene.

Enquanto o fogo consome as grimpas, são ouvidos vários estalos. Após alguns minutos, o fogo se apaga, restando apenas cinzas e pinhões assados. Vale salientar que o pinhão maduro é o que possui uma casca mais amarelada, diferentemente do pinhão com a casca mais escura, que já está há muito tempo no chão.

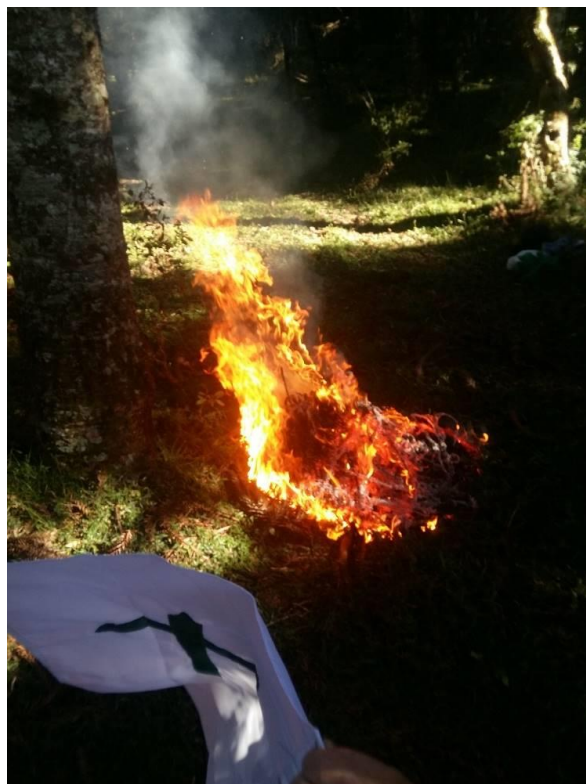


Figura 47 – Bandeira do Contestado e sapecada ao fundo, em Calmon.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2020).

A sapecada era muito mais que uma forma de dar sabor à comida cabocla; além do fogo emanado pela brasa da grimpa que se tornava uma fonte de calor em tempos gelados, nos quais ocorriam geadas e até neve, também não deixava o pinhão passar do ponto, não deixando ele cru nem muito tostado.

O pinhão pode ser utilizado no preparo de várias comidas contemporâneas, por ser bastante versátil. Pode ser cozido na panela de pressão com sal e ingerido assim mesmo, assim como em saladas, lanches, bolos, tortas, entreveros, paçocas e acompanhamento de churrasco. Ao pesquisar em *sítes* de culinária, verifica-se a gama de receitas que, com o toque do pinhão, ficam saborosas e de paladar único.

Um dos pratos mais tradicionais nos *sítes* de receitas é a paçoca de pinhão, na qual se mistura carne moída, bem frita no fogão, depois se acrescenta o pinhão também moído, calabresa, bacon, alho, sal e cheiro verde. Para um café da tarde, pode ser preparado um bolo ou até mesmo uma torta de pinhão, com um café passado em um coador de pano para acompanhar.

Também tem o entrevero, um prato que é a união de várias carnes, pinhão e legumes. Dá para colocar carne de boi, porco e frango picadinhos, calabresa e depois o pinhão (Figura 48). Ao final, acrescentam-se pimentões amarelos, vermelhos e verdes, brócolis, tomate, cheiro-verde, pimenta e sal a gosto.



Figura 48 – Entrevero, preparado por Iolanda Maria de Abreu, em Lebon Régis.
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2016).

Para os veganos, existe o nhoque de pinhão, que não leva nada de origem animal. Também dá para fazer cremes, risotos, sopas e diversas outras receitas, a maioria bastante simples de fazer, é só usar a criatividade e colocar as mãos na massa. Essas comidas demonstram que o pinhão pode chegar à mesa de todo brasileiro, levando o sabor caboclo pelo Brasil afora.

Quando pensamos em um contexto de extrativismo voltado ao agronegócio e a comercialização em larga escala, o pinhão pode gerar mais renda do que a própria exploração da madeira da araucária, quando são utilizadas técnicas de manejo adequadas.

A araucária fornece a madeira que pode ser usada na fabricação de móveis, celulose e papel e instrumentos musicais, como o piano. Assim, o cultivo da araucária com interesse econômico do pinhão pode ser uma ferramenta eficaz para aumentar os plantios e diminuir a exploração das araucárias remanescentes. Contudo, são necessários alguns esforços para que isso se concretize, como explicam Danner *et al.* (2012, p. 448):

Para que o fomento do cultivo da araucária para produção de pinhões tenha êxito é necessário envidar esforços conjugados entre organizações de produtores, pesquisadores e órgãos governamentais visando: (1) desenvolver o conhecimento e habilidade sobre o correto manejo da araucária para produzir pinhão, (2) desenvolver o melhoramento genético para seleção de genótipos de alta produção e técnicas que auxiliem no manejo da espécie e (3) desenvolver normas para o mercado do pinhão e para os plantios comerciais de araucária (DANNER *et al.*, 2012, p. 448).

A partir da criação da IG Cabocla, o pinhão se tornará mais visível no mercado consumidor, trazendo renda para os “catadores” de pinhão dentro dos remanescentes de mata de araucárias, até mesmo para o produtor rural, o qual poderá diversificar sua produção com o pinhão (Figura 49).



Figura 49 – Pinhão maduro colhido no chão da mata (esquerda), Serra da Boa Esperança; Pinhão cozido no fogo de chão, Timbó Grande (direita).
Fonte: FRAGA, Nilson Cesar – Arquivo Pessoal (2015 e 2018).

Da propriedade ou das matas de araucárias são extraídos os pinhões, que podem ser vendidos *in natura* direto para o consumidor final, como na beira das rodovias ou para um centro de abastecimento ou intermediário que, no caso, pode ser uma cooperativa.

Da extração também podem ser levados para o varejo, onde supermercados, frutarias e lojas de produtos naturais poderão vender para o consumidor final. Essa cadeia criará empregos diretos e indiretos, levando geração de renda, trabalho e riqueza para os municípios do Contestado Catarinense. A Figura 50 mostra um fluxograma sobre a possível comercialização do pinhão.

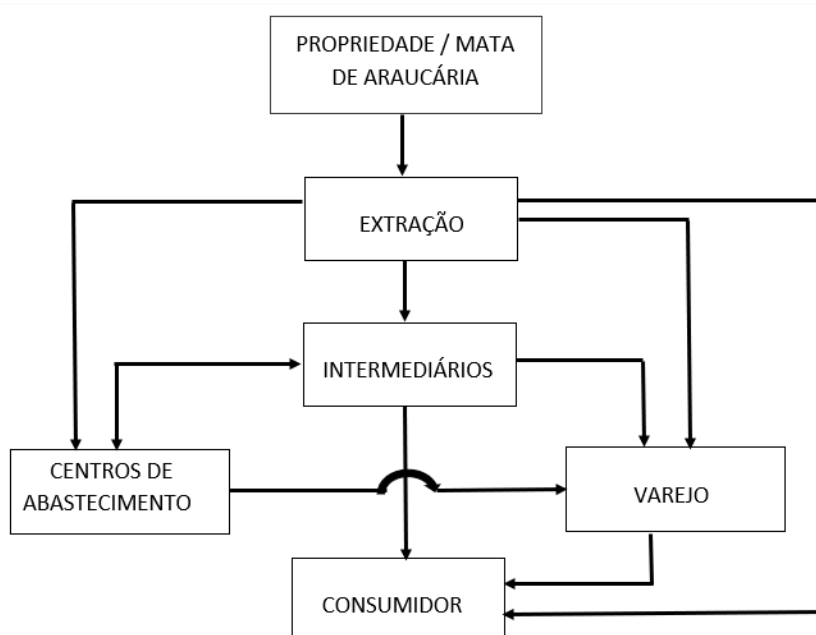


Figura 50 – Fluxograma de comercialização do pinhão.
Fonte: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

Quanto à importância do pinhão para os coletores e produtores rurais, Silva e Reis (2009, p. 372) observaram que:

Este tem uma grande importância tanto como fonte de alimento como fonte de renda. [...] indicou um bom potencial desse recurso para o incremento da renda de comunidades locais, reforçando a importância dos remanescentes florestais na exploração de pinhão e trazendo subsídios para o estabelecimento de políticas que possam efetivamente aliar uma valorização dos recursos florestais, o desenvolvimento destas comunidades juntamente com a conservação dos remanescentes florestais (SILVA; REIS, 2009, p. 372).

O pinhão, apesar de sua sazonalidade de produção, tem uma comercialização alta (Figura 51), pois, só no ano 2017 foram comercializadas 1.066,16 toneladas na CEAGESP. No estado do Paraná, na Ceasa, foram comercializadas 1.319,28 toneladas em 2019, representando um total de R\$ 8.136.588,15. Em Santa Catarina, a produção de pinhão ultrapassa mais de 3 toneladas anuais.²⁸



Figura 51 – Pinhão à venda em rodovia do Paraná; venda de pinhão na feira.
Fonte: Extra Guarapuava (2018); Gazeta do Povo (2018).

Para a identificação dos produtos do Contestado Caboclo, foi criada uma logomarca (Figura 52), formada por elementos oriundos dessa região que foi assolada por uma guerra no século XX, mas que segue se reerguendo e resistindo desde então, tornando constante a luta dos moradores caboclos dessa terra sagrada pelos monges, onde a resiliência, em meio aos desafios de uma vida de inviabilidade e silenciamento histórico oficial, é presente desde 1916, como aponta Fraga (2017).

²⁸ Os dados foram coletados dos *sites* oficiais dos governos estaduais.



Figura 52 – Logo do Contestado Caboclo – Indicação Geográfica.
 Fonte: Oliveira, Dean Gomes de; Fraga, Nilson Cesar (2020).

A logo de IG do Contestado Caboclo é representada por um círculo de miolo branco no seu centro, pela bandeira do Contestado com a cruz verde, tendo no primeiro plano do círculo a mítica Serra da Boa Esperança (conjunto da Serra do Espigão) como o espaço de resistência cabocla durante os anos da Guerra do Contestado, ornada por araucárias, que representam a paisagem cultural regional, de onde é extraído o pinhão do Contestado (FRAGA, 2019).

A bandeira está cercada por duas grimpas de araucária, como os louros das vitórias, lutas e resistências seculares do povo caboclo, representando o modo de vida

regional, antes, durante e depois da Guerra do Contestado, já que é a árvore de maior tipicidade na região.

No círculo vermelho que contorna o miolo da logomarca, há a representação do sangue e da bravura cabocla em sua luta de coexistência com os demais povos que formam a população catarinense e brasileira, com o seguinte escrito, em letras maiúsculas: Contestado Caboclo - Indicação Geográfica.

Em síntese, a logomarca demonstra os elementos do modo de vida e a paisagem cultural regional do Contestado Caboclo, lançando no centro dessa arte uma história regional com forte lastro territorial, que envolve o ambiente, a fé, a luta, a resistência e a resiliência secular cabocla.

A logo poderá ser estampada nos produtos que, a partir do pinhão, poderá oferecer desde as embalagens com pinhões *in natura*, assim como os processados, ou seja, sucos, licores, compotas, chás, tortas, massas de bolo, sorvetes, entre outros. A logo poderá ser utilizada em placas expostas nas propriedades rurais, em panfletos e nas gondolas de supermercados, por exemplo. A Figura 53 mostra a aplicação do logo em diversas superfícies, como madeira, papel e ferro.



Aplicação no metal.



Aplicação na madeira.



Aplicação em artes gráficas – plásticos.



Aplicação em artes gráficas – papéis.

Figura 52 – Logo do Contestado Caboclo – Indicação Geográfica estampada na madeira, plástico, papel e metal.

Fonte: Oliveira, Dean Gomes de (2020).

A importância das IGs de origem agroalimentares no Brasil se dá pela maneira como operam a valorização de bens imateriais associados a uma identidade territorial. Portanto, é uma estratégia de qualificação que ressalta o enraizamento sociocultural do produto no território onde ele é produzido, explorando ativos intangíveis que são de difícil transposição para outros territórios, a exemplo do que foi apresentado sobre o Contestado Caboclo.

5. COOPERATIVISMO, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A SOCIEDADE NO SÉCULO XXI

O cooperativismo está presente no dia a dia do povo brasileiro de diversas formas, ofertando serviços nos ramos de habitação, educação, trabalho, saúde, mineração, produção, turismo e lazer, entre outros. Possui uma fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social na base e é, por numerosas vezes, a única alternativa de distribuição de renda, geração de empregos e inclusão social em diversas localidades nas quais os grandes grupos econômicos não têm alcance ou interesse em atuar.

Desse modo, o cooperativismo está longe de ser um fenômeno circunstancial historicamente datado e passageiro, pois essas organizações são movidas pela cooperação de seus associados, afinal, vivemos em uma sociedade humana que busca maneiras de sobrevivência no mundo capitalista. Entender esse fenômeno é essencial para a proposição de uma cooperativa no contexto do Contestado Caboclo, que, aliado à IG, poderá trazer riqueza e renda para essa região olvidada pelo Estado.

Para tanto, este capítulo contará brevemente a gênese do cooperativismo tanto no contexto mundial como no brasileiro, trazendo também os cenários socioeconômicos no qual estão inseridos, mostrando assim sua importância para o desenvolvimento regional dentro da sociedade capitalista.

Já o anseio de criação da Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” será fundamentado por meio da compreensão do cooperativismo, com base na agricultura familiar, agroecológica, na IG e até mesmo no turismo.

5.1. COOPERATIVISMO, HISTÓRIA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Para compreender o aparecimento do cooperativismo, é preciso discorrer sobre os ideais fundamentais da sua criação, como as experiências dos seus precursores que levaram em conta a época em que viveram e quais os seus principais princípios, já que o cooperativismo foi pensado como uma solução para a diminuição dos problemas sociais.

Quando se trata de sua gênese, quase sempre se remete à lendária experiência dos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, destacando o cooperativismo como um movimento alternativo e de oposição ao capitalismo ainda no século XIX. Acerca desse momento histórico, Sales (2010, p. 28) salienta que:

Aconteceu em Rochdale, onde 28 operários, que eram em maioria tecelões, fundamentados no sentimento de cooperação e mutualidade pregado por Robert Owen e Fourier, dentre outros; finalmente conseguiu colocar um funcionamento um empreendimento, que a história registra como marco inicial do cooperativismo. Analisando a época, conclui-se que os mentores desta ideia eram homens à frente de seu tempo, buscavam meios de melhorar suas condições sociais e econômicas. Os pioneiros de Rochdale inauguram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias (SALES, 2010, p. 28).

O sucesso de Rochdale levou à expansão do cooperativismo em sua forma moderna por todo o Reino Unido. Em 1881, o número de associados a cooperativas chegava a mais de 547 mil e em 1900 já eram 1,707 milhão (SINGER, 2002). Na Europa continental, o cooperativismo também já dava seus primeiros passos. Em território alemão foram criadas as cooperativas de crédito, e no francês, as de produção.

Em 1851 o cooperativismo chegou à pequena Suíça e logo se espalhou por outros países, como Itália (1864), Dinamarca (1866), Noruega (1885) e Suécia (1899), desempenhando uma grande importância econômica. Não demorou muito para ultrapassar as fronteiras europeias, chegando até mesmo ao Japão nos fins do século XIX, por meio do Visconde Shinagawa e do Conde Hirata (MAURER JÚNIOR, 1966).

Um dos grandes feitos de Rochdale foi ter redigido um estatuto social que constituía objetivos mais amplos para o empreendimento e deliberava normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores. Dada a importância dessas normas, nos anos de 1937 e 1966, elas foram analisadas e debatidas em dois congressos internacionais promovidos pela Associação Cooperativa Internacional – ACI e assim começaram a ser adotadas universalmente como os princípios cooperativistas.

Em setembro de 1995, em Manchester na Inglaterra, foi realizado um congresso pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, no qual foram estabelecidos os mais recentes princípios cooperativistas e suas definições. De acordo com Valadares (2002), tais princípios podem ser definidos da seguinte forma:

1. Adesão Livre e Voluntária – todas as pessoas que estejam aptas para utilizar os serviços da cooperativa e dispostas para assumir responsabilidades como membros são livres para ingressar na cooperativa, sem qualquer tipo de discriminação.
2. Gestão Democrática – as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os cooperados que participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões. Os eleitos são responsáveis pelos demais sócios e cada cooperado tem direito a um voto.
3. Participação Econômica dos Sócios – os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e controlam-na democraticamente (Gestão Democrática). Se a cooperativa obtiver receitas maiores que as despesas, elas também serão divididas equitativamente entre os associados, proporcionalmente ao trabalho investido ou à utilização dos serviços. O restante das sobras deve ser decidido em assembleia, podendo ser reinvestido na cooperativa.
4. Autonomia e Independência – as cooperativas são instituições autônomas, controladas por todos os seus membros, buscando atuar com a ajuda mútua e a gestão democrática.
5. Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação, formação e informação dos seus cooperados, dirigentes e colaboradores, buscando o desenvolvimento conjunto. Informa ao público em geral, principalmente aos jovens e aos formadores de opinião, as vantagens da cooperação.
6. Intercooperação – este princípio aborda a necessidade de haver a cooperação entre cooperativas, as quais trocam informações e experiências através de compras e/ou vendas em comum, com a intenção de fortalecer o Movimento Cooperativo.
7. Preocupação com a Comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros (VALADARES, 2002).

No Brasil, as primeiras experiências do cooperativismo ocorreram na última década do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados,

em 1891, na cidade de Limeira - SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no estado de Pernambuco, em 1894.

Quando se trata de cooperativas agroindustriais, foi a partir de 1902 que surgiram as primeiras experiências das casas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul. Já em 1907 foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no estado de Minas Gerais (OCB, 1996).

No início do século XX, foram criadas outras cooperativas, demonstrando a força dessa organização, conforme salienta Souza (1990, p. 30):

Nesse início de século, são constituídas algumas cooperativas agrícolas e de consumo que obtém certo êxito, como a Cooperativa de Mirai, em Cataguazes - MG, e a Cooperativa Internacional da Lapa — criada em 1908 por empregados da São Paulo Railways, (que depois veio a ser a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí). Sua denominação muda para Cooperativa de Consumo da Lapa e a sociedade, apesar de ter nascido entre empregados de uma empresa, se constitui na primeira cooperativa de consumo verdadeiramente popular, por inspiração do movimento inglês. Teve longa duração e bastante expressividade. Com a mudança no regime fiscal, não conseguiu manter-se e foi liquidada na década de 70. Ainda nestes primeiros anos do novo século, registra-se a criação da Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas-SP, em 1911 e da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com sede em Santa Maria, em 1913. Esta última desenvolverá um amplo programa de ação, com grande expansão no estado (SOUZA, 1990, p. 30).

Para Pinho (1996), a prática do cooperativismo brasileiro a partir de 1932 teve como motivação dois fatores: o primeiro foi o estímulo do poder público, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; já o segundo foi a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, que passou a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação.

No estado de Santa Catarina, o primeiro órgão representativo do setor cooperativista foi a Associação das Cooperativas de Santa Catarina - ASCOOP, fundada em 1º de agosto de 1964, no município de Blumenau. Contudo, a estruturação legal-institucional aconteceu somente em 1971, quando o Governo Federal editou a Lei nº 5.764/71, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime político das cooperativas. Naquele mesmo ano foi criado o Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC (OCESC, 2020).

Com a legislação editada, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, um órgão de cúpula do sistema na esfera nacional, na capital

federal, e fundadas as Organizações de Cooperativas Estaduais – OCE nas capitais das unidades federativas. Em 28 de agosto de 1971 surgiu a Organização das Cooperativas do estado de Santa Catarina – OCESC²⁹ para representar efetivamente o sistema cooperativo catarinense e disciplinar a criação e o registro de cooperativas singulares, cooperativas centrais e federações de cooperativas (OCESC, 2020).

A OCESC tem como valores a cooperação, confiança, credibilidade, honestidade, justiça, solidariedade e responsabilidade, assim como a missão de ser uma agente de representação, desenvolvimento e coordenação técnica, econômica e social das cooperativas.

Seus objetivos se baseiam na divulgação da doutrina cooperativista; fomento e criação de novas cooperativas; estímulo ao fortalecimento do sistema de representação do cooperativismo; assistência geral ao cooperativismo; prestação de serviços de ordem técnica, em nível de direção, funcionários e associados às cooperativas filiadas; promoção de congresso, encontros, seminários e ciclos de estudo e integração com as entidades congêneres das demais unidades da federação (OCESC, 2020).

No contexto brasileiro, há o Sistema OCB, que reúne a Confederação Nacional das Cooperativas – CNCOOP, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP e tem como objetivo representar, defender e desenvolver o cooperativismo brasileiro para torná-lo mais competitivo, respeitado e admirado pelo papel que desempenha na sociedade (OCB, 2020).

Os números do cooperativismo no Brasil são imponentes. No ano de 2018, por exemplo, havia 6.828 cooperativas distribuídas em 13 ramos³⁰, envolvendo mais de 14 milhões de cooperados e 425 mil empregados, gerando R\$ 7 bilhões em impostos e tributos. Foi injetado mais de R\$ 9 bilhões na economia, apenas com o pagamento de salários e outros benefícios destinados a colaboradores. No que diz respeito ao ativo total e ao ingresso e receitas brutas³¹, foram registrados,

²⁹ A OCESC reúne todos os ramos das atividades cooperativistas e é o órgão que representa a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Santa Catarina.

³⁰ Ramo: é o agrupamento de cooperativas conforme a similaridade de suas atividades econômicas e interesses de seus cooperados, a fim de facilitar a defesa e a representação pelo órgão competente (OCB, 2020).

³¹ Ativo Total: o ativo total de uma cooperativa é a soma de todos os seus ativos, ou seja, seus bens e direitos. Dessa forma, inclui o ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, também chamado

respectivamente, R\$ 351,4 bilhões e R\$ 259,9 bilhões (OCB, 2019). A Tabela 20 revela os números do cooperativismo brasileiro no ano de 2018.

Tabela 20 – Número do Cooperativismo Brasileiro em 2018

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.613	1.021.019	209.778
Consumo	205	1.991.152	14.272
Crédito	909	9.840.977	67.267
Educacional	265	60.760	3.412
Especial	10	377	8
Habitacional	282	103.745	742
Infraestrutura	135	1.031.260	5.824
Mineral	95	59.270	177
Produção	230	5.564	1.132
Saúde	786	206.185	107.794
Trabalho	925	198.466	5.105
Transporte	1.351	98.190	9.792
Turismo e Lazer	22	1.867	15
TOTAL	6.828	14.618.832	425.318

Fonte: OCB (2019).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de Oliveira (2020).

O cooperativismo tem força em todo o território brasileiro, principalmente nos estados da Região Sul, com um total de 910 cooperativas que abrangem todos os ramos. O estado do Rio Grande do Sul possui 437 cooperativas, seguido de Santa Catarina com 258 e o Paraná com 215. No cenário nacional, elas ocupam, respectivamente, a quinta, oitava e décima posição dentro das 27 unidades federativas.

Em número de empregados, o Paraná encontra-se na primeira colocação, seguido de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, demonstrando sua importância para a geração de emprego e renda. Das 125 cooperativas

de não circulante. O ativo é o conjunto de recursos financeiros e econômicos que são administrados pela cooperativa para gerarem mais recursos.

Ingressos: são as receitas e ganhos, bem como demais rendas e rendimentos decorrentes dos atos cooperativos.

Receitas brutas: são as receitas e os ganhos, bem como as demais rendas e rendimentos, decorrentes dos atos não cooperativos (OCB, 2019).

internacionalizadas³², o Rio Grande do Sul possui 22, o Paraná conta com 20 e Santa Catarina com 14, levando produtos brasileiros para todos os continentes. O ramo agropecuário continua sendo o mais forte, seguido do crédito, transporte e saúde, conforme demonstra a Tabela 21.

Tabela 21 – Número do Cooperativismo da Região Sul em 2018

Ramo	Estado	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	PR	61	170.793	82.421
	SC	47	71.635	40.523
	RS	128	320.635	36.591
	TOTAL	236	563.063	159.535
Consumo	PR	1	3.984	30
	SC	12	278.520	3.070
	RS	8	8.083	19
	TOTAL	21	290.587	3.119
Crédito	PR	55	1.555.381	12.055
	SC	61	1.743.702	9.519
	RS	86	1.961.744	10.719
	TOTAL	202	5.260.827	32.293
Educacional	PR	11	3.984	30
	SC	10	5.524	63
	RS	15	2.113	64
	TOTAL	36	11.621	157
Especial	PR	0	0	0
	SC	1	44	8
	RS	2	201	0
	TOTAL	3	245	8
Habitacional	PR	2	195	25
	SC	4	680	0
	RS	13	29.981	74
	TOTAL	19	30.856	99
Infraestrutura	PR	11	9.551	285
	SC	34	339.428	1.904
	RS	25	489.753	2.365
	TOTAL	70	838.732	4.554
Mineral	PR	0	0	0
	SC	1	154	10
	RS	1	1.600	5
	TOTAL	2	1.754	15

³² Cooperativa internacionalizada é aquela que realiza algum tipo de transação internacional, seja de importação, seja de exportação.

Produção	PR	0	0	0
	SC	1	24	0
	RS	4	178	1.000
	TOTAL	5	202	1.000
Saúde	PR	33	15.204	6.177
	SC	30	11.761	6.828
	RS	58	22.333	10.578
	TOTAL	121	49.298	23.583
Trabalho	PR	8	5.826	66
	SC	11	1.733	25
	RS	25	3.538	120
	TOTAL	44	11.097	211
Transporte	PR	31	2.858	134
	SC	46	7.406	1.351
	RS	70	8.182	282
	TOTAL	147	18.446	1.767
Turismo e Lazer	PR	2	477	5
	SC	0	0	0
	RS	2	140	8
	TOTAL	4	617	13

Fonte: OCB (2019).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Ao falar do cooperativismo em Santa Catarina, o ramo de crédito³³ é o que mais se destaca, com 61 cooperativas. Outros ramos que se sobressaem é o agropecuário, com 47, seguido do de transporte, com 40, de infraestrutura, com 34, e o de saúde, com 30. Em contrapartida, o ramo de turismo e lazer não possui nenhuma cooperativa, revelando uma oportunidade para a região do Contestado Caboclo, conforme demonstraremos na sequência.

Os municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP,

³³ O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, conforme conceitua a Lei Complementar 130/2009, é composto por dois bancos cooperativos, cinco confederações, sendo dois de crédito, 34 cooperativas centrais e 927 cooperativas singulares. Por sua vez, as cooperativas singulares são segmentadas pela Resolução CMN 4.434/15, em função de suas operações, em três categorias:

- Plenas: podem realizar praticamente todas as operações autorizadas a uma instituição financeira, inclusive operações, nas quais assumam exposição vendida ou comprada em ouro, em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial e outras. Ou seja, operações de maior complexidade e risco. Este segmento é composto por 36 cooperativas.

- Clássicas: estão autorizadas a realizar todas as operações típicas de uma instituição financeira notadamente relacionadas à intermediação financeira e a pagamentos. Este segmento é composto por 704 cooperativas.

- Capital e Empréstimo: são distintas das demais por estarem impedidas de realizar captação de depósitos. Este segmento é composto por 187 cooperativas (OCB, 2019).

não possuem nenhuma cooperativa com sede em seus territórios, assim como Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas e Salto Veloso. No município de Caçador se encontram o SICOOB – Caçador, COOPER H.F. e Unimed - Caçador. Já em Tangará tem a COOTRATAN e em Videira há a SICOOB Vale do Vinho, COOPERVIL e Unimed - Videira, conforme demonstra a Tabela 22.

Tabela 22 – Cooperativismo nos Municípios da AMARP

Município	Cooperativa	Sigla	Ramo	Constituição	Data de Registro no OCESC	Número de Empregados	Número de Cooperados
Caçador	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Caçador	SICOOB – Caçador	Crédito	17/12/1993	28/02/1994	25	5.471
	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Hortifrutigranjeiros	COOPER H.F.	Agropecuário	20/02/2002	30/07/2002	39	1.578
	Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Contestado	Unimed - Caçador	Saúde	18/10/1996	20/11/1996	50	61
Tangará	Cooperativa dos Transportadores de Cargas da Região de Tangará	COOTRATAN	Transporte	20/03/2004	13/07/2016	9	434
Videira	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Vinho	SICOOB - Vale do Vinho	Crédito	26/10/1988	13/02/1989	198	29.106
	Cooperativa Agropecuária Videirense	COOPERVIL	Agropecuário	08/11/1967	-	291	1.825
	Cooperativa de Trabalho Médico de Videira	Unimed - Videira	Saúde	22/02/2000	07/07/2000	16	67

Fonte: OCB (2020). Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

A tabela revela que os 15 (quinze) municípios da AMARP possuem em seu território 7 (sete) sedes de cooperativas, contudo, estão em apenas 3 municípios, representando apenas 20% do total. Das 7 (sete) sedes, 3 (três) são genuinamente dos municípios, pois as outras são sedes regionais de cooperativas que possuem base em outras localidades, como o caso da Unimed com sede central em Santos - SP e do SICOOB em Brasília - DF.

Os números também demonstram que o potencial cooperativista está centralizado nos polos regionais da AMARP, como em Caçador. Contudo, esse fato não indica que não existam cooperados espalhados nos municípios ao entorno, pelo contrário, a centralização das cooperativas evidencia o “esquecimento das empresas” perante os municípios mais pobres do Contestado Catarinense.

5.2 COOPERATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLÓGICA E COM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

O campo brasileiro começou a se manifestar após o processo de redemocratização ocorrido nos anos de 1980, sobretudo com iniciativas de organização da sociedade civil. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, mobilizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, entre outros, exerceu papel importante, demonstrando a resistência de grupos que a princípio estavam destinados a desaparecer (COSTA et al., 2015).

Com as distintas orientações, esses grupos organizados pressionam o Estado por melhores políticas que os envolvam no processo de desenvolvimento do país, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo. Assim, o conceito de agricultura familiar aparece e tem seu reconhecimento perante o Estado em meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (GRISA, 2010). Desde então, a pauta da agricultura familiar entrou nos debates das mais diversas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Com a difusão do capitalismo no meio urbano e toda sua problemática que envolve pobreza, fome e perda de propriedades, parecia que o mesmo iria ocorrer no meio rural, de forma a desaparecer a estrutura familiar de exploração rural e generalizar a exploração por meio de trabalhadores assalariados; entretanto, a agricultura familiar sobrevive em um contexto de lutas e anseios.

O modelo familiar de produção pode ser entendido como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. Essas unidades agrícolas familiares se moldam em um grande grau de diversificação de tipo de produção, com diversos produtos, embora haja quase sempre a necessidade de se estabelecer uma cultura dominante para gerar excedente, isto é, capital para a realimentação do processo produtivo, por meio da comercialização do produto resultante para o mercado.

Dentre essas características, destacam-se também as questões referentes à inclusão mais ativa do agricultor familiar no seu meio, o que se reflete na acuidade que ele dá à qualidade de vida e ao meio ambiente, o que não parece ser uma preocupação central nas unidades de exploração agrícola comercial (ABRAMOVAY, 1997).

A diversificação da produção também tende a reduzir os riscos provenientes da especialização de um único produto, como ocorre nos latifúndios, garantindo renda em épocas onde ocorre a flutuação na demanda, pragas ou perda na colheita. Além disso, garante uma renda o ano todo, na medida em que se tem produção para vender no decorrer dos períodos.

Em Santa Catarina, a agricultura familiar é altamente produtiva e está inserida no agronegócio. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, 78% das propriedades rurais são deste modelo, em que 364 mil pessoas e 2,45 milhões de hectares cultivados ocupam-nas. Além disso, o valor da produção dos pequenos cultivos é o quinto maior do Brasil, com a cifra de R\$ 10,38 bilhões (IBGE, 2017).

O campo catarinense, de modo geral, também é destaque; com uma agricultura tecnificada e produtiva, o Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBP contabiliza mais de R\$ 20,48 bilhões em 2017, com mais de 183 mil propriedades rurais distribuídas em 6.448.785 hectares, com aproximadamente 502 mil pessoas

ocupadas, possuindo o nono maior faturamento do país no setor agrícola (IBGE, 2017).

Quando tratamos do campo brasileiro, mas precisamente da agricultura familiar, revela-se que ela é bem diversificada, pois inclui tanto famílias que vivem e exploram pequenas porções de terra em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que conseguem gerar uma elevada renda. Acerca dos produtores rurais familiares, as formas de exploração e complexo rural, Lauschner (1997, p. 2) afirma que:

Parece ser evidente que o produtor rural não pode centrar o problema de sua manutenção e desenvolvimento a nível das explorações rurais mas deve participar da organização do complexo rural como um todo. Por outro lado, existe a tendência de o capital, em busca do rendimento máximo, evitar os investimentos no setor de produção agropecuária e canalizar-se para os setores anteriores e posteriores à produção, deixando a produção agropecuária preponderantemente à agricultura familiar. Há duas formas de as explorações familiares se inviabilizarem: 1) manter baixos níveis de produtividade (do fator trabalho e capital e dos insumos) a nível de exploração; 2) não integrar-se em complexos rurais (ou cadeias produtivas) eficientes (LAUSCHNER, 1997, p. 2).

Essa inviabilização pode ser sanada com a inserção do produtor no cooperativismo, já que poderá modernizar a administração das explorações rurais e tornar eficiente o complexo rural de cada produto, maximizando os resultados para a agricultura familiar.

Com a união de agricultores familiares em cooperativas, pode-se ocasionar uma economia de escala a nível local e global, além de criar condições de concorrência com os setores oligopolizados do complexo agroindustrial³⁴. Lauschner (1997, p. 3) diz que “a união cooperativa pode dar-se a nível local, unindo produtores, e pode dar-se a níveis mais amplos unindo cooperativas em centrais e federações cooperativas”.

O cooperativismo pode significar uma estrutura de mercado eficiente a serviço do produtor familiar, suprimindo os preços monopolizados pelos grandes produtores,

³⁴ A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos de 1970 ocorreu a partir da integração intersetorial de três setores principais: as indústrias, que fornecem produtos para o campo, a agricultura moderna e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com elevados incentivos de políticas públicas específicas, como fundos de financiamento para certas atividades agroindustriais, programas de ajuda a produtores agrícolas, linhas de crédito para a compra de máquinas, equipamentos e insumos modernos (OLIVEIRA, 2016).

em médio e longo prazo, já que beneficiará os produtores e consumidores em lugar dos intermediários, ou seja, a cooperativa que compete com os complexos agroindustriais beneficia também os produtores e consumidores finais.

Lauschener (1997) traz uma série de argumentos no qual insere o produtor rural familiar no contexto das cooperativas, por exemplo, abordando a integração vertical, onde as cooperativas exercem diversas funções dentro de todo complexo rural, produzindo os principais insumos, mantendo o armazenamento, setores de beneficiamento e agroindustrialização e os canais de comercialização próprios.

O autor também afirma que a cooperativa pode transferir aos produtores, sob a forma de melhor preço e mais capital, a parte reservada ao lucro ao longo de toda cadeia do complexo agroindustrial, de todo abastecimento de bens de consumo e insumos aos associados, de todo fluxo financeiro unido aos processos de bens e serviços e dos mais diversos serviços prestados aos associados.

Quando tratamos dos pequenos agricultores no Contestado, mais precisamente nos municípios de Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande, as pequenas propriedades com menos de 20 ha, representam, respectivamente, 60,93%, 55%, 64,5% e 61,83% do total de estabelecimentos, conforme demonstra a Tabela 23. Analisando a tabela, constata-se que, à medida que aumentam as áreas dos estabelecimentos agropecuários, diminui o número de unidades, demonstrando, assim, uma concentração fundiária.

A pobreza dos municípios do Contestado Caboclo está ligada a essa concentração. Desse modo, a sua redução poderia diminuir a pobreza como as disparidades de rendimentos nas áreas rurais, sobretudo no setor agrícola. Toda essa concentração fundiária foi construída historicamente no Brasil e entende-se que ocorrem problemas no âmbito agrário desde o período colonial.

Atualmente, essa concentração está intrinsecamente relacionada com a internacionalização da economia brasileira, fazendo com que a elite agrária passe a se dedicar ao agronegócio, baseada no latifúndio e na monocultura para a exportação. No entanto, esse modelo agrário leva a uma luta dos movimentos sociais do campo, tendo em vista o retorno do campesinato ao campo e a sua permanência.

Tabela 23 – Estabelecimentos agropecuários e suas áreas

	N° de estabelecimentos (unidade)	Área dos estabelecimentos (ha)	De 0,1 a menos de 20 há	
			N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
Santa Catarina	183.066	6.448.785	50.826	713.448
Calmon	279	53.890	170	2.927
Lebon Régis	951	69.774	523	5.523
Matos Costa	400	31.337	258	3.768
Timbó Grande	731	46.027	452	4.246
	De 20 a menos de 50 há		De 50 a menos de 100 ha	
	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
Santa Catarina	43.972	1.316.695	11.512	767.809
Calmon	36	1.147	21	1.487
Lebon Régis	182	5.804	104	7.360
Matos Costa	86	2.794	25	1.730
Timbó Grande	141	4.417	61	4.399
	De 100 a menos de 200 há		De 200 a menos de 500 ha	
	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
Santa Catarina	4.432	596.403	2.597	779.722
Calmon	13	1.911	19	6.271
Lebon Régis	63	8.373	44	12.930
Matos Costa	10	1.402	12	4.251
Timbó Grande	41	5.653	23	6.602
	De 500 a menos de 1.000 há		De 1.000 a menos de 2.500 ha	
	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
Santa Catarina	879	596.926	425	616.223
Calmon	10	6.414	3	X
Lebon Régis	20	14.421	5	7.616
Matos Costa	3	1.981	3	4.055
Timbó Grande	6	4.051	1	X
	De 2.500 a menos de 10.000 há		De 10.000 ha e mais	
	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	N° de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos
Santa Catarina	131	554.475	13	182.069
Calmon	6	30.098	-	-
Lebon Régis	1	X	-	-
Matos Costa	3	X	-	-
Timbó Grande	4	14.237	-	-

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

Diante desse cenário, a reforma agrária no Contestado se faz de extrema necessidade para acabar com a concentração fundiária e distribuir renda a partir do retorno ao campo dos camponeses expropriados/desterritorializados.

O caboclo tem como premissa o cuidado com a natureza, já que é dela que é retirado seu sustento, além de buscar uma agricultura mais sustentável por meio de uma produção de alimentos mais saudável. Nesse contexto, a agricultura familiar pode se voltar a uma agricultura agroecológica, gerando ainda mais renda para o pequeno produtor.

Apesar das distintas interpretações conceituais que vêm tendo nos últimos anos, a agroecologia corresponde fundamentalmente a uma área de conhecimento de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como base os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Para Gliessman (1990), sob a ótica agroecológica, tem-se um respectivo consenso de que a agricultura sustentável é aquela que, a partir de um entendimento holístico dos agroecossistemas, seja capaz de consentir, de uma maneira integrada, os seguintes critérios: I) baixa dependência de input comerciais; II) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; III) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; IV) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; V) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; VI) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; VI) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN, 1990).

A agroecologia, juntamente como uma organização cooperativa, pode ser uma alternativa de sustentabilidade para a agricultura familiar, pois a pequena propriedade rural não comporta o uso inadequado do solo nem instabilidades climáticas. Sobre o tema, Barcellos e Mantelli (2008, p. 41) aportam que:

Os métodos adotados até então por muitos agricultores familiares têm provocado uma séria degradação do solo, isso se reflete na sua produtividade, formando uma cadeia de problemas socioambientais, que colocam em risco a viabilidade da produção. Esse quadro precisa mudar e, para isso, a prática da agroecologia é uma alternativa viável, que promove a sustentabilidade da agricultura familiar, de modo que

preserva os recursos naturais, tendo assim um retorno na produção, agregando valor aos produtos e com isso, promovendo uma melhor qualidade de vida tanto para a família do agricultor, como para a população da cidade. A partir de uma agricultura de base ecológica, que respeita o meio, é possível melhorar a fertilidade natural do solo, com práticas como a rotação e diversificação de culturas, pela qual o agricultor passa a não depender apenas da renda de um único produto, quando na decorrência de uma instabilidade climática, não afetando toda a produção (MANTELLI, 2008, p. 41).

A agroecologia deve ser capaz de garantir uma sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural no campo, dando maior qualidade de vida para a população, tanto em qualidade como em quantidade suficiente para todos, garantindo uma segurança alimentar³⁵. Por ser uma alternativa produtiva viável, devido ao crescimento do consumo consciente em todo território brasileiro, pode se tornar um diferencial quando juntamos com IG e cooperativismo, conforme é proposto no tópico a seguir.

5.3 COOPERATIVA FAMILIAR “QUATRO IRMÃS DO CONTESTADO”: UM OLHAR PARA O FUTURO

O futuro da agricultura familiar brasileira depende da disposição e das possibilidades de os produtores aproveitarem e alavancarem as oportunidades provenientes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção ao cooperativismo, ao passo que neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em função da falta de recursos financeiros e técnicos.

A partir do exposto, a proposição da Cooperativa Familiar “Quatro Irmãs do Contestado” tem como objetivo norteador integrar os produtores familiares ao viés cooperativista, levando geração de renda, emprego e oportunidades que, individualmente, seria inviável.

35 A lei nº 11.346/06 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Esta lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. É direito fundamental do ser humano a alimentação adequada, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

Contudo, é necessário salientar que o presente estudo apenas mostrará os caminhos para serem seguidos, demonstrando a sua viabilidade na atual conjuntura econômica e social, na qual estão inseridos os municípios de Calmon, Lebon Régis, Matos Costa Timbó Grande. Os quatros municípios foram escolhidos para fazer parte da cooperativa graças ao seu histórico dos índices de pobreza e miséria advindos da Guerra do Contestado, além da identidade cabocla que carregam nos seus territórios culturais.

Essa pobreza e miséria que, conseqüentemente, criam uma invisibilidade perante os poderes públicos dos três entes federativos são arrastadas por décadas e podem ser notadas quando se analisa os perfis socioeconômicos desses municípios, fadados ao abandono, que, aos olhos da população, podem ser observados pela falta de infraestrutura ofertada pelo E(e)stado.

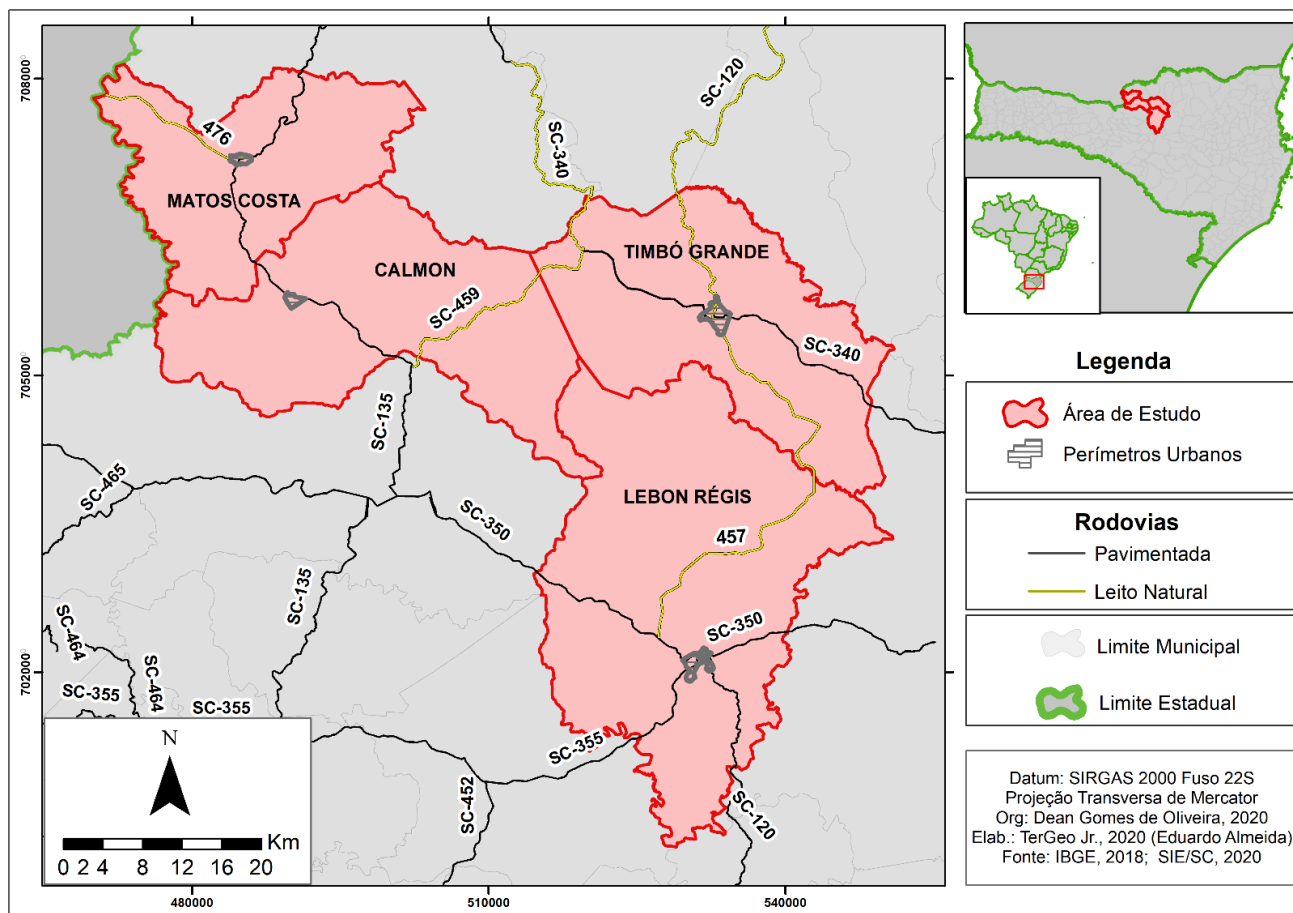
São necessárias políticas públicas emergenciais na infraestrutura como um todo, desde obras em energia, água, transporte, saúde, educação, cultura, entre outros, para assim diminuir as mazelas ocasionadas pelo abandono histórico e secular da região do Contestado, sobremaneira das cidades culturalmente mais caboclas.

Um dos grandes gargalos desses municípios é a falta de estradas asfaltadas ligando seus núcleos urbanos, o que pode ser uma dificuldade quando se trata de uma cooperativa com quatro sedes, já que a ideia é criar um vínculo com os associados e com a população local de cada municipalidade. Esse problema pode ser demonstrado no Mapa 4, que traz as estradas asfaltadas e sem asfalto da região, evidenciando, mais uma vez, a falta de investimentos.

Para entender melhor essa fragilidade, quando calculamos uma rota de Lebon Régis para Timbó Grande, o trajeto pelas estradas asfaltadas (SC-340, SC-350 e BR-116) chega a 90 km, enquanto pela estrada não asfaltada (SC-457) o trajeto é de apenas 57 km, isto é, uma redução 33km.

Contudo, o maior obstáculo ocorre entre as cidades de Timbó Grande e Calmon, pela estrada não pavimentada (SC-135) e um trecho asfaltado (SC-350), onde o trajeto é de 75km; em contrapartida, pelas estradas asfaltadas (SC-340 e SC-350) sobe para 158km, ou seja, um aumento de 110% no trajeto final. Esse acréscimo aumenta o valor do frete para qualquer produto com origem ou destino a esses

municípios, levando a uma maior manutenção dos veículos, além de uma maior degradação do meio ambiente, com o CO² liberado pelos escapamentos.



Mapa 4 – Rodovias do Contestado Caboclo.

Fonte: ALMEIDA, Eduardo Romero (2019). Organizado por OLIVEIRA, Dean Gomes de, (2020).

Neste contexto, a falta de pavimentação das estradas regionais pode travar o desenvolvimento rural, cooperativista e turístico da região. Assim, a Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” poderá ajudar na visibilidade desses municípios e trazer recursos tanto para a infraestrutura como para outros segmentos da sociedade, como saúde, educação e cultura. Com isso, contribuirá para melhorar as condições de vida dos moradores, gerando condições para inibir a saída do/a caboclo/a de suas terras e auxiliando as famílias a se sustentarem com mais dignidade no meio rural e urbano.

A ideia da cooperativa é que sua atuação, primeiramente, seja voltada para o pinhão advindo da IG do Contestado Caboclo, ou seja, uma cooperativa do ramo de

produção agropecuária³⁶. Em seguida, pode-se pensar em uma cooperativa de Turismo e Lazer, graças às belezas naturais, à cultura, à guerra e ao povo acolhedor desses municípios.

Em termos sociais e econômicos, a cooperativa poderá desempenhar um importante papel nos municípios, principalmente pelo fato de representar uma das poucas possibilidades de agregação de valor à produção rural, bem como da inserção de pequenos e médios produtores em mercados concentrados.

As cooperativas do ramo agroindustrial desempenham uma importante função na coordenação de sistemas agroindustriais, já que podem ser vistas como maneiras de integração vertical dos produtores, com atividades de comercialização, industrialização e produção de insumos. Desse modo, é necessário entender os vários processos de integração vertical³⁷.

De acordo com Sexton (1986), a integração vertical no cooperativismo é estimulada pelos seguintes fatores: a) redução de custos por meio de melhor poder de barganha na aquisição de insumos; b) melhoria da posição de barganha no mercado, em especial quando se trata de produtos perecíveis; c) ganhos de eficiência advindos da capacidade coordenadora das cooperativas; d) redução de riscos associados a ações conjuntas.

Uma organização cooperativa pode ter basicamente duas funções. A primeira busca a distribuição de resultados, isto é, as sobras aos seus membros, em dinheiro, no final do período contábil. Já a segunda objetiva resultados econômicos, os quais são distribuídos aos associados imediatamente com melhores preços de aquisição dos produtos agrícolas ou de venda de insumos e em forma de prestação de serviços de assistência técnica e outros (BIALOSKORSKI NETO, 2007).

36 Cooperativas de produção agropecuária destinam-se, essencialmente, a prover, por meio da mutualidade, o fomento relacionado às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. São formadas por produtores agrícolas, pecuários, pescadores e/ou extrativistas. Com modelos de negócios presentes em diversas cadeias produtivas de grãos, oleaginosas, fibras, carnes, lácteos e outras, são responsáveis pelas operações de fornecimento de insumos, classificação, armazenagem, processamento e comercialização dos produtos de seus associados, gerando economia de escala nos processos de compra e venda, promovendo a agregação de valor à produção e uma atuação menos assimétrica e mais concorrencial no mercado. Destacam-se também pela prestação de serviços de assistência técnica a transferência e o fomento de tecnologias aos cooperados (OCB, 2019).

37 A integração vertical é o processo de agregação de dois ou mais elos de uma cadeia de valor. Na produção de um determinado produto, a integração vertical ocorre quando uma cooperativa passa a controlar operações a montante ou a jusante.

A cooperativa proposta terá como objetivo norteador a primeira função, já que existe a necessidade de gerar renda para os pequenos produtores, para que assim saiam da pobreza e consigam almejar uma melhor qualidade de vida.

Em relação aos produtos comercializados, a cooperativa poderá trabalhar com o pinhão, já que poderá agregar valor por meio do selo de IG. Contudo, é preciso pensar em alternativas de produção quando o pinhão estiver em período de não comercialização, previsto na Lei Estadual de Santa Catarina nº 15.457, de 17 de janeiro de 2011, que proíbe a colheita de pinhão antes do dia 1º de abril, sendo proibido, ainda, antes desta data, seu transporte e comercialização. Essa proibição também se aplica ao pinhão destinado para sementeiras, assim como para alimento. O descumprimento do disposto nesta Lei incidirá em multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), revertida ao Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente - Fepema.

Uma alternativa para o período de entressafra é o armazenamento de estoque de pinhão em câmaras frigoríficas, para serem utilizados no decorrer do ano todo. A armazenagem desse produto se torna possível pela própria *expertise* cabocla, aprendida com os povos originários regionais – Kaingang e Xokleng/Laklaño -, que por milhares de anos, conservavam o pinhão em cestos por eles produzidos, em águas de montanhas, que geralmente são frias no decorrer de todo o ano, na região planaltina de Santa Catarina. Dessa forma, a partir da própria cultura cabocla regional, é possível manter a produção e atender ao mercado consumidor dos produtos dos cooperados.

Uma boa alternativa poderá ser a comercialização da erva-mate, em formato de sachês para chá ou embalagem para chimarrão e tereré. Tal produto deverá ser apresentado após uma pesquisa em relação à comercialização, oferta e procura, além de viabilidade de produção.

É possível pensar também em alimentos agroecológicos, já que sua comercialização é mais rentável para o produtor, dado o valor agregado ao produto sem agrotóxico, a exemplo da ovalha e da goiaba crioula. No entanto, a região permite vislumbrar outras possibilidades com alimentos agroecológicos, como a maçã, que é produzida comercialmente, sendo uma possibilidade plantá-la sem veneno, para outro tipo de mercado consumidor, o de produtos limpos de toxinas, da mesma forma,

pêssegos, caquis, uvas de altitude e mel silvestre orgânico, além, evidentemente, do próprio pinhão.

A cooperativa poderá produzir com pinhões embalagens *in natura* e alimentos processados, como sucos, licores, compotas, chás, tortas, massas de bolo, sorvetes, farofas, paçocas, entre outros. A definição dos produtos comercializados deverá seguir a viabilidade comercial juntamente com o valor do maquinário necessário, além de todos os trâmites referentes à inspeção dos órgãos competentes e à oferta do pinhão.

É importante salientar que, é a partir do planejamento da produção que fica menor a chance de se gerar expectativa nos associados para produzirem determinados produtos que se sobreponham à real demanda, o que pode gerar riscos em relação à produção excedente, podendo gerar um desgaste na relação entre cooperado e cooperativa.

Como já exposto, além da cooperativa com base na agroindústria, uma cooperativa de turismo e lazer seria viável na região, já que em Santa Catarina não existe nenhuma desse segmento.

A região do Contestado Caboclo apresenta um grande potencial para o turismo cultural e histórico por causa da Guerra do Contestado, chamado também de Turismo de Guerra (FRAGA, 2002). Além do mais, existem roteiros ecológicos nos quais a natureza é fascinante e com riqueza biológica, entretanto a infraestrutura turística, incluindo o acesso, serviços e hospedagem, é insuficiente ou simplesmente não existe, demandando um grande desafio, sobremaneira, de investimentos.

No entanto, há de se considerar que muitos turistas buscam a simplicidade e, mesmo, a hospedagem em casas de famílias, no caso, aqui, caboclas, para manterem uma relação mais próxima com o modo de vida da população. Para tal tipo de turista, a parca infraestrutura não se caracteriza como problema, mas sim como mais uma forma de se aventurar pelo mundo real e vivido.

No decorrer de todo o estudo, ficou claro que a região do Contestado Caboclo é rica em termos naturais, sociais e culturais e que sua maior imponência vem do mundo identitário do caboclo. Portanto, a cooperativa também poderá trabalhar com turismo e lazer, levando em consideração tudo o que a Guerra do Contestado pode trazer para a região nesse sentido.

O turismo pode ser definido de várias maneiras, contudo, todas levam diretamente ao conjunto de relações e fenômenos surgidos a partir dos viajantes e de suas estadias por um período, que se dirigem a outros lugares levando em consideração o prazer e a recreação. Já o termo Turismo de Guerra, criado por Nilson Cesar Fraga, em 2002 (FRAGA, 2002), pode levar a um certo receio, pois vivemos em uma sociedade que diariamente almeja a paz. Assim, uma proposta de turismo com esta nomenclatura poderia destoar da visão de mundo dos indivíduos.

No entanto, esse tipo de turismo é mais que se deslocar para regiões assoladas pelos conflitos deflagrados, como o caso do Iraque e da Síria, é, na verdade, fazer com que o turista esteja em contato com os locais onde ocorreram tais conflitos e que, atualmente, conservam os cenários desses acontecimentos como forma de manter viva parte de sua história, por meio de museus, mausoléus, cemitérios, monumentos, sítios arqueológicos, entre outros elementos destoantes na paisagem local (FRAGA, HOBAL, FERNANDES, 2006).

Acerca o potencial turístico do Contestado, Fraga (2019, p. 2) salienta que:

O turismo só é alavancado quando é dado ao turista o direito de ver tudo, de sentir tudo que seja real e tenha raízes profundas. As pessoas que nos visitam sabem o que vão encontrar, pois se informam antes e definem seus roteiros de encantamentos e descobertas. As multiculturalidades catarinenses incluem a cultura cabocla, pois ela chegou antes. O turismo na região possui nome e sobrenome - Contestado. Poucos lugares possuem indicações geográficas como o Contestado. Em Santa Catarina, essa é a indicação mais forte e real, pois a maior parte do Estado oferece invenções sem lastro de realidade vivida pelos povos (FRAGA, 2019, p. 2).

Entre os dias 26 e 27 de outubro de 2019, foi apresentada e debatida a proposta de criação da primeira cooperativa de turismo de Santa Catarina, preteritamente denominada de Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC, durante a realização do III Acampamento Caboclo, ocorrido no Rancho do Cafu, na Linha Cachoeira, no município de Timbó Grande-SC, evento realizado pela Associação Cultural Cabocla Filhos do Contestado – ACFC/TG, em parceria com este Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UEL.

A proposta, apresentação e defesa da Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC, idealizadas pelo professor Nilson Cesar Fraga, coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado, sediado na Universidade Estadual de Londrina, nas dependências do

Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL, teve como base a cultura cabocla predominante nas cidades que sedariam a cooperativa turística, a saber Timbó Grande, Lebon Régis, Matos Costa e Calmon, os quais são os municípios mais importantes no que concerne aos eventos belicosos da Guerra do Contestado, como centralização das operações do Exército brasileiro, espaço geográfico dos redutos de resistência cabocla durante os anos da guerra e a maior quantidade dos sítios históricos, geográficos e arqueológicos dos combates da referida guerra.

Como um novo produto regional, a Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC necessitava de uma marca para ser apresentada aos participantes do evento de lançamento, por conta disso, o professor Nilson Cesar Fraga, por meio do Observatório da Região e da Guerra do Contestado, apresentou a proposta que continha os ícones representativos da cultura cabocla e da Guerra do Contestado, para os municípios envolvidos (Figura 54).

Os Encantos Caboclos com centralidades turísticas, conjuntamente com um roteiro que envolve o epicentro da Guerra do Contestado, algumas araucárias estilizadas para representar a paisagem regional e, no centro, um punho vermelho que representa a bravura cabocla, saído de uma mira, representando a guerra, mas que coloca o ser humano caboclo no centro das questões turísticas regionais.

Assim, tudo se centraliza no homem e na mulher cabocla que, com base no que podem oferecer como produto turístico, buscam gerar renda, trabalho e riqueza para si nos municípios de abrangência.

ENCANTOS CABOCLOS

Roteiro da Guerra do Contestado



Visite e se encante com as Cidades Irmãs Caboclas:
MATOS COSTA, TIMBÓ GRANDE, LEBON RÉGIS e CALMON

Figura 53 – Logo da Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC.

Fonte: FRAGA, Nilson Cesar (2019). Observatório da Região e da Guerra do Contestado. Arte produzida na Gráfica da UEL (2019).

A apresentação contou com um inexorável indicativo, apresentado pelo professor Nilson Cesar Fraga, ao mencionar que a cultura cabocla conta com os espaços sagrados dos monges que passaram pelo Contestado e que os palcos mais importantes da Guerra do Contestado são uma exclusividade dos municípios de Timbó Grande, Lebon Régis, Matos Costa e Calmon, pois tais lugares histórico-geográficos só existem naquelas municipalidades.

Por conta dessas possibilidades turísticas, o referido professor auxiliou os municípios com a produção de dossiês técnicos que lhes permitiram conquistar adjetivações locais/regionais reconhecidas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sendo alcunhado para Lebon Régis o adjetivo/título de “Coração do Contestado”, em 2018, Matos Costa como a “Sentinela do Contestado”, em 2019, sendo que na mesma época foi apresentada a proposta de Timbó Grande ser a “Cabocla Catarinense”. Há, ainda, em discussão, a readjetivação de Calmon, que é alcunhada de “Capital da Hospitalidade”, por não remeter aos acontecimentos que

viveu durante a Guerra do Contestado e a sua cultura cabocla, propondo-se que seja a “Guerreira do Contestado”.

Há de se mencionar que, em julho de 2019, a Instância de Governança Regional Vale do Contestado, por meio de uma ação que contou com pouco mais de 30 representantes do segmento turístico regional, eliminou a designação Vale do Contestado, que passou a se chamar Vale dos Imigrantes. Em uma atitude pouco reflexiva, lançou os municípios caboclos ao silenciamento e a invisibilidade da sua cultura e existência no contexto regional, não apenas turístico, mas de maneira geral, ao dar ênfase aos imigrantes que reterritorializaram as terras ancestrais caboclas, no pós-guerra do Contestado.

Tais lamentáveis fatos geraram indignação regional, sobretudo nas cidades caboclas e nos meios científicos, dos pesquisadores que atuam na região. A Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC faz parte do processo de resistência e busca de caminhos para garantir que as cidades caboclas se mantenham como parte da coexistência dos povos que formam a região do Contestado. Em sua fala, no III Acampamento Caboclo, ocorrido em Timbó Grande, o professor Nilson Cesar Fraga fez dura defesa e alcunhou o termo de luta pela “coexistência da civilização cabocla” no conjunto regional. Tanto que em 9 de setembro de 2019 já havia entrado com processo no Ministério Público de Santa Catarina, por meio do “Dossiê Vale do Contestado” (FRAGA, 2019b), sendo o mesmo indeferido, em 20 de novembro de 2019.

A situação que envolveu essa nova tentativa de invisibilização e silenciamento do povo e da cultura cabocla repercutiu em todos os meios turísticos do estado, além de gerar debates políticos na Assembleia Legislativa e na mídia estadual (Figura 55).



Figura 54 – Região Excluída do Contestado.

Fonte: Jornal A Semana, edição 1875. Curitiba, SC, 09 de novembro de 2019.

A partir da proposta do professor Nilson Cesar Fraga lançada no III Acampamento Caboclo, os debates foram se ampliando, tanto quem em novembro de 2019, na sede do Instituto Federal Catarinense – Campus de Fraiburgo, foi realizado um evento com organizações sociais da Região do Contestado, que lançaram o Fórum Regional em Defesa da Civilização e Cultura Cabocla (Figura 56), pois o ato de eliminação do Vale do Contestado representa profundos danos para as comunidades caboclas, sobretudo no que concerne as possibilidades turísticas para os municípios aqui tratados.

FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA CIVILIZAÇÃO E CULTURA CABOCLA



Figura 55 – Logo do Fórum Regional em Defesa da Civilização e Cultura Cabocla.

Fonte: Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UEL, concepção de Nilson Cesar Fraga. Arte: Gráfica UEL, 2019.

Os desafios para o Contestado Caboclo são muitos, ultrapassam as possibilidades turísticas, pois há todo um processo histórico de eliminação dessa população, que sempre serviu de mão de obra barata para a elite e a burguesia regional, tanto que sua ascensão social, por meio da cultura, nos últimos anos, acabou levando a eliminação do Vale do Contestado, como produto turístico.

Acredita-se que, em vez de suprimir parte dos municípios da governança turística regional, seus agentes políticos deveriam repensá-lo e ampliá-lo, combatendo

seus efeitos danosos e buscando formas de turismo autodeterminados e favoráveis para as populações tradicionais, sendo uma atividade mercadológica comprometida com as gerações futuras, gerando renda, trabalho e riqueza para todos os grupos humanos que coexistem na região da Guerra do Contestado ou simplesmente em todo o Contestado, regionalmente.

Nesse ponto, a Cooperativa Turística Encantos Caboclos e Roteiro da Guerra do Contestado – CTEC é uma alternativa para enfrentar as diferenças, as dificuldades e os próprios preconceitos regionais, permitindo que a população das cidades caboclas se façam sozinhas, garantindo seu próprio futuro.

Afinal, de acordo com a OCB (2019), as cooperativas de turismo e lazer podem oferecer serviços de entretenimento, esportes, artes, eventos, hotelaria, viagens nacionais e internacionais, entre outros, possibilitando também a organização de trabalhadores para prestar atendimento a turistas, por exemplo, possuindo em seus quadros de associados, proprietários de hotéis ou pousadas agentes de turismo, guias e demais profissionais que se integram de forma organizada, padronizada e planejada.

O intuito da proposta da cooperativa é também de consolidar um roteiro turístico diferenciado no Contestado Caboclo, organizado com foco no turismo em áreas naturais e suas diversas modalidades, como turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo cultural e turismo de guerra. Há também a possibilidade de ter a modalidade de turismo urbano, com hospedagem nas cidades caboclas, nas quais o visitante poderá vivenciar *in loco* a cultura local.

À medida que ocorrer a concretização desta cooperativa no eixo de turismo e lazer, como no agroindustrial, será gerado o crescimento econômico da região em serviços e empregos, além de novas oportunidades de negócios e investimentos. A semente desta proposta está lançada a partir desta pesquisa e suas proposições, cabendo agora a outros pesquisadores, assim como a comunidade em geral, criar mecanismos e possibilidades a partir das raízes pautadas nas atividades elencadas, de maneira sustentável e de acordo com os princípios cooperativistas.

Diferente das possibilidades turísticas apontadas, há um fator limitador da cooperativa agroindustrial, que está vinculado à necessidade de um local para armazenagem dos produtos, já que os estoques não se limitam apenas aos produtos

acabados, mas também à necessidade de local para armazenar em condições adequadas a matéria-prima.

Já ficou claro que existe um problema de conexão entre os municípios, dada a precariedade ou inexistência de estradas asfaltadas e, mesmo, as estradas de terra, com boas condições de tráfego. Portanto, em qual localidade poderia ser a sede e o estoque da cooperativa?

É necessário pensar em vários fatores importantes para essa definição, desde locais que ofereçam uma mínima infraestrutura, valor de aluguéis, oferta de matéria-prima, mão de obra, logística, entre outros. Esse processo de planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz de produção e armazenagem dos produtos e serviços da cooperativa tem como objetivo atender às necessidades dos associados e clientes, além de ser uma maneira de reduzir custo e aumentar o lucro.

Diferentemente da sede da cooperativa voltada para o Turismo e Lazer, a qual pode ser em qualquer uma das quatro cidades, a cooperativa do ramo agroindustrial precisa ter a consciência que lidará com produtos oriundos dos quatro cantos do Contestado. Assim, a proposta é de que a sede administrativa e de produção seja no município de Lebon Régis, já que é a cidade que tem a média de distância mais próxima das outras, como demonstra a Tabela 24. Porém, também existe a necessidade de postos de recebimento em Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, para inserir a bandeira da cooperativa em todos os territórios que ela poderá atuar, passando e mantendo uma ideia de pertencimento.

Tabela 24 – Distância, em quilômetros, entre as cidades de Calmon, Matos Costa, Timbó Grande e Lebon Régis.

CIDADES	Calmon	Matos Costa	Timbó Grande	Lebon Régis
Calmon	X	19	158	68
Matos Costa	19	X	175	85
Timbó Grande	158	175	X	90
Lebon Régis	68	85	90	X

Fonte: Google Maps (2020).

Organizado por: OLIVEIRA, Dean Gomes de (2020).

As discussões sobre o cooperativismo no Contestado devem ser realizadas a partir do esforço entre os órgãos de representação, gestores, produtores rurais, donos de hotéis e pousadas, órgãos públicos e pesquisadores, para definir o real perfil da

futura cooperativa e conquistar a credibilidade do cooperativismo junto da sociedade. Já o papel da academia nesse emaranhado de esforços poderá ser representado com “programas de incubadora”, projetos de apoio e capacitação voltados aos gestores e demais membros de cooperativas, pesquisas, entre outros objetivos de criar e dinamizar as possibilidades de sucesso das cooperativas.

Assim, enquanto são promovidos cursos de reconhecimento e capacitação nas comunidades, motiva-se a permanência do homem no campo ou nas quatro cidades, já que o cooperativismo possibilita a entrada de recursos externos no município, gerando empregos diretos e indiretos, além de trabalho não agrícola.

A Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” pode significar a abertura de uma nova maneira de se pensar na geração de empregos e renda nos pequenos municípios do Contestado, assim como em um período de médio ou longo prazo ocorrer a criação e integração de outras cooperativas que busquem a melhoria no acesso ao crédito, à irrigação, a maquinários, à saúde, à telefonia, à eletrificação, ao consumo, a seguros, ao turismo, à habitação, ao transporte e ao ensino, segundo conveniências e interesses dos associados e da comunidade de um modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a região do Contestado têm demonstrado não apenas um território que foi assolado por uma guerra sangrenta e hostil e silenciado pela própria República, mas um local repleto de sobreviventes do massacre que têm um propósito já secular, que é o de ser reerguer e se tornar visível nessa sociedade que exclui a cultura oriunda do povo caboclo.

Compreender, definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar o Contestado Caboclo em um contexto multifacetado e pluridimensional permite revelá-lo de uma forma singular, levando em consideração os aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos e econômicos. Logo, tal análise possibilita criar subsídios teóricos e metodológicos para a proposição da ruptura do subdesenvolvimento da região, por meio da criação de uma IG e uma cooperativa.

Em um primeiro momento, ao iniciar o projeto de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina em 2016, pensava-se no cooperativismo como uma alternativa eficaz para a geração de emprego, renda e oportunidades, já que as cooperativas são fortes e atuantes no estado de Santa Catarina. Contudo, a riqueza natural e todos os produtos do Contestado levaram à reflexão acerca da criação de um selo de IG, para assim atribuir um maior valor agregado à produção que cresce nessa terra que para muitos é sagrada.

A região do Contestado Catarinense e seus moradores são desafiados diariamente, pois buscam sobreviver com dignidade em um território devastado por causa da baixa distribuição de renda e, ao mesmo tempo, procuram guardar as memórias culturais de sua família e de sua comunidade, já que os pinus avançam muito pelos caminhos seculares que, um dia, foram palco de um dos mais violentos conflitos e combates entre militares e caboclos.

Desse modo, levando em consideração o percurso histórico-geográfico da formação socioespacial do Contestado, identificou-se os municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, todos pertencentes à AMARP, como as municipalidades que apresentam as menores taxas de IDMS do estado, tornando-os objetos do presente estudo.

A trajetória histórico-geográfica desses municípios permitiu a compreensão da relação da Guerra do Contestado com o processo de formação socioespacial, assim

como o entendimento de toda a complexidade do subdesenvolvimento, que é marcado pela falta de infraestrutura de transporte, saúde, cultura, esporte e emprego, em razão de poucos ou até mesmo inexistentes projetos de políticas públicas governamentais do âmbito estadual e federal. Dessa maneira, é necessário o desenvolvimento de relações entre os atores locais e sua capacidade de fomentar atividades econômicas baseadas na diferenciação, como é o caso do pinhão do Contestado e sua IG.

Dentre tantos sabores do Contestado, o pinhão é o que mais representou o povo caboclo, já que é um alimento rico em calorias e sabor, além de ser a semente da árvore mais deslumbrante da paisagem cabocla, a Araucária. Tipicamente sulista, o pinhão é capaz de proporcionar uma gama de outros produtos, revelando-se como uma boa inserção no mercado consumidor, tanto *in natura* como de forma processada, como massas de bolo, paçocas e sorvetes.

Quando é tratado do processo de reconhecimento de IG no Brasil, o INPI é o responsável, dando reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local de duas maneiras. A primeira ocorre por meio da Indicação de Procedência (IP), pela qual a localidade se torna conhecida como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já a outra se dá pela Denominação de Origem (DO), que traz mais detalhes como qualidade, estilo e sabor, sendo relacionada também com a terra, com as pessoas e com a história da região.

Para o selo de IG Cabocla, tendo o pinhão como principal produto, propõe-se, primeiramente, um selo de IP e, posteriormente, uma DO, já que são necessários mais estudos sobre o tema, além da consolidação e aceitação da IG no âmbito regional, nacional e internacional.

Tal cronograma foi pensado em razão de os consumidores reconhecerem a IG como um indicador de qualidade e se mostrarem dispostos a pagar mais por essa diferenciação. Além disso, o cliente acredita que a certificação oferece mais segurança e confiança ao produto adquirido. A partir desses atributos diferenciais, é possível direcionar este produto para nichos específicos de mercado e agregar valor aos produtos do Contestado Caboclo.

Ao mesmo tempo em que os produtos da IG reduzem as incertezas dos clientes em relação à qualidade, cria-se um elemento central de estratégia: o princípio de que somente nos produtos dessa IG ou cooperativa podem ser encontradas

características físicas e culturais de um território que foi palco de uma guerra e ainda conserva sua tradição. Ou seja, mesmo diante de toda segmentação do mercado de alimentos e da elevação no padrão de qualidade, acredita-se que a estratégia de diferenciação dos produtos baseados na tipicidade e qualidade, afirmados pela identidade, torna-se um importante vetor de desenvolvimento territorial.

O cenário que será criado vai requerer novas políticas públicas territoriais que busquem valorizar a produção diversificada e de alta qualidade, possibilitando a agregação de renda aos pequenos produtores familiares que, com dificuldades de competir no setor de alimentos com a produção em larga escala, ajeitam-se no mundo capitalista da forma que podem, dentro das suas condições socioculturais e ambientais.

O selo IG Caboclo pode se constituir em uma alternativa bem-sucedida de desenvolvimento regional, pois se trata de uma estratégia que privilegia tanto a história do povo caboclo como o território em si, valorizando a cultura e a paisagem local, o sabor e a resistência secular.

Sendo assim, o próprio desenvolvimento local com base na IG conseguirá comportar os aspectos marcantes da identidade territorial e de valorização do ambiente natural e cultural. A organização da comunidade terá um papel norteador nesse contexto, pois terão nas suas próprias raízes o alimento para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o cooperativismo ajudará a reforçar a IG pela sua própria notoriedade no contexto estadual e nacional, já que sua organização apresentará e organizará não unicamente os interesses da IG, mas também dos demais setores interessados no desenvolvimento territorial, como os ramos do turismo e do lazer, do comércio e do transporte.

A região sofreu com a ação de agentes de outras territorialidades, levando a partilhas de terras, com o ideário de branqueamento civilizacional do povo por meio da imigração europeia. Com base nisso, a Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” no ramo de Turismo e Lazer proporcionará ao povo caboclo uma visibilidade no cenário turístico de Santa Catarina, revelando um mundo diferente da soberba do litoral, capaz de deixar claro que a região pseudoeuropeia possui uma cultura rica, cheia de sabores e encantos mesmo sendo assolada pelo esquecimento.

Na construção desta pesquisa, muitas ideias foram debatidas buscando entender toda a dinâmica do entorno da região, contudo, todo o processo proposto pela tese dependerá da organização da cooperativa e das vantagens competitivas que a IG pode proporcionar. Vale salientar que essas vantagens não são baseadas apenas em insumo baratos, mas na qualidade dos produtos e na sua diferenciação perante o restante do mercado, como na utilização da agricultura agroecológica que levará uma alimentação mais saudável para a mesa da população.

Ao entender toda a dinâmica e os produtos caboclos, chega-se à conclusão de que a Cooperativa Familiar “Quatro Irmãs do Contestado” também pode ter a nomenclatura de Cooperativa Agroecológica Artesanal “Quatro Irmãs do Contestado”, pois sua produção levará produtos de origem agroecológica e terá valor agregado de forma mais artesanal a agroindustrial, por exemplo.

No Brasil, a proposição de uma IG aliada ao cooperativismo ainda é recente e as distintas referências apresentadas demonstram que existe um longo caminho a ser percorrido para sua consolidação e popularização. Dessa forma, tanto o desenvolvimento como a consolidação da IG Cabocla dependerão do empenho em recursos humanos, técnicos e financeiros por parte das instituições competentes.

Assim, o acesso a políticas de incentivo às IGs, a divulgação do tema e o engajamento de instituições de ensino, empresas de pesquisa e de fomento às atividades agropecuárias são essenciais para que a IG se torne, efetivamente, uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, em especial, para os meios rural e urbano dos pequenos municípios.

Sabe-se que o estudo é um exercício de prospecção, como forma de provocação para a reflexão e o aprofundamento de debate regional acerca da IG e do cooperativismo. Não há a pretensão de apresentar as IGs registradas no INPI como modelo a serem seguidas, mas objetiva-se demonstrar que as diferentes realidades socioeconômicas, culturais e ambientais brasileiras, além do produto diferenciado, são importantes na consolidação das IGs no Brasil. No entanto, não se pode negar que o pinhão também foi escolhido como primeiro produto da IG Cabocla dada à sua originalidade, em especial, sua relação com o povo sulista.

Também foi possível perceber que os municípios já carregam consigo características marcantes que os tornam singulares no contexto da Guerra do Contestado. Lebon Régis representa o coração, Calmon a fênix, Timbó Grande o

caboclo e Matos Costa a sentinela, todas expondo o que há de melhor do povo caboclo, graças à sua resistência cultural, resiliência e esperança de um futuro onde haja a coexistência desses povos.

Por fim, se entende que a cultura cabocla ainda está preservada graças ao seu isolamento, pois a falta de rodovias adentrando o território caboclo de um lado pode levar ao desenvolvimento regional integrando as regiões do estado, mas, do outro, pode perder a essência secular, com detrimento da identidade cultural, isto é, os costumes e as tradições podem ser substituídas por outras trazidas pelo “desenvolvimento” trazidos pelas rodovias.

A presente tese planta uma semente de oportunidade, cujos frutos podem levar desenvolvimento a essa região tão memorável do estado de Santa Catarina e, em linha de continuidade, pode-se dizer que se configura como uma temática relevante de investigação futura.

Portanto, saber se a IG Cabocla e a Cooperativa Familiar “Quatro Irmãos do Contestado” serão estratégias efetivas para o desenvolvimento da região e se o seu sucesso se dará pelos aspectos sociais, mercadológicos, político-ideológicos ou de outra natureza ficará a cargo de outros trabalhos de cunho acadêmico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma extensão para a agricultura Familiar**. Brasília: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1997.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGUIAR, Mariana Martinhago. Herança gastronômica deixada pelos tropeiros na região da Coxilha Rica, Lages-SC. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/989/Mariana%20Martinhago%20-%20TCC%20Gastronomia%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. IN: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Braga; MORELLI, Gustavo; SACHS, Ignacy (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muñiz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras** – Revista de História da UFGD. Dourados, v. 10, n. 17. p. 55- 67, 2008.

ALMEIDA, Andreia Cristina Rresende. Indicação Geográfica: a produção de cachaça em Paraty- BR e a elaboração de salame em Colônia Caroya – AR. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, p. 166, 2015.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 31, p. 499-508, 2009.

ANJOS, Lucas Costa dos. **Do global ao doméstico: regimes de proteção às indicações geográficas, produção tradicional e desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – BH, p. 138, 2016.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Lebon Régis**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lebon-regis_sc. Acesso em: 14 jul. 2020.

BARBIERI, José Carlos; CHAMAS, Cláudia Inês. O acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs) e as políticas públicas de saúde e de defesa da biodiversidade. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n. 1, p. 25-49, 2008.

BARNI, Euclides João *et al.* **Potencial de mercado para goiaba serrana catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2004.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **La géographie: méthodes et perspectives**. Paris: Masson, 1971.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007.

BITTENCOURT, Adgar. **Adeodato Vancê é o nosso “último” chefe**. Guerra do Contestado, uma visão holística. Joaçaba: Ed. do Autor, 2012.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestado à colonização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, p. 316, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República: Brasília, DF, 1988.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário Oficial da União, 1996.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 143, n. 179, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen époque de Philippe II**. Paris: Flammarion, 1966.

_____. **Grammaire des civilisations**. Paris: Flammarion, 2013.

BRUCH, Kelly Lissandra. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. (Org.). **Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania**. 1 ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

BRUCH, Kelly Lissandra. Tradição e cultura preservadas: indicações geográficas são meio para assegurar reconhecimento aos diferenciais de uma região produtora. **Jornal Bon Vivant, Flores da Cunha: Século Novo**, p. 12, jan./fev. 2009.

BRUCH, Kelly Lissandra; COPETTI, Michele. Evolução das indicações geográficas no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Viticultura e Enologia**, v. 2, p. 20-40, 2010.

BRUCH, Kelly Lissandra *et al.* Indicações geográficas e outros sinais distintivos: aspectos legais. In: CERDAN, C. M. et al. (Org). **Curso de propriedade intelectual**

& inovação no agronegócio: módulo II, indicação geográfica. Brasília: MAPA, Florianópolis: SEaD/UFSC/ FAPEU, 2010.

BRUCH, Kelly Lissandra; DEWES, Homero. A relação entre os signos e o vinho na história. **Revista Jurídica do CESUCA**, v. 1, n. 1, jul/2013. p. 151-173.

CALDAS, Alcides dos Santos; CERQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 7, n. 11, 2007.

CALDAS, Alcides dos Santos. As denominações de origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 5, n. 8, 2009.

CAMARGO, Cristiane Paes de. A agricultura familiar e o desenvolvimento socioeconômico no município de Matos Costa-SC. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, n. 3, p. 53-66, 2019.

CAMPOS, André Tibau. A Proteção das Indicações Geográficas nos Países do Mercosul. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) - Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro - RJ, p. 207, 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CARTA DO TIMBÓ GRANDE, CONTESTADO, SANTA CATARINA. Timbó Grande, 100 anos do Massacre de Santa Maria, 30 de março de 2015. Disponível em: <<http://desacato.info/carta-do-timbo-grande-contestado-santa-catarina/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

CLAVAL, Paul. The region as a geographical, economic and cultural concept. **International Social Science Journal**, Oxford, v. 39, n. 2, p. 159- 172, 1987.

COELHO-COSTA; E. R. As Indicações Geográficas (IGs) como elementos fortalecedores para a atividade turística. **Revista Turismo: estudos e práticas**, v. 3, n. 1, 2014.

CONVENÇÃO DE PARIS, 1883. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and1263-94.pdf.
 Acesso em: 09 mai. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

COSTA, Fábio Rodrigues; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas-apontamentos preliminares. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 1, n. 2, 2010.

COSTA, Bianca Aparecida Lima *et al.* As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

CUNHA, Camila Biral Vieira da. **Indicações geográficas: regulamentação nacional e compromissos internacionais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, p. 272, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BUTTENBENDER, Pedro Luis. **Gestão, Inovação e Desenvolvimento**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da região fronteira noroeste. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

_____. Território e desenvolvimento sustentável: Indicação Geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 42-59, 2012.

_____. **O Território, Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional**: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LIBERARS, 2013.

DANNER, Moeses Andriago *et al.* O cultivo da araucária para produção de pinhões como ferramenta para a conservação. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 32, n. 72, p. 441, 2012.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DICKINSON, Robert. **The regional concept**: the AngloAmerican leaders. London: Routledge & Keagan Paul, 1976.

DROIT, Roger-pol. **Michel Foucault, Entrevistas**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

DUCROQUET, Jean-Pierri Henri Joseph.; RIBEIRO, Pedro. A goiabeira serrana: velha conhecida, nova alternativa. **Agropecuária Catarinense**, v. 4, n. 3, p. 27-29, 1991.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Produção de Frangos de Corte. 2003. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/SP/aves/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Entrevista com Roberto Lobato Corrêa. **Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis**, n. 01, p. 01-14, jun/2005. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01-/entrevista.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Projeto da Epagri quer popularizar a goiaba-serrana no Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/03/20/projeto-da-epagri-quer-popularizar-a-goiaba-serrana-no-brasil/>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **Calmon**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/calmon.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

EXTRA GUARAPUAVA. **Venda do pinhão só é permitida a partir de 1º de abril**. 2018. Disponível em: <<https://www.extraguarapuava.com.br/noticia/venda-do-pinhao-so-e-permitida-a-partir-de-1o-de-abril>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo – políticas públicas**. Brasília: INCRA/MDA/NEAD, 2008. p. 39-66.

FERREIRA, Helena Freitas. Historiografia contestada: Reflexões acerca de alguns discursos e representações dos sujeitos atuantes na Guerra do Contestado. **Revista Santa Catarina em História**, v. 1, n. 1, p. 86-98, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial – guerra do Contestado (1912-1916). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**, 2002, ano 1, n. 1, p. 43-76.

_____. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. **Paraná, Espaço e Memória** – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, p. 228-255, 2005.

_____. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Meio

Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p.188, 2006.

_____. **Contestado em Guerra:** 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

_____. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). **100 Anos do Contestado:** memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, p. 369-392.

_____. **Matos Costa, desde São João dos Pobres, um brilhante município planaltino no Contestado catarinense.** 2013. Disponível em: <http://desacato.info/matos-costa-desde-a-sao-joao-dos-pobres-um-brilhante-municipio-planaltino-no-contestado-catarinense/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **Timbó Grande, o último reduto** – Município planaltino do Contestado Catarinense, cidade das meninas de lábios de mel. 2014. Disponível em: <http://desacato.info/timbo-grande-o-ultimo-reduto-municipio-planaltino-do-contestado-catarinense-cidade-das-meninas-de-labios-de-mel/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

_____. **Vale da Morte:** o Contestado visto e sentido - "entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná". Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2015.

_____. **Semana do Centenário do Massacre de Santa Maria, Timbó Grande** (22 de março de 2015). Disponível em: <http://desacato.info/semana-do-centenario-do-massacre-de-santa-maria-timbo-grande/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). **Geografia do Contestado:** 50 anos de fazer Geográfico. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29- 44.

_____. **Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas.** Florianópolis: Editora Insular, 2016.

_____. **Contestado, o território silenciado.** Florianópolis: Insular, 2017a.

_____. **Contestado:** redes no Geográfico. Florianópolis: Editora Insular, 2017b.

_____. **Territórios e Fronteiras:** (Re)arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2017c.

_____. Araucaria angustifolia - ganância, imediatismo e extermínio na região do Contestado. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). **Contestado, o território silenciado.** 2ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2017, p. 269-296.

_____. Território e Silêncio: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas**. 2ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 73-90.

_____. **A Cidade Coração do Contestado, história, presente e desafios**. 2018. Disponível em <<http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2018/01/25/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado-por-nilson-cesar-fraga/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Coração do Contestado: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado** (29 de janeiro de 2018). Disponível em: <<http://desacato.info/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **Coração do Contestado: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado**. 2018. Disponível em: <<http://desacato.info/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. Geografias de tempos de dominação e barbárie: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Organizadores: Flamarion Dutra Alves *et al.* Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019a, p. 84-114.

_____. **Dossiê Vale do Contestado**. Ouvidoria do Ministério Público de Santa Catarina. Manifestação n. 20.28.1308.0029282/2019-16, 2019b, 38 p.

_____. **Vale do Contestado, uma morte anunciada, em julho de 2019, pelos que não aceitam a existência da cultura cabocla**. 2019. Disponível em: <<http://desacato.info/vale-do-contestado-uma-morte-anunciada-em-julho-de-2019-pelos-que-nao-aceitam-a-existencia-da-cultura-cabocla/>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. **Vale do Contestado, uma morte anunciada, em julho de 2019, pelos que não aceitam a existência da cultura cabocla** (02 de setembro de 2019). Disponível em: <<http://desacato.info/vale-do-contestado-uma-morte-anunciada-em-julho-de-2019-pelos-que-nao-aceitam-a-existencia-da-cultura-cabocla/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. Geografias de tempos de dominação e barbárie: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: ALVES, Flamarion Dutra *et al.* (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

_____. **Entrevista concedida ao autor**. Londrina, 14 de abril de 2020.

_____. **Território do Contestado - Sul do Brasil: a Civilização Cabocla e a Guerra do Contestado.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AvWvpdJIP1s&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0DJaojAi1g206V5BtzNS3aTo7Yut3jYE30HuaXQavVDEJTUuw3qLBjAA>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FRAGA, Nilson Cesar; HOBAL, Michele Aparecida; FERNANDES, Rafael Carlos Prieto. Turismo de Guerra – o roteiro turístico como elemento de desenvolvimento local e regional para o interior na perspectiva de que o “Brasil oferece mais do que praias e carnaval”. Curitiba. **PerCurso: Curitiba em Turismo**, Faculdades Integradas Curitiba, a. 5, n. 5, 2006, p. 137-186.

FRAGA, Nilson Cesar; GOLÇALVES, Cleverson. Timbó Grande, o último reduto do Contestado: um território de muitas batalhas. In: **Contestado: cidades, reflexos e coisificações geográficas**. Org. FRAGA, Nilson Cesar. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma guerra secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 143-157, 2017.

G1 GLOBO SC. **MST invade área onde funcionava madeireira em Calmon, no Oeste.** 2017. <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/mst-invade-area-onde-funcionava-madeireira-em-calmon-no-oeste.ghtml>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GALLOIS, Lucien. **Régions naturelles et noms de pays: étude sur la région parisienne.** Paris: Armand Colin, 2013.

GAZETA DO POVO. **Está proibido comprar e vender pinhão antes de domingo no Paraná.** 2018. Disponível: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/esta-proibido-comprar-e-vender-pinhao-antes-de-domingo-no-parana-8zvj0jvnbxk5sjvse4bj35e42/>>. Acesso: 28 jun. 2020.

GEMELLI, Diane Daniela. **Expressões territoriais do monocultivo de pinus em Calmon/SC.** In: XVIII ENG, ANAIS, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIELDA, Monique F. A comida como traço étnico da cultura cabocla no limiar do século XXI. **Revista Grifos**, v. 18, n. 26, p. 17-30, 2009.

GIESBRECHT, Hulda Oliveira; MINAS, Raquel Beatriz Almeida de. **Indicações Geográficas Brasileiras: cachaça.** Brasília: Sebrae, INPI, 2016.

GLASS, Rogério Fabrício; DE CASTRO, Antônio Maria Gomes. As indicações geográficas como estratégia mercadológica no mercado de vinhos do Distrito Federal. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 2, 2011.

GLIESSMAN, Stephen R. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal. In: GLIESSMAN, S. R. (Ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: SpringerVerlag, 1990. p.366-399.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-454, 2012.

GRISA, Cátia. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate. Rio de Janeiro**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GROSS, Cristina Buratto. **Os “Escolhidos E Os Escorraçados”, os Povos Tradicionais e a Formação Sócio-Espacial de Santa Catarina**: Rompimentos das Invisibilidades de Caboclos e Caboclas do Contestado na Serra Acima, Pescadores e Pescadoras do Litoral na Serra Abaixo. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, p. 156, 2019.

GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, V. (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **RS- Latifúndio e identidade regional**. São Paulo: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no Nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Morte e Vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In. SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do Espaço e Redefinições Regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005, p. 09-34.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

_____. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Brasil**: questões atuais de organização do território. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 367-415.

_____. **Regional-Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 25, n. 1, 1999.

HERBERTSON, Andrew John. The major natural regions: an essay in systematic geography. **The Geographical Journal**, London, v. 25, n. 3, p. 300-312, 1905.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991.** Brasília: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 1991.** Brasília: IBGE, 2010.

_____. **Censo Agropecuário de 2017.** Brasília: IBGE, 2017.

_____. **Cidades.** Brasília: IBGE, 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2020. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável. 20019. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/index/index/ano/2019>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

INAO - Institut National des Appellations d'Origine. Cahiers des Charges. Disponível em: <<http://www.inao.gouv.fr>>. Acesso em: 04 mai 2020.

JAYME, Naibi Souza; SILVEIRA, Heitor Matos da. Terra Infama de sangue caboclo, o cenário natural da guerra no Contestado, Santa Catarina. IN: FRAGA, Nilson Cesar (Org). **CONTESTADO: cidades, reflexos e coisificações geográficas.** Editora Insular, 2016.

KAISER, Jakzam. **Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense.** Florianópolis: Editora Letras Brasileiras, 2012.

KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. **Gestão estratégia de marcas.** São Paulo: Prentice Hall, 2006.

KINDLEBERGER, Charles. **Desenvolvimento econômico.** Nova Iorque: McGraw-Hill, 1976.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: a edição do novo milênio.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KROLOW, Ana Cristina Richter. Geléia de Uvaia. **Embrapa Clima Temperado- Comunicado Técnico (INFOTECA-E)**, 2009. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/746973/1/comunicado228.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2020.

KRÜCKEN-PEREIRA, Lia. **O processo de valorização de produtos alimentícios através das denominações de origem e qualidade: uma abordagem de gestão do conhecimento**. 2001. p.167. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2ª. ed. Tradução e Prefácio de Fernandes Martins, Lisboa: Cosmos, 1950.

LAUSCHNER, Roque. Cooperativismo e agricultura familiar. 1994. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooper-e-agric-familiar.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEGENDRE, Gislaine. Las apelaciones de origen en Francia y el Instituto Nacional de Apelaciones de Origen (INAO). In: **Seminario Internacional de Denominaciones de Origen**, 1. Buenos Aires, 1995.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LEOPOLDINO, Cândida Joelma. Elementos conceituais e históricos do cooperativismo. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 11, n. 20, p. 141-156.

LIMA, Francisca Dantas *et al.* Indicação Geográfica: agregação de valor aos produtos amazônicos. **T&C Amazônia, Ano V**, n. 11, p. 42-48, 2007.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p. 222, 2016.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 25-39, jan./jun. 2004.

MAIOCHI, Geraldini Marques. **Uvaia: super dose de vitamina C**. 2009. Disponível em: < <https://apremavi.org.br/uvaia-super-dose-de-vitamina-c/> > . Acesso em: 01 mai. 2020.

MULTIRIO. **A Guerra do Contestado**, por Jeanne Abi-Ramia. Disponível em:<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11064-a-guerra-do-contestado>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MARCONDES, Heverzita Fortes. **História da Terra e da Gente de Palmas**. In: Revista Educação Hoje. Ed. Especial. V. 3. Palmas: FAFI, 1977.

MARQUES, Paulo Parente; ANTONIAZZI, Lucas. O uso das indicações geográficas como instrumento de proteção e desenvolvimento da agricultura brasileira. In: PLAZA, C. M. C. A. et al. (Eds.). **Propriedade Intelectual na Agricultura. Belo Horizonte: Fórum**, 2012. p. 343–366.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 059-105, 2015.

MAURER JUNIOR, Theodoro Henrique. **O cooperativismo**: uma economia humana. São Paulo: Ed. Pioneira-Metodista, 1966.

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

NOTÍCIA HOJE. **Tragédia**: quatro mortos em acidente na SC 135, entre Caçador e Calmon. Disponível em: <<https://noticiahoje.net/tragedia-quatro-mortos-em-acidente-na-sc-135-entre-cacador-e-calmon/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 1996.

_____. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro – 2019**. Brasília: OCB, 2019. Disponível em: <<https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo-2019>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **História**. 2020. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OCESC – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/secao/institucional>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

OLIVEIRA, Beneval de. **Planaltos de frio e lama**: os fanáticos do contestado: o meio, o homem, a guerra: ensaio de história. Florianópolis: FCC, 1985.

OLIVEIRA, Dean Gomes de. **Coamo e Coagel: Expansão e Formação Do Cooperativismo Agroindustrial na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR.

OLIVEIRA, Émerson Dias; FRAGA, Nilson Cesar. Lebon Régis/SC, da vivência cabocla no Contestado ao sufocamento na lógica agrário-capitalista. **Revista Tamoios**, v. 12, n. 2, 2016.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: módulo II, indicação geográfica. Florianópolis: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/FUNJAB, 2014.

PINHO, Diva. Lineamento da legislação cooperativa brasileira. **Manual de Cooperativismo**, v. 3, p. 1-15, 1996.

PORTO, Edilson. Lebon Régis é por lei a Cidade Coração do Contestado. 2018. Disponível em: <<http://jornalcaboclo.com.br/index.php/2018/01/14/lebon-regis-e-por-lei-a-cidade-coracao-do-contestado-por-edison-porto/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON. **Calmon**. 2017. Disponível em: <<https://www.calmon.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/63922>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS. **História do Município**. 2020. Disponível em: <<https://www.lebonregis.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/107313>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE. **Notícias**. 2015. Disponível em: <<https://www.timbogrande.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/55024>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

REIS, Livia Liberato De Matos. **Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador - BH, p.270, 2015.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. v.8, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.161-189.

RONDON FILHO, Edson Benedito. Resenha de “Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)”. **Sociologias**, v. 13, n. 28, 2011.

ROSSETO, Santo. História da Região Oeste. **CEOM**, v. 1 (1986) e reeditado no v. 4, (1989).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664**, n. 1, p. 23-34, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SAQUET, Marcos Aurelio *et al.* **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

SEXTON, Richard J. Cooperatives and the forces shaping agricultural marketing. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 68, n. 5, p. 1167-1172, 1986.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012.

SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. Indicações geográficas e estratégia territorial competitiva: estudo comparado Brasil x Espanha. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, p. 193, 2014.

SILVEIRA, Heitor Matos da; FRAGA, Nilson Cesar. Fogo de (no) chão: pinhão, quirera e chimarrão—a comida como base cultural da Região do Contestado. **Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 1, n. 1, p. 303-327, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo: uma alternativa econômica**. Rio de Janeiro: CECRERJ, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. _____ . Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Celia Martins. Primeira Denominação de Origem Brasileira é Concedida ao Arroz do Litoral Norte Gaúcho. 2010. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=11974>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SILVA, Camila Vieira da; REIS, Maurício Sedrez dos. Produção de pinhão na região de Caçador, SC: aspectos da obtenção e sua importância para comunidades locais. **Ciência Florestal**, v. 19, n. 4, p. 363-374, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STRASBURG JÚNIOR, Carlos Edson. **Da importância das indicações geográficas no atual contexto da empresa agrária**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, p. 136, 2013.

TEIDER, Tania Mara Muller; FRAGA, Nilson Cesar. O Contestado Vive! Entre o espaço sagrado de João Maria e o Assentamento Contestado, resistências sobre a invisibilidade secular na Lapa-PR. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, p. 184-198, 2017.

TEIXEIRA, Cassiano Golos. Proteção internacional de marcas. **Revista Brasileira de Direito Internacional - RBDI**, v. 4, n. 4, p. 278-294, 2006.

THOMÉ, Nilson. **Guerra Civil em Caçador**. Caçador: FEARPE, 1984.

_____. **A Formação do Homem do Contestado e a Educação Escolar – República Velha**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, p. 369, 2007.

_____. **O trem de ferro: a ferrovia do contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003.

_____. Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do contestado. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 2, n. 1, p. 5-30, 2012.

VALADARES, José Horta. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte: FOORMACOP, 2002.

VALENTINI, José Delmir. **Da Cidade Santa à Corte Celeste – Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 145-165, 2004.

VITIELLO, Sergio Ricardo; FROIS, Amanda Keren. O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, n. 3, p. 151-171, 2019.

VIVEZ; Jacques. **Traité des appellations d'origine**. Paris: LGDJ, 1943.

WHITLESSEY, Derwent. The regional concept and the regional method. In: PRESTON, J.; JONES, C. **American Geography: inventory and prospect**. Syracuse: Syracuse University Press, 1954. p. 19- 68.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.